



# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**MINISTROS**

Vital do Rêgo, Presidente

Jorge Oliveira, vice-presidente

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

Aroldo Cedraz

Bruno Dantas

Antonio Anastácia

Jhonatan de Jesus

**MINISTROS SUBSTITUTOS**

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

Weder de Oliveira

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TCU**

Cristina Machado da Costa e Silva, Procuradora-Geral da República

Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral Adjunto

Paulo Soares Bugarin, Procurador-Geral Adjunto

Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador

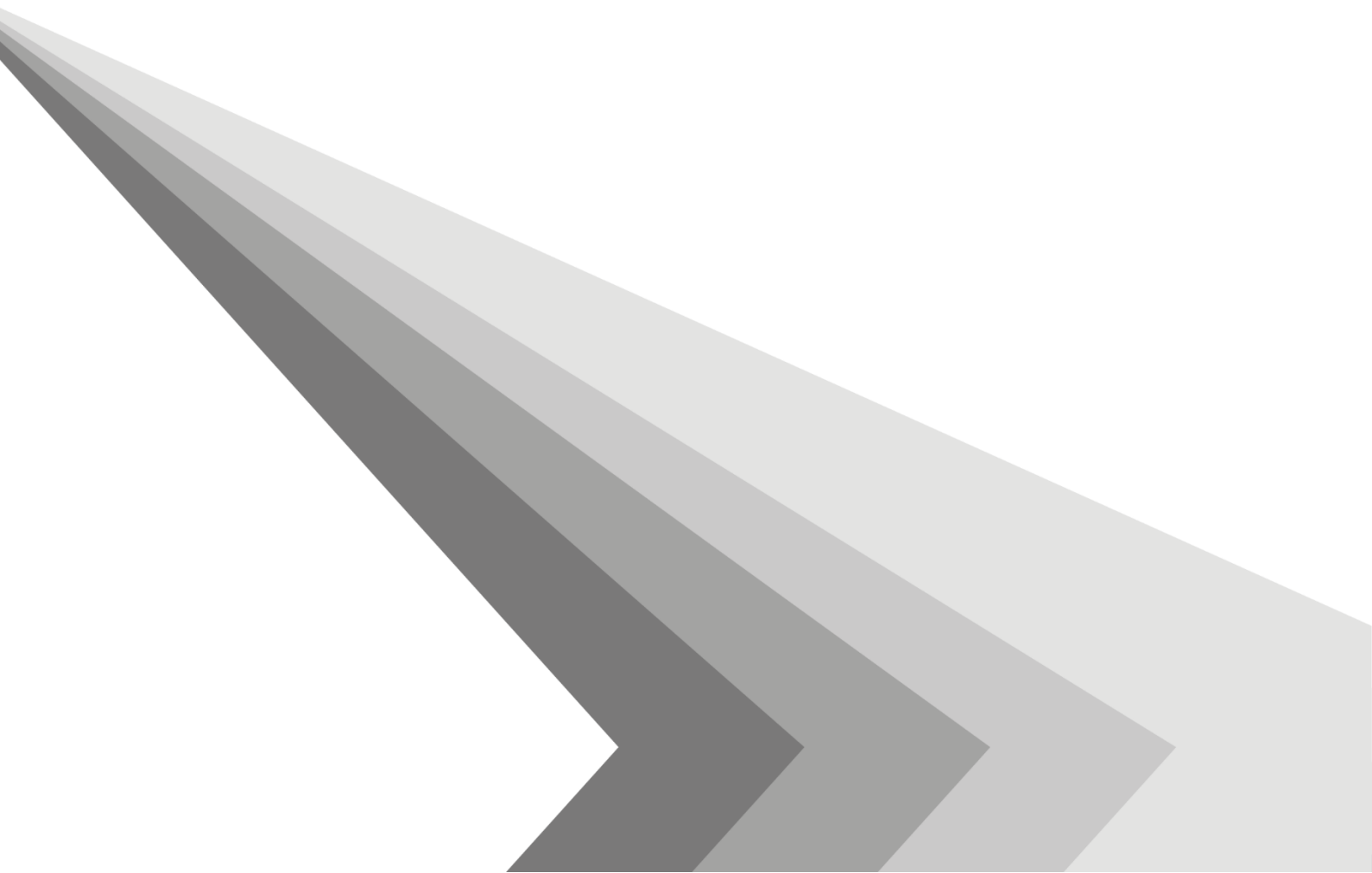
Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador

Sergio Ricardo Costa Caribé, Procurador

Rodrigo Medeiros de Lima, Procurador



# **RELATÓRIO ANUAL** DAS AÇÕES | 2025



## APRESENTAÇÃO

A Rede Integrar, criada em maio de 2018, vem desenvolvendo planos de ações colaborativas desde 2022. Este relatório refere-se aos trabalhos constantes no Plano Anual de Trabalho de 2025 (PAT 2025), que foi elaborado a partir de contribuições dos Tribunais de Contas que integram a Rede, de entidades representativas e dos grupos de trabalho das ações ocorridas em 2024.

A seleção das ações levou em conta critérios importantes, priorizando:

- Tratar de uma continuidade do PAT 2024, seja um desdobramento do que já foi realizado ou uma conclusão da entrega prevista para 2024;
- Haver detalhamento suficiente da ação proposta; caracterizar ação multinível, que traz ganhos pela atuação coordenada;
- Ter coordenador definido; estar entre as áreas prioritárias identificadas;
- Não haver sobreposição com iniciativa de outras entidades ou organizações.

A partir dos insumos recebidos por meio dessa consulta, foram selecionadas 48 ações colaborativas em 23 áreas temáticas: Assistência Social, Auditoria Financeira, Compras Públicas, Concessões e PPP, Controle Social, Direitos Humanos e Equidade, Educação, Infraestrutura (obras), Integridade Pública e Prevenção à Corrupção, Meio Ambiente, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – (ODS), Orçamento, Pessoal, Planejamento e Contabilidade, Políticas Públicas, Previdência, Primeira Infância, Saneamento Básico, Saúde, Segurança Pública, Tecnologia da Informação, Transferências de Recursos e Transferências Especiais.

As formas de colaboração foram divididas em:

- Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias (22 ações);
- Fiscalização conjunta (9 ações);
- Capacitação (9 ações);
- Estudo para seleção de fiscalizações (5 ações);
- Troca de informações em caso de sobreposição de competências (3 ações).

Das 48 ações planejadas, 42 foram efetivamente executadas. Algumas alterações ocorreram ao longo do período: a ação 26 foi retirada a pedido do proponente no início do exercício; as ações 6, 30 e 33 foram descontinuadas; a ação 29 foi incorporada à ação 28; e a ação 39 foi postergada.

A coordenação das ações foi realizada por 13 Tribunais de Contas: TCDF, TCE-BA, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MG, TCE-MS, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-RN, TCE-RR, TCE-TO, TCM-BA e TCU. Além disso, todos os 33 Tribunais de Contas participaram ativamente das iniciativas, reforçando o compromisso coletivo e a integração entre as instituições.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 1 - GRUPO TEMÁTICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

**Área Temática:** Assistência Social

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCU e TCE-RJ

**Coordenador(a) da Ação:** Marcos Lima de Matos (TCU) e Erick Vandemeulebroucke Critsinelis (TCE-RJ)

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

Tribunal	Nome do integrante	Tribunal	Nome do integrante
TCE-RS	Felipe Lottermann Rizzardo	TCM-SP	Antonia Conceição dos Santos
TCE-MS	João Carlos de Assumpção Filho; Marco Aurélio Gonzales Chaves	TCE-SC	Rafael Scherb
TCE-RJ	Erick Vandemeulebroucke Critsinelis; Leo Vitor Penhavel Baptista; Filipe Augusto de Souza Rodrigues; Édna da Cunha	TCE-CE	Sanzio Rocha Torres; Raphael Pinheiro da Costa
TCE-PE	Tassylla Oliveira Lins	TCE-MG	Pedro Henrique Magalhães Azevedo
TCE-RN	Fladjane Raquel Soares de Souza; Giulliane Rangel da Silva Almeida Assis; Indira Celli Xavier da Silva Gomes	TCDF	Davi Assunção Salvador Nery De Castro; Márcia Helena Da Silva
TCE-GO	Valdo de Sousa Filho; Juliete Ferreira dos Santos; José Divino Lopes Franco	TCE-PI	Ângela Vilarinho da Rocha
TCE-ES	Simone Velten; Wagner Soares de Oliveira	TCE-RO	Bruno Botelho Piana
TCE-MT	Denivaldo Mendes Ramos	TCU	Marcos Lima de Matos
TCM-RJ	Luiz Fernando Cosentino; Mileni Gomes Francisco	TCE-AM	Edirley Rodrigues de Oliveira

### Objetivo da Ação

- Participação na identificação de objetos de atuação dos TCs e identificação de lacunas e sobreposições;
- Compartilhamento de papéis e métodos de trabalho; proposta de capacitações;
- Compartilhamento de dados sobre programas de transferência de renda e bases de beneficiários, e boas práticas, incluindo o uso de recursos tecnológicos para realização de fiscalizações.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

A Ação se desenvolveu por meio de encontros virtuais quinzenais, orientados para a concretização dos três projetos a seguir:

**O primeiro projeto** se refere à apresentação, pelos membros da ação, de casos de auditorias executadas pelos seus respectivos Tribunais de Contas, com a temática de transferência de renda e assistência social.

Desse modo, foi possível compartilhar técnicas de auditoria, metodologias de trabalho e resultados obtidos e agregar aos trabalhos das diversas Cortes de Contas. No total, foram cinco apresentações até o momento, feitas pelo TC-DF, TCE-PR, TCU (duas vezes) e TCE-SC.

**Para a segunda frente**, os integrantes contribuíram para a realização de auditoria, por parte do TCU, cujo objeto são os benefícios socioassistenciais em todo o país. Como esse tema envolve programas desenvolvidos pelos entes municipais, é de interesse direto dos demais TCs, possibilitando sua participação oportuna.

Nesse contexto, foram realizadas quatro oficinas em que os membros da ação apoiaram a elaboração da estratégia geral da auditoria, Matriz SWOT, Diagrama de Verificação de Riscos, Matriz de Planejamento e do Questionário a ser enviado para os entes municipais para coleta dos dados pertinentes.

Finalmente, a terceira frente de trabalho envolveu a elaboração de proposta de Auditoria Coordenada, visando a inclusão no PAT 2026 da Rede Integrar. O objetivo construído é “avaliar a sustentabilidade do SUAS e relacionar receitas e despesas com quantidade e qualidade dos serviços”.

## Resultados Alcançados

No caso de Ação para compartilhamento técnico e informacional, o produto é a própria ocorrência das reuniões e as trocas delas decorrentes. Além disso, os integrantes puderam contribuir para auditoria em andamento no âmbito do TCU, bem como elaborar proposta de Auditoria Coordenada na temática.

## AÇÃO 2 - CAPACITAÇÃO, INTERCÂMBIO DE METODOLOGIAS E DESENHO DE TESTE-PILOTO DE UMA AUDITORIA FINANCEIRA COORDENADA

**Área Temática:** Transparência

**Forma de Cooperação:** Estudo para seleção de fiscalizações

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

**Coordenador(a) da Ação:** Filipi Assunção Oliveira

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes

Nome	Tribunal	Nome	Tribunal
Carlos Alberto Cascão Júnior	TCDF	Raimundo Freire Filho	TCE-CE
Cibele De Oliveira Lemos	TCDF	Samuel Leite Castelo	TCE-CE
Danilo Silva Bezerra	TCDF	Cesar Douglas de Lima Gozzoli	TCE-ES
Gabriel De Oliveira Reges	TCDF	Eduardo Rios Santos	TCE-ES
Larissa Vieira Silva	TCDF	Paulo Ferreira Lemos	TCE-ES
Pedro Henrique R. de C. da Cruz	TCDF	André Pinheiro de Magalhães	TCE-GO
Elis Regina Damasceno Batista	TCE-AC	Stanley Gonçalves Torres	TCE-GO
Georgenes Caiuba Pontes	TCE-AC	Valdeci José Caetano	TCE-GO
Alicia Helena Cavalcanti de Moraes	TCE-AL	Bernardo Felipe Sousa Pires Leal	TCE-MA
Alisson Moreira Lima	TCE-AL	Helvilane Maria Abreu Araujo	TCE-MA
Danúbia da Costa Faraco	TCE-AL	Margarida Maria Santos Sousa	TCE-MA
Emmanuelle da Silva França	TCE-AL	Filipi Assunção Oliveira	TCE-MG
Igor de Freitas Macêdo Herculano	TCE-AL	José Clemente Maria Ferreira Santos	TCE-MG
Laisse Evangelista Santos	TCE-AL	Aparício Farias Domingos	TCE-MS
Patrícia Conceição Barros Viana	TCE-AL	Daniela Martins	TCE-MS
Raiane Souza Taveira	TCE-AL	Felipe Cavassan Nogueira	TCE-MS
Renato Alexandrino Monteiro dos Santos	TCE-AL	Felipe Hideo Yamasato	TCE-MS
Marcello José Crivelli	TCE-AM	Reginaldo Francisco de Souza	TCE-MS
Paulo Afonso de Alcântara	TCE-AM	Bruno Alberto Zys	TCE-MT
Paulo Renan Rodrigues de França	TCE-AM	Maria Felicia Santos da Silva	TCE-MT
Rafaela Fecury	TCE-AP	Laura Cristina Correa de Almeida Mendes	TCE-MT
Antônio Luciano Mota Itaparica	TCE-BA	Monica Garcia Nardoni	TCE-MT
Deise de Jesus Silva	TCE-BA	Bruno Barbosa Soares	TCE-PA
Josué Lima de França	TCE-BA	Débora Barros C. Neto Duarte	TCE-PA
Marcos Andre Sampaio de Matos	TCE-BA	Fábio Anderson Costa	TCE-PA
Alexandre Rosa Reis	TCE-CE	Fernanda Freitas Garcia	TCE-PA
Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior	TCE-CE	Jessika Caroline Souza Costa	TCE-PA
Ayrton Rodrigues	TCE-PA	ELKE ANDREA SILVA	TCE-RN
Minoru Sasaki	TCE-PA	Iara Padilha de Souza Sobrinha Medeiros	TCE-RN
Rondson Manoel Pinheiro de Sousa	TCE-PA	Márcio Fernando Vasconcelos Paiva	TCE-RN
Suany Campos Freitas Macedo	TCE-PA	Márcio Roberto Loiola Machado	TCE-RN
Suelen Silva Costa	TCE-PA	Thazia Cortez Teixeira se Carvalho	TCE-RN

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Suellen Mariana Melo do Nascimento	TCE-PA	Antonio Candido Morais	TCE-RR
Rondson Manoel Pinheiro de Sousa	TCE-PA	Roosevelt Gonçalves Oliveira	TCE-RR
Chrystiane M. Maia Pessoa Vicente	TCE-PB	Claudia Ionara Passamani Vieira	TCE-RS
Maria Zaira Chagas Guerra Pontes	TCE-PB	Eda Schwartz	TCE-RS
Renata Carrilho Torres	TCE-PB	Gustavo Fontana Canella	TCE-SC
Rômulo Soares A Araújo	TCE-PB	Denis Cassio Gabriel	TCE-SP
Gilson Castelo Branco de Oliveira	TCE-PE	Fernando Marques Vasconcelos Garcia	TCE-SP
Luis Filipe Auto Gomes	TCE-PE	Fernando Sampaio Bezerra	TCE-SP
Marcelo Victor Barbosa Xavier	TCE-PE	Renata Luciana dos Reis Magalhães	TCE-SP
Andréa de Oliveira Paiva	TCE-PI	Fabio	TCE-TO
Jailson Barros Sousa	TCE-PI	Gustavo	TCE-TO
Bruno Wagner Penteado	TCE-PR	André Lorenço da Silva Rêgo	TCM-BA
Leandro Menezes	TCE-PR	Emanuela de Santana Nascimento Souza	TCM-BA
Patricia Mendes Bottamedi	TCE-PR	Ivo Arouca dos Santos	TCM-BA
Alan Fernandes Vieira	TCE-RJ	Leonice Silva de Oliveira	TCM-BA
André Cirne de Paula	TCE-RJ	Ramon de Souza Matos	TCM-BA
Sergio Thiago Morais de Rezende Dalescio	TCM-GO	Roseli Sales Moutinho Soares	TCM-BA
Andre Souza Rodrigues	TCM-PA	Vitor Maciel dos Santos	TCM-BA
Ariella Marangoanha Makarem	TCM-PA	Rita Helena Liborio	TCM-PA
Cecilia Siqueira	TCM-PA	Alejandro Daniel Batista Gonzales	TCM-RJ
Clayton de Mendonça Julião	TCM-PA	Thabata Vírnia Loiola	TCM-RJ
Gisele Baptista Himercirio Pingarilho	TCM-PA	Guilherme José de Lima	TCM-SP
Luiz Fernando Gonçalves	TCM-PA	Antonio Alves de Carvalho Neto	TCU
Marcia Melo da Silva	TCM-PA	Arnaldo Ribeiro Gomes	TCU
Mauro Silva	TCM-PA	Jorge Pinto de Carvalho Junior	TCU
Yan Carlos Serrão Parente	TCM-PA		

## Objetivo da Ação

A Ação tem por objetivo criar um grupo nacional composto por representantes de vários Tribunais de Contas, com a missão de:

- 1) desenvolver um curso completo e abrangente sobre auditoria financeira, compreendendo todo o conteúdo normativo (NBC TA/ISA), além de apresentar metodologias de trabalho e casos práticos de aprendizado;
- 2) compartilhar e desenvolver metodologias, processos e tecnologias aplicadas à auditoria financeira; e
- 3) apresentar um estudo para seleção de fiscalização coordenada em Auditoria Financeira, além de promover o aprimoramento das práticas e procedimentos de Auditoria Financeira em nível nacional. Expectativa de contribuição dos Tribunais de Contas: participação em reuniões virtuais ou presenciais, treinamentos, compartilhamento de conhecimentos e metodologias.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

A ação tem por objetivo o desenvolvimento de dois grandes produtos:

- 1) Programa de capacitação em auditoria financeira para servidores de Tribunais de Contas; e
- 2) Auditoria financeira coordenada para o exercício a findar em 31.12.2026

Durante o ano de 2025, o Grupo, composto por 31 dos 33 Tribunais de Contas brasileiros, realizou três reuniões, divididas em duas sessões cada para assegurar a maior participação e representatividade. Com relação ao produto “**capacitação**”, o grupo, em um primeiro momento, elaborou uma proposta de conteúdo programático para capacitação em auditoria financeira, contemplando 60 horas-aula estimadas.

Após a elaboração da proposta, chegou ao conhecimento de alguns participantes do grupo que existe uma frente organizada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Banco Mundial com o objetivo de estruturar ações de capacitação em auditoria financeira para os Tribunais de Contas.

O Conteúdo Programático do grupo da Ação 02 da Rede Integrar (PAT 2025) foi então encaminhado ao Conselheiro Wellington Cruz, do CFC, remodelado sob a alcunha de Programa de Capacitação em Auditoria Financeira no Setor Público (PCAF), em 14.07.2025.

No presente momento, o Grupo aguarda a aprovação final do CFC e a operacionalização da capacitação proposta. Contudo é improvável que essa capacitação ocorra até meados do exercício de 2026, o que poderia prejudicar o alcance dos objetivos das ações do PAT 2025 da Rede Integrar, uma vez que a capacitação é de extrema importância para prover uma base para realização das auditorias financeiras coordenadas.

Nesse contexto, e considerando a relevância de uma capacitação antes do início das auditorias integradas, o Grupo decidiu pela realização de uma “capacitação intermediária”, com alterações no conteúdo programático e carga horária originalmente aprovados, no sentido de fornecer uma capacitação no âmbito da Ação 02 que prepare auditores para realização das auditorias coordenadas, porém que, ao mesmo tempo, não seja uma “competidora” da capacitação que o CFC pretende construir com base no conteúdo programático completo aprovado pelo grupo.

Até a presente data de elaboração do relatório, o formato, as datas e o conteúdo da “capacitação intermediária” encontram-se em votação pelos membros do grupo. A expectativa é que essa capacitação seja realizada entre final de janeiro e início de fevereiro de 2026.

Com relação ao produto “**auditorias financeiras coordenadas**”, o Grupo decidiu que as auditorias financeiras coordenadas terão por objetivo emitir opinião sobre objetos selecionados pelos Tribunais para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2026.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

O Grupo aprovou o calendário planejado para realização das auditorias coordenadas conforme apresentado a seguir:

Ação	Descrição	Deadline
1	Definição de auditado, nível de asseguração e escopo	28.11.2025
2	Inclusão no PAF (Plano Anual de Fiscalização) do respectivo TC	Variável
3	Desenvolvimento de atividades preliminares da auditoria	27.03.2026
4	Planejamento de auditoria (fechamento da primeira versão da matriz de riscos e respostas de auditoria)	03.08.2026
5	Execução de procedimentos de auditoria intermediários	06.11.2026
6	Limite para acompanhamento de inventários (quando aplicável)	31.12.2026
7	Roll-forward dos procedimentos de auditoria	12.03.2027
8	Procedimentos de finalização (com atuação do Tribunal revisor)	19.03.2027
9	Emissão de relatório preliminar para comentários do gestor (com atuação do Tribunal revisor)	26.03.2027
10	Emissão e atuação do relatório final (com atuação do Tribunal revisor)	31.05.2027

Cumprе salientar que a coordenação da ação está levantando, junto aos TCs participantes, as intenções sobre auditado, nível de asseguração e objeto de asseguração para fins de realização da auditoria coordenada.

O grupo também definiu que os instrumentos de coordenação serão:

- 1) Reuniões mensais de compartilhamento e acompanhamento dos trabalhos; e
- 2) Revisão de qualidade individual mediante disponibilidade de voluntários.

## Parcerias e Apoios

Destaca-se o contato com o CFC para viabilizar a realização de uma capacitação mais abrangente e que conte com mais recursos.

## AÇÃO 3 - ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA NLLC – ETAPA PÓS-DIAGNÓSTICO

**Área Temática:** Compras públicas

**Forma de Cooperação:** Intercâmbio de informações em casos de sobreposição de competências

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Valéria Renovato Alves Amaral

**Tribunais de Contas que participaram da ação:** TCU, TCE-AC, TCE-AM, TCE-CE, TCE-ES, TCE-MS, TCE-PA, TCE-PB, TCE-PE, TCE-PI, TCE-PR, TCE-RN, TCE-RO, TCE-RR, TCE-RS, TCE-SP, TCE-TO, TCM-GO e TCM-PA.

### Objetivo da Ação

Inicialmente estava previsto realizar a validação das respostas dos questionários para o cálculo do IMIL, após terem sido aplicados critérios de risco, e identificar ações e medidas de melhorias implementadas para contribuir na aplicação da NLLC. Tal objetivo foi ajustado excluindo a validação e incrementando o intercâmbio de informações quanto às ações realizadas pelos participantes voltadas para a melhoria da implementação da Lei 14.133/2021, além de fomentar uma nova proposta de ação futura para realização de um novo diagnóstico no âmbito da Rede Integrar.

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

Foram realizados cinco encontros on-line, por meio da plataforma Teams, nas seguintes datas e escopos:

- 1º encontro inaugural em 24/4/25 (apresentação dos perfis dos participantes; papel dos participantes e do coordenador; plataforma de comunicação; apresentação da Ação 3; cronograma de encontros futuros; e atividades para o próximo encontro);
- 2º encontro em 15/5/25 (discussão das propostas de atuação na melhoria do IMIL dentro da competência de cada TC);
- 3º encontro em 16/6/25 (apresentação de hot site pelo TCE-ES e dashboard pelo TCE-SP);
- 4º encontro em 7/8/25 (acompanhamento das ações; o que foi feito, as dificuldades encontradas e o que precisa ser feito; discussão sobre uma nova ação na área de licitações para o PAT 2026 e o possível coordenador); e
- 5º último encontro em 18/9/25 (apresentação de dashboard pelo TCE-AC e da minuta da nova ação do PAT 2026).

A partir das atividades desenvolvidas, foi possível coletar e organizar as informações sobre as ações e medidas implementadas pelos TCs participantes, visando a contribuir para a aplicação da Lei

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

14.133/2021. As informações foram consolidadas no documento intitulado “Estratégias de Atuação, Capacitação, Fiscalização e Inovação na Aplicação da Lei 14.133/2021” (anexo).

## Resultados Alcançados

Os principais resultados alcançados pela ação foram o conhecimento de ações realizadas pelos participantes, discussão e troca de ideias e experiências nas áreas de licitações e contratos, e a elaboração de uma minuta de proposta de ação futura, objetivando a elaboração de um painel para automatização de uma nova medição do grau de maturidade na aplicação, bem como a disponibilização de dados.

## Parcerias e Apoios

Secom/TCU – elaboração e divulgação de notícias dos encontros.



# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 4 - IMPLEMENTAÇÃO DO MANUAL DE AUDITORIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PROJETO USTDA

**Área Temática:** Compras públicas

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCE/PR

**Coordenador(a) da Ação:** José Maurício de Andrade Neto (conselheiro substituto)

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

<b>TCE-TO</b>	Victor Luciano Oliveira Martins da Cunha Nogueira	<b>TCE-AC</b>	Maria Letícia da Silva Lima
<b>TCE-MS</b>	Leonardo Mira Marques	<b>TCM-GO</b>	Helen Regina de Oliveira e Ribeiro Capucho
	Haroldo Oliveira de Souza		Hermes Fradique Marcal
<b>TCE-RJ</b>	Fernanda Greco Laureano	<b>TCE-ES</b>	Marcelo Nogueira Dias
	Rafael da Silva Salvati Lopes		Jose Alberto Souza Trazzi
<b>TCE-PE</b>	Halmos Fernando do Nascimento		Jose Maria Sclauzero
<b>TCE-AM</b>	Luiz Carlos de Oliveira	<b>TCM-BA</b>	Luiz Carlos da Costa Lino Leite
	Eury Pacheco Motta Júnior		Daniel de Jesus Silva
<b>TCE-RR</b>	Gabriel da Silva Duarte	<b>TCM-PA</b>	Thiago Peixoto
<b>TCE-RR</b>	Aristóteles Sampaio Costa		Egon Quaresma
	Aurisfran Feitosa de Oliveira		Suzie Sanford Carneiro
<b>TCE-RN</b>	Alexandre Carlos de Souza	<b>TCE-AL</b>	Ercole Brandimarte
	Evandro Alexandre Raquel	<b>TCM-RJ</b>	Carlos Trillo
	José Luiz Moreira Rebouças	<b>TCE-CE</b>	Daniel do Vale Dantas
	Alexandre Luiz Galvão Damasceno		Carlos Alberto de Miranda Nascimento
<b>TCE-AP</b>	Cirilo Alves Ferreira Neto	<b>TCE-PR</b>	Ciaclei Luca Alexandre
	Renato Fernandes		Luciano Pagnussatti
	Maurício Antônio Martins Ventura Magalhães	<b>TCE-PI</b>	Elbert Silva Luz Alvarenga
<b>TCDF</b>	Márcia Helena Da Silva	<b>TCE-PI</b>	Auricélia Caroline de Carvalho Cardoso
	Liliane Mendonça Sarkis Guimarães		Ramon Patrese Veloso e Silva
	Adriana Magalhães Ribeiro Salles	<b>TCU</b>	Arildo da Silva Oliveira
<b>TCE-PB</b>	José Luciano Sousa de Andrade	<b>TCE-RS</b>	Everton Jose do Amaral Padilha
	Marcus Felipe Bezerra da Costa		

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

Foram realizadas sete reuniões até 10/10/25, com o objetivo de engajar e envolver os Tribunais participantes na utilização do Manual de Auditoria em Contratações Públicas elaborado pelo projeto IRB/ USTDA.

Por tratar-se do primeiro contato dos Tribunais com o manual já concluído foi solicitado que cada Tribunal participante, a seu critério, utilizasse qualquer parte do manual em qualquer etapa de realização em auditoria de contratações públicas. A equipe estipulou, em comum acordo, que em

10/11/2025 os integrantes apresentariam o resultado dos trabalhos, ainda que de maneira parcial, para discussão e apresentação no IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas.

Durante os encontros virtuais foram discutidos aspectos do manual, contextualizados com as dificuldades comuns dos participantes e temas atuais de auditoria de contratações públicas.

## Resultados Alcançados

Durante as reuniões, os participantes concluíram que os Tribunais de Contas do Brasil possuem diferentes níveis de maturidade em relação às atividades de auditoria. Nesse contexto, a adesão ao Manual de Auditoria de Contratações Públicas proposto pelo projeto IRB/USTDA tem se mostrado um processo gradual, ainda marcado por desafios práticos e diferentes níveis de implementação.

E, embora o documento represente um avanço significativo na padronização e na qualificação das práticas de auditoria, a incorporação plena às rotinas institucionais ainda não se encontra completamente consolidada. Além disso, observa-se, em muitos casos, certa cautela por parte dos Tribunais na aplicação de suas diretrizes, o que indica que a utilização do manual permanece em fase de amadurecimento e integração.

Outra questão relevante, que impacta o acompanhamento da utilização do manual neste projeto são os diversos ritos regimentais que disciplinam os processos e procedimentos de auditorias. Cada Tribunal de Contas possui calendário sobre início e fim das auditorias, além de regulamentos próprios sobre o transcurso dos trabalhos, os quais podem impactar a aplicação do manual e a publicização dos resultados para a equipe.

Em conclusão, podemos dizer que os principais resultados com a ação estão relacionados aos novos laços profissionais estabelecidos, aprofundamento dos estudos em auditoria de contratações públicas e apresentação de propostas para aperfeiçoamento do manual. Houve engajamento dos envolvidos e o consenso sobre a necessidade de aprimoramento das auditorias em contratações públicas, realizadas pelos TCs.

Oportunamente, ratificamos que no dia 03 de dezembro de 2025, durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, será apresentada a consolidação dos trabalhos realizados, considerando pontos positivos e sugestões de aperfeiçoamento do manual de auditoria em contratações públicas.

## AÇÃO 5 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ALINHAMENTO COM A AGENDA 2030

**Área Temática:** Compras Públicas

**Forma de Cooperação:** Estudo para seleção de fiscalizações

**TC responsável pela coordenação:** TCE-MS

**Coordenador(a) da Ação:** Leonardo Mira Marques

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

5 Tribunais de Contas – 15 participantes

- Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) (Coordenador da Ação): Leonardo Mira Marques; João Alfredo Vieira Carneiro; Silvia Kellen da Silva Theodoro; Pablo Sperandio Santoz Muniz; Ruhan Charles da Silva Lima; haís de Mattos Buffa Tolentino.
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO): Hélen Regina Capucho.
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA): Thiago Rafael da Cruz Peixoto.
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR): Flávio Afonso Hernandez de Lima
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP): Alexandre Violato Peyerl; Célio Yasuhiro Miura; Francisco José Pupo Nogueira Filho; Leonardo Frenhan Takahashi; Silvia Cristina Ferreira Costa.
- Tribunal de Contas da União (TCU) – Supervisor da Ação: Roberto Sérgio do Nascimento.

### **Objetivo da Ação**

A ação tem como objetivo geral fortalecer a adoção de práticas sustentáveis nas contratações públicas por meio da fiscalização, orientação e disseminação de boas práticas, alinhando as ações dos Tribunais de Contas aos princípios da sustentabilidade e aos compromissos da Agenda 2030.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

A **Ação 5 da Rede Integrar – Promoção da Sustentabilidade nas Contratações Públicas** foi iniciada em **2025** (Reunião Inaugural em abril) e concluída em novembro de 2025. As atividades foram estruturadas em quatro Grupos de Trabalho (GTs), com foco nas dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade.

#### **I. GT 1: Fiscalizações Coordenadas**

- Execução da Fiscalização Coordenada: Realizada entre abril e outubro/2025, com a participação do TCE-SP, TCE-PR, TCM-PA, e TCE-MS. O foco foi a análise de 39 contratações municipais (Lei n. 14.133/2021) nos objetos de serviços de Limpeza (urbana e predial) e Gestão de Resíduos (coleta de resíduos sólidos, seletiva e de construção civil - RCC).

- **Produto Concluído:** Relatório de Fiscalização Final da Rede Integrar. O trabalho teve um caráter pedagógico e orientativo, considerando a adaptação dos jurisdicionados à Lei de Licitação, e concentrou a análise na fase de planejamento (Estudo Técnico Preliminar - ETP e Termo de Referência - TR) e, em alguns casos, também na execução contratual. A principal conclusão foi a prevalência de critérios genéricos nos documentos de contratação.
- **Entrega-Chave (Boas Práticas e Recomendações):** O relatório consolidado das auditorias realizadas pelos TCE-SP, TCE-PR e TCM-PA destacou práticas para os jurisdicionados como a exigência de Planos de Gerenciamento de Resíduos alinhados ao município, a previsão de cotas para mulheres vítimas de violência e egressos do sistema prisional (critério social), e a valorização de veículos menos poluentes e do uso de produtos biodegradáveis.
- **Metodologia Aplicada (Experiência Positiva):** O TCE-MS realizou uma Auditoria de Conformidade (RAUD 116/2025) no Contrato de Limpeza Predial (IAGRO), que incluiu inspeção in loco e análise de conformidade nos critérios de inclusão social, MPEs, e mitigação de impactos ambientais e logística reversa. O relatório dessa auditoria serviu como um modelo prático para o enfrentamento das fragilidades na implementação da Lei n. 14.133/2021.

## **II. GT 2 (Capacitação) e GT 4 (Guias e Notas Técnicas)**

- **Decisão de Unificação (Solução Criativa):** Os grupos foram unificados (Sílvia Costa – TCE-SP e Hélen Regina Capucho – TCM-GO, com Sílvia na coordenação e Helen como apoio), para otimizar o trabalho e garantir o alinhamento de conteúdo, bem como para enfrentar a dificuldade de tempo e pessoal.
- **Pesquisa Preliminar de Conteúdo:** Foi iniciada a elaboração do sumário do manual com a pesquisa de editais sustentáveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o levantamento de regulamentações federais e estaduais.
- **Produto em Elaboração:** Guia Prático/Manual e Curso de Capacitação. O material visa a ser prático e alinhado aos temas da fiscalização, e o curso está planejado para ser interativo e contar com a participação das escolas de contas dos Tribunais (e.g., TCE-SP, TCE-MS, TCE-PR).

## **III. GT 3: Dados, Monitoramento e Avaliação**

- **Definição de Indicadores e Fontes:** Iniciado o levantamento de indicadores para monitoramento.
- **Fontes de Dados:** Foi acordado o uso de bases de dados oficiais, como o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) e o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SINISA).
- **Produto em Elaboração:** Painel/Dashboard de Resultados para demonstrar o impacto da ação e o nível de implementação dos critérios de sustentabilidade.

## Resultados Alcançados

O principal resultado alcançado foi o desenvolvimento e a aplicação prática de um modelo de fiscalização focada em sustentabilidade nas contratações públicas, conforme o principal objetivo da ação.

### Indicadores Mensuráveis e Entregas Focais

- **Fiscalização de Contratos:** Realizou-se a análise de 39 contratações municipais sob a égide da Lei n. 14.133/2021, abrangendo 30 municípios em São Paulo, seis no Paraná e três no Pará. O foco recaiu sobre a fase de planejamento (ETP e TR), consolidando um diagnóstico da maturidade da Administração Pública Municipal no tema.
- **Diagnóstico da Maturidade:** O resultado central da auditoria revelou que a maior parte das contratações se limita a estabelecer critérios genéricos de sustentabilidade. Em contrapartida, foram mapeadas e divulgadas boas práticas de municípios (como Lins/SP e Mogi das Cruzes/SP) que adotaram obrigações detalhadas, relatórios de controle e multas por desempenho, demonstrando que a transformação é possível.
- **Estruturação de Modelo Normativo:** Foram consolidadas 16 recomendações no Relatório Final da Fiscalização Coordenada, que detalham os requisitos mínimos para inclusão nos instrumentos convocatórios (ETP/TR), focando o ciclo de vida do objeto e a gestão de resíduos sólidos.
- **Fiscalização de Conformidade Específica (TCE-MS):** A auditoria do TCE-MS (RAUD 116/2025), no valor de R\$ 3.479.880,00, resultou em quatro achados de irregularidade, com nove recomendações ao gestor, induzindo a ajustes imediatos na gestão contratual e financeira. Impacto Percebido e Transformações Geradas
- **Caráter Pedagógico e Indutivo:** O Relatório de Fiscalização, de caráter pedagógico e orientativo, tem o potencial de induzir a melhoria do desempenho nos órgãos fiscalizados, elevando o tema da sustentabilidade à visibilidade e alertando os jurisdicionados sobre a fiscalização na matéria.
- **Promoção da Inclusão Social:** As recomendações da ação destacam o dever de inclusão de critérios sociais, notadamente a previsão de cotas para mulheres vítimas de violência, egressos do sistema prisional e pessoas com deficiência/reabilitados, alinhando as compras públicas aos ODS 1, 5, 8 e 10.
- **Mecanismo de Treinamento:** A iniciativa atuou como mecanismo de treinamento para os auditores dos Tribunais participantes, capacitando-os no desenvolvimento e na avaliação dos critérios de sustentabilidade.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Em virtude das atividades que os auditores integrantes dos grupos desempenham rotineiramente em seus Tribunais de Contas, ficou complexo o alcance dos resultados almejados quando da propositura da ação, no qual só foi possível realizar o principal objetivo que era um modelo de fiscalização com a realização prática dessas fiscalizações.



## AÇÃO 6 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA TRANSPARÊNCIA E DA USABILIDADE DO PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS – PNCP

**A ação foi descontinuada**

## AÇÃO 7 - ABORDAGEM, METODOLOGIA, ENTENDIMENTOS E PARÂMETROS ADOTADOS EM AÇÕES DE CONTROLE ACERCA DE PROJETOS DE CONCESSÕES E PPP

**Área Temática:** Concessões e PPP

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCE-GO

**Coordenador(a) da Ação:** Marcos Prates Aguiar e Gabriela de Souza Figueiredo Machado

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

A coordenação da Ação 7 recebeu uma lista dos Tribunais de Contas e respectivos integrantes que se inscreveram na ação (total de 47 interessados distribuídos em 20 Tribunais de Contas). Para este relatório entendeu-se por divulgar apenas os TCs participantes sem revelar os nomes dos integrantes: TCE-RJ / TCE-PE / TCE-AM / TCE-RN / TCE-GO / TCE-ES / TCE-SP / TCM-BA / TCM-PA / TCE-MT / TCE-PA / TCE-BA / TCE-CE / TCE-PR / TCDF / TCE-PI / TCE-RO / TCE-PB / TCU / TCM-GO.

Cumpramos ressaltar que, ao longo da execução da Ação, houve alterações dos integrantes, com alguns representantes saindo ou sendo substituídos.

### **Objetivo da Ação**

Compartilhamento de metodologias, entendimentos, parâmetros e papéis de trabalho em ações de controle acerca de projetos envolvendo concessões públicas e parcerias Público-privadas, para incremento do conhecimento e aperfeiçoamento das ações.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

As atividades aqui detalhadas foram executadas durante o **2º e 3º trimestres de 2025**, conforme o cronograma estabelecido para a Ação 7.

Durante este período, foram realizadas diversas atividades, culminando em compartilhamentos de conhecimento e documentos técnicos entre os tribunais participantes. Nossa abordagem buscou a troca de experiências, utilizando metodologias aplicadas que incentivaram a participação e o compartilhamento de materiais.

Uma solução criativa implementada para agilizar a troca de informações entre todos os integrantes da

Ação 7 foi a criação de um grupo de WhatsApp. Este canal se mostrou uma ferramenta eficaz para o compartilhamento rápido de comunicados, esclarecimento de dúvidas pontuais.

**Primeira reunião virtual inicial da Ação 7 (08/04/2025):** A Ação 7 foi oficialmente lançada com uma reunião virtual realizada no dia 08 de abril de 2025, às 15h00. Esta reunião inaugural foi crucial para estabelecer a base dos trabalhos, onde foram apresentados os objetivos e a metodologia da Ação 7. Entendendo que a amplitude do tema "Concessões e PPPs" é vasta, esta primeira etapa serviu para focar os pontos de maior interesse coletivo.

**Segunda reunião virtual e levantamento de interesses (06/05/2025):** No dia 06 de maio de 2025, realizamos uma segunda reunião virtual, focada na consolidação dos interesses e na identificação de materiais a serem compartilhados. Para isso, utilizamos uma metodologia criativa de levantamento: uma enquete foi previamente realizada com todos os integrantes da Ação 7 via Microsoft Teams. Os resultados dessa enquete foram apresentados e discutidos, permitindo-nos identificar os principais pontos a serem explorados, bem como os papéis de trabalho, estudos e documentos técnicos que seriam objeto de apresentação e compartilhamento pelos integrantes. Essa enquete foi fundamental para direcionar os trabalhos, dada a grande amplitude de temas em concessões e PPPs.

Um dos pilares da Ação 7 é o compartilhamento de experiências. Tivemos duas apresentações:

#### **Apresentação da equipe do TCE-BA (07/07/2025)**

No dia **07 de julho de 2025, às 14h00**, a equipe do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) realizou uma apresentação detalhada sobre sua experiência em projetos de PPPs fiscalizados e em fiscalização. Esta apresentação destacou o panorama de projetos de PPPs na Bahia, as resoluções internas que guiam sua atuação, a atuação de suas unidades de controle em diferentes etapas (planejamento, licitação, formalização e execução contratual), e as particularidades no acompanhamento de PPPs estaduais.

A equipe disponibilizou seus papéis de trabalho relevantes em um canal exclusivo no Microsoft Teams, com acesso restrito aos integrantes da Ação 7.

#### **Apresentação da Equipe do TCE-GO (03/09/2025)**

Em **03 de setembro de 2025, às 10h00**, a equipe do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) apresentou sua experiência no projeto de Concessão e Modernização do Complexo Serra Dourada. Esta trouxe um estudo de caso prático e aprofundado, mostrando como o TCE-GO aborda a fiscalização de concessões complexas.

A apresentação detalhou a Matriz de Planejamento, as fontes de informação utilizadas, os procedimentos de auditoria (requisição e análise documental, visitas de campo, entrevistas e

triangulação de dados), e os aspectos econômico-financeiros, jurídicos e de engenharia avaliados. Os pontos importantes destacados, como entrevistas com clubes, visitas *in loco*, *benchmarking* com outras arenas nacionais (Minas Arena, Fonte Nova, Mané Garrincha), validação externa da modelagem econômico-financeira, análise integrada (jurídica, econômica e de engenharia), consideração de restrições legais e ambientais, uso de dados históricos e projeções de mercado, e o enfoque em riscos e sensibilidades, ilustraram a abrangência e rigor da fiscalização.

Da mesma forma, a equipe do TCE-GO também compartilhou seus papéis de trabalho no canal do Teams.

### **Desafios e lições aprendidas**

Apesar das experiências positivas com as apresentações e o modelo de compartilhamento, enfrentamos alguns desafios importantes:

Observamos pouco engajamento da maioria dos Tribunais de Contas inicialmente envolvidos na Ação 7. Isso resultou em uma participação limitada nas discussões, apesar do número expressivo de tribunais que manifestaram interesse no início.

Houve um certo receio inicial em compartilhar papéis de trabalho e outros documentos internos. Esta cautela, embora compreensível, limitou o volume de material que poderia ter sido trocado.

Para abordar este ponto, a coordenação da Ação 7, em conjunto com a coordenação da Rede Integrar, realizou um esforço significativo para formalizar a autorização para o compartilhamento de experiências, metodologias, entendimentos, parâmetros e papéis de trabalho no âmbito da Ação 7. Um e-mail foi enviado à Rede Integrar buscando essa formalização e garantia. No entanto, mesmo com todo esse empenho, o quadro de engajamento não se alterou substancialmente, sendo que, como mencionado, apenas o TCE-BA e o TCE-GO efetivamente compartilharam suas experiências de forma aprofundada.

Ao longo da execução da Ação, houve alterações dos integrantes, com alguns representantes saindo ou sendo substituídos. Isso demandou um processo contínuo de comunicação com a Rede Integrar para atualizar a lista de participantes e garantir que os novos membros tivessem acesso a todas as informações e contextos das atividades em andamento.

Devido ao pouco engajamento dos integrantes na realização de apresentações e na contribuição ativa, a Ação 7 teve que ser encerrada no dia 10 de setembro de 2025, antes do prazo previsto em nosso cronograma original. Esta decisão foi necessária diante da dificuldade em manter a dinâmica de compartilhamento esperada com o nível de participação observado.

## Conclusão

As apresentações do TCE-BA e do TCE-GO foram os pontos altos deste período, servindo como exemplos práticos de fiscalização em concessões e PPPs. A solução criativa do canal do Teams para o compartilhamento dos papéis de trabalho provou ser um recurso valioso, e a metodologia de enquete foi eficaz para direcionar os trabalhos. O grupo de WhatsApp, por sua vez, agilizou a comunicação diária.

No entanto, o desafio do baixo engajamento da maioria dos membros, que culminou no encerramento antecipado da Ação 7, ressalta a complexidade de manter a colaboração em temas de alta demanda e que exigem recursos significativos dos tribunais. Apesar do encerramento, o material compartilhado e as discussões realizadas deixam um legado de aprendizado e servem como ponto de partida para futuras iniciativas de compartilhamento e aprimoramento na fiscalização de concessões e PPPs dentro da Rede Integrar.

## Resultados Alcançados

Foram realizadas duas apresentações virtuais, uma pela equipe do TCE-BA e outra pela equipe do TCE-GO. Estas foram as experiências que serviram como modelos práticos de fiscalização.

Dois Tribunais de Contas (TCE-BA e TCE-GO) efetivamente compartilharam papéis de trabalho, metodologias e estudos de caso em profundidade, disponibilizando seus materiais para a Rede Integrar.

Foram estabelecidos canais de comunicação eficientes: um grupo de WhatsApp, que agilizou a troca de informações e facilitou a comunicação diária entre os integrantes. Um canal no Microsoft Teams para o compartilhamento de documentos e papéis de trabalho, com acesso restrito aos participantes da Ação 7.

A enquete realizada via Microsoft Teams na segunda reunião foi uma metodologia eficaz para identificar os principais pontos de interesse e as expectativas dos participantes, direcionando os trabalhos para temas relevantes.

As apresentações do TCE-BA e TCE-GO foram elucidativas. Elas demonstraram conhecimento e uma estruturação em suas auditorias de PPPs e concessões.

O material compartilhado, incluindo as apresentações detalhadas e os papéis de trabalho disponibilizados no Teams, criou uma base de conhecimento inicial.

A coordenação da Ação 7 percebeu o impacto positivo da proatividade na criação de canais de comunicação (WhatsApp e Teams) e na busca por formalização para o compartilhamento de materiais. Essas ações, embora não tenham gerado o engajamento esperado de todos, aprimoraram a

capacidade da coordenação em gerenciar.

O principal aprendizado foi a conscientização sobre os desafios à colaboração em uma rede como a Integrar, especialmente quando envolve o compartilhamento de documentos como papéis de trabalho.

A experiência evidenciou que o receio em compartilhar informações internas é uma barreira significativa e que a mera manifestação de interesse inicial não garante a participação contínua.

## Parcerias e Apoios

A coordenação da Ação 7 contou com o apoio da coordenação da Rede Integrar para o envio de uma minuta de ofício aos Tribunais de Contas participantes da Ação, buscando formalizar a autorização para o compartilhamento de experiências, metodologias, entendimentos, parâmetros e papéis de trabalho no âmbito da Ação 7 – Concessões e PPPs, solicitando o envio de eventuais materiais, relatórios ou documentos que possam contribuir para o enriquecimento das atividades propostas, por meio do canal de comunicação no Microsoft Teams.



**2ª Apresentação virtual do TCE-GO realizada no dia 03/09/2025 às 10h00. (Apresentadores: Daniela Silveira de Azevedo; Raul Suzuki; e Marcos Thadeu Fonseca Ferreira)**

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 8 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA INCREMENTO DO RELACIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS COM A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, INCLUSIVE COM POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA REDE CÍVICA

**Área Temática:** Controle Social

**Forma de Cooperação:** Compartilhamentos de boas práticas em controle social e participação cidadã.

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)

**Coordenador(a) da Ação:** Joubert Brunatto Silva

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

TCE-RS	Eda Regina Doederlein Schwartz	TC-DF	Janaína Teixeira Camapum de Carvalho
TCE-MS	Álvaro Scriptori Filho	TCE-RO	Dalton Miranda Costa
TCE-RR	Danielle Jesus da Silva Nunes	TCE-ES	Andrea Norbin Beconha
TCE-AP	Márcio da Paixão	TCE-RN	Anne Carvalho
TCM-GO	Paula Roberta Campos Nunes de Sá	TCE-RN	Jailson Tavares
TCE-GO	Vitor Gobato	TCE-PR	Joubert Brunatto Silva
TCE-GO	Ana Paula de Araújo Rocha	TCE-PR	Fábio André Rosenfeld
TCM-PA	Marcos Cardoso	TCE-PR	Arnaldo Laporte Junior
TCE-AL	Emmanuelle da Silva França	TCE-PR	Evandro de Santa Cruz Arruda
TCE-AL	Nayara Silva de Andrade	TCE-PR	Cintia Rosa Ferreira
TCM-SP	Antonia Conceição dos Santos	TCE-PR	Luiz Henrique Xavier
TCE-MA	Clécio Jads Pereira Santana	TCE-PR	Gilza Souza Santos Zanlorenzi
TCE-CE	Telma Maria Escóssio Melo	TCU	Ricardo Augusto Capovilla
TC-DF	Laís Braga Cordeiro Aquino	TCU	Marco Aurélio Marques de Queiroz
TC-DF	Rogério Ribeiro	TCU	José Arimathéa Neto

### Objetivo da Ação

Incrementar o relacionamento dos Tribunais de Contas com a participação cidadã, inclusive por meio da Rede Cívica, disseminando medidas e boas práticas, apoiando a capacitação de atores do controle social e articulando ações conjuntas entre os Tribunais.

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

Descreva as principais atividades e produtos desenvolvidos ao longo do ano de 2025, indicando os períodos aproximados de execução, se a ação foi iniciada neste ano ou se representa a continuidade de ações de anos anteriores.

Inclua etapas já concluídas, com foco nas entregas. Também podem ser descritas experiências positivas, soluções criativas ou metodologias aplicadas.

## 09/07/2025 – 1ª reunião geral

- Apresentação do grupo e alinhamento de escopo.
- Orientação para abertura de espaço a apresentações de trabalhos, ideias e materiais já existentes nos TCs (cartilhas, cursos, treinamentos).
- 1. Apresentação dos links pelo TCE-PR para cadastro, via Google Forms, de Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Municipais de Saúde, Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB e Assistência Social.

## 30/07/2025 – 2ª reunião geral

- Envio dos links do Google Forms a todos os participantes.
- 2. TCE-CE apresenta cartilha de formação para Conselhos e anuncia apresentação de disciplina eletiva vinculada ao MEC na reunião seguinte.
- TCU indica apresentação de material de controle social na reunião seguinte.
- TC-DF apresenta iniciativas de participação social (auditorias/levantamentos) e Guia orientador para Conselheiros de Saúde do DF.
- Encaminhamento: após apresentações, formalizar Plano de Ação e definir produto a ser entregue.

## 27/08/2025 – 3ª reunião geral

- Proposta de criação, pela ATRICON, de plataforma on-line que funcione como repositório unificado de capacitação para o controle social de todo o Brasil, com foco nos conselhos municipais, reunindo materiais e ferramentas consolidados pelos TCs (cartilhas, vídeos, cursos, trilhas de capacitação e instrumentos de apoio às fiscalizações, como BIs, aplicativos e painéis).
- Proposta de recomendação à ATRICON para mobilizar os TCs na divulgação da plataforma aos atores do controle social em seus respectivos estados.
- Proposta de recomendação à ATRICON para elaborar Nota Técnica sobre o cadastramento dos principais conselhos municipais de políticas públicas, a fim de viabilizar a aproximação e o contato direto com os colegiados, fortalecer as capacitações, disponibilizar ferramentas e estimular atuações conjuntas (TCs e Conselhos) na fiscalização das políticas públicas setoriais.

## 17/09/2025 – 4ª reunião geral

- Alinhamento com a reunião geral da Rede Integrar (18/09/2025) sobre validação do modelo de relatório de ações do PAT 2025.
- Definição preliminar do produto da Ação nº 8:
  - **Criação pela ATRICON de Plataforma on-line (repositório unificado):** concentrar conteúdos de capacitação e ferramentas de apoio ao controle social — especialmente para conselhos

municipais — incluindo cartilhas, vídeos, cursos, trilhas, BIs, aplicativos e painéis, **padronizados e validados** pelos TCs.

- **Disseminação coordenada (ATRICON, IRB, TC'S):** orientar e articular que cada TC providencie a ampla divulgação da plataforma aos atores do controle social no âmbito estadual, ampliando alcance e adesão.
  - **Recomendar à ATRICON a elaboração de Nota Técnica:** orientação sobre cadastramento e manutenção de contato com os principais conselhos municipais, estabelecendo fluxo de comunicação, agenda de capacitações e uso de ferramentas compartilhadas, com vistas à fiscalização conjunta entre TCs e Conselhos.
- Encaminhamento: análise colaborativa do modelo de Nota Técnica (RN) e consolidação de versão final para a próxima reunião.

## Resultados Alcançados

Descreva os principais resultados alcançados pela ação, como indicadores mensuráveis (se houver), impacto percebido e transformações geradas.

- **Conteúdo e capacitação:** durante as reuniões, diversos Tribunais compartilharam e apresentaram materiais de capacitação (cartilhas, guias, cursos, trilhas, vídeos) e projetos de controle social e participação cidadã. O TCE-PR expôs sua atuação institucional, incluindo metas, indicadores e ações previstas no Plano de Gestão e no Planejamento Estratégico; destacou a previsão regimental que admite o apoio do controle social às fiscalizações nas fases de planejamento, execução e monitoramento; apresentou o funcionamento da Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social (CACs), unidade instituída em 2022 para capacitar, fortalecer e integrar o controle social às ações do Tribunal; e evidenciou projetos de atuação conjunta, canais de comunicação direta com a sociedade e parcerias formalizadas com observatórios sociais e universidades.
- **Mapeamento e relacionamento com conselhos:** apresentação e disponibilização de **links padronizados (Google Forms)** para cadastro de Conselhos Municipais (Saúde, Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB e Assistência Social), visando mapear contatos, composição e canais oficiais e estabelecer rotina de comunicação contínua.
- **Entregas estruturantes:** consolidação da proposta de **plataforma/repositório unificado** e elaboração da **minuta de Nota Técnica** sobre cadastramento dos Conselhos, com definição de escopo, objetivos, públicos-alvo, diretrizes de governança, estratégias de divulgação e próximos passos.

## AÇÃO 9 - APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE CONTROLE DE EQUIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO TCU – A ATUAÇÃO DA CORTE NO EXAME DA DIMENSÃO DE DESEMPENHO DE EQUIDADE

**Área Temática:** Direitos Humanos e Equidade

**Forma de Cooperação:** Disseminação de conhecimento técnico, alinhamento metodológico entre Tribunais de Contas, capacitação e indução de boas práticas de controle com enfoque na equidade.

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenadora da Ação:** Wanessa Carvalho Amorim Mello (Diretora de Fiscalização das Políticas de Direitos Humanos e Equidade)

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes

Tribunal	Nome do integrante	Tribunal	Nome do integrante
TCU	Renata Silveira Carvalho	TCE PR	Camila Ribeiro Felix
TCU	Wanessa Carvalho Amorim de Mello	TCE PB	Adriana do Rego
TCU	Paulo Gomes Gonçalves	TCE PB	George Lucas
TCU	Larissa Nunes Mota	TCE PR	Evandro de Santa Cruz Arruda
TCU	Marcela de Oliveira Timóteo		Jane Soares
TCU	Vivian Souza Alves Viana	TCE RJ	Eduardo Vieira da Costa
TCU	Rosana de Oliveira Machado Aragão	TCE RJ	Aline do Nascimento Macedo
TCE MG	Joelma Terezinha Diniz de Macedo	TCE ES	Rodrigo Reis Lobo de Rezende
TCE RJ	Raffael Ianni Rodrigues	TCDF	Diogo Dos Santos Coelho
TCE ES	Wagner Soares de Oliveira	TCE ES	Ana Emília

### Objetivo da Ação

A ação teve por objetivo **apresentar, difundir e consolidar os fundamentos, diretrizes e instrumentos da Estratégia de Controle de Equidade em Políticas Públicas do TCU** no âmbito da Rede Integrar, fortalecendo a capacidade dos Tribunais de Contas de incorporarem a dimensão da equidade de forma transversal, interseccional e sistemática em suas ações de Controle Externo.

A ação buscou:

- Sensibilizar e capacitar os integrantes da Rede Integrar sobre a abordagem identitária, transversal e interseccional da estratégia.
- Demonstrar como a equidade se insere como dimensão de avaliação no controle externo (o “quinto E”).
- Compartilhar métodos, riscos identificados, repertórios conceituais e práticas de fiscalização voltadas para grupos vulnerabilizados.

- Ampliar a compreensão sobre o Referencial de Equidade, o curso autoinstrucional e as ações já realizadas pelo TCU no tema.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

Foi realizado um encontro no dia 18/11, onde foram apresentadas as seguintes informações:

### 1. Estruturação e apresentação técnica da Estratégia de Controle de Equidade

- Sistematização dos fundamentos: equidade, transversalidade e interseccionalidade.
- Enfoque sobre desigualdades horizontais, grupos de interesse e situações-problema.

### 2. Exposição das ferramentas e produtos estruturantes da Estratégia

- Produções de conhecimento voltadas para os 11 grupos de interesse.
- Fichas-síntese com situações-problema.
- Webinários temáticos realizados pelo TCU.
- Referencial de Equidade como guia orientativo.
- Curso autoinstrucional on-line “O olhar do controle e sua contribuição para a promoção da equidade”.
- Publicação “Revisão de políticas públicas para equidade de gênero e direitos das mulheres”.

### 3. Sistematização das ações de fiscalização alinhadas à Estratégia

Foram apresentados aos membros da Rede Integrar os principais trabalhos de controle desenvolvidos pelo TCU sob a ótica da equidade, incluindo:

- Auditoria sobre prevenção e combate ao assédio em Universidades Federais (Acórdão 505/2025).
- Fiscalização da Meta 5.5 do ODS 5 sobre mulheres em cargos de liderança (Acórdão 634/2025).
- Auditorias sobre creches, vulnerabilidade socioambiental de povos indígenas, população em situação de rua, políticas para LGBTQIAPN+, cotas e inclusão laboral de PCD e população negra, dentre outros.

### 4. Discussão metodológica

- Debate sobre riscos de invisibilização de grupos específicos.
- Inserção da equidade como dimensão de avaliação conforme o Manual de Auditoria Operacional (ISSAI 3100/49).
- Sensibilização e mobilização dos TCs para adoção do olhar por grupos.
- Compartilhamento de boas práticas e de metodologias aplicáveis ao âmbito subnacional.

## Resultados Alcançados

### 1. Disseminação ampliada da Estratégia entre os Tribunais de Contas

A apresentação consolidou o entendimento comum sobre a importância da equidade como elemento estruturante do Controle Externo e como dimensão de avaliação das Políticas Públicas.

### 2. Sensibilização de coordenadores e equipes técnicas

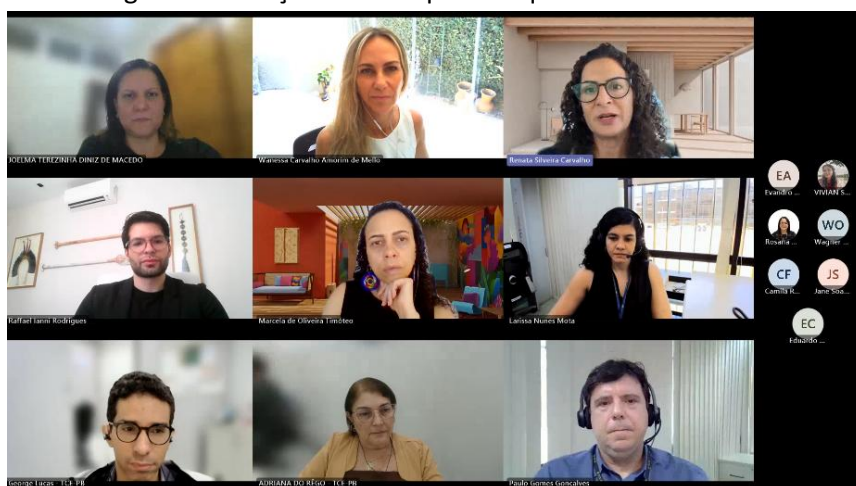
A ação contribuiu para fortalecer dentro da Rede Integrar a visão de que: políticas públicas demandam tratamento diferenciado para grupos distintos; a transversalidade e a interseccionalidade são essenciais para compreender desigualdades e a equidade não é apenas um valor normativo, mas uma lente de auditoria.

### 3. Ampliação do repertório técnico dos TCs

Os participantes passaram a ter: acesso ao Referencial de Equidade; conhecimento sobre o curso autoinstrucional e compreensão dos riscos identificados pelo TCU e das boas práticas já aplicadas.

### 4. Indução de novas fiscalizações com foco em grupos vulnerabilizados

A apresentação favoreceu o alinhamento conceitual entre os TCs; o estímulo à replicação de metodologias e a inserção do enfoque de equidade em auditorias estaduais e municipais.



## AÇÃO 10 - FUNDEB – ALINHAMENTO ENTRE OS TCS SOBRE ORIENTAÇÃO AOS GESTORES A RESPEITO DAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DAS CONTAS ESPECÍFICAS

**Área Temática:** Educação

**Forma de Cooperação:** Capacitação

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** André Geraldo Carneiro de Oliveira

**Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

TCE-BA, TCE-CE, TCE-AC, TCE-GO, TCE-PI, TCE-RR, TCE-PA, TCE-TO, TCE-MA, TCE-SC, TCE-MS, TCE-MT, TCE-PB, TCU, TCM-PA e TCM-BA

### Objetivo da Ação

Treinamento sobre as Regras de Funcionamento, Transparência e Rastreabilidade da Movimentação Financeira do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

O treinamento/workshop foi realizado em duas sessões online, via Microsoft Teams, de meio período, à tarde, nos dias 12/06/2025 e 17/06/2025.

### Resultados Alcançados

O treinamento alcançou seu propósito principal de capacitar os participantes nas principais regras da boa e regular e gestão das contas do Fundeb a serem cumpridas pelos gestores públicos e pelas instituições financeiras que abrigam contas do Fundo. A ação é parte integrante do projeto Sinapse (Ação 11 do PAT 2025 Rede Integrar). A intenção é que os materiais utilizados no treinamento sejam atualizados e incorporados à plataforma web que ampara o Sistema.

## AÇÃO 11 - SINAPSE - SISTEMA INFORMATIZADO DE AUDITORIA CONTÍNUA EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO

**Área Temática:** Educação

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** André Geraldo Carneiro de Oliveria

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes**

TCE-AC, TCE-AP, TCE-CE, TCE-GO, TCE-PB, TCE-PR, TCE-SC, TCE-SP, TCE-TO, TCDF, TCM-RJ, TCE-AM, TCE-PA, TCE-PI, TCE-MT, TCE-MS, TCE-BA, TCE-RO, TCE-PE e TCE-MG.

### **Objetivo da Ação**

Incluir novos Tribunais de Contas no projeto, de forma a realizarem fiscalização remota e contínua nas áreas temáticas do Sinapse (Fundeb, adequação da formação inicial de professores da educação básica e avaliação da qualidade e disponibilidade da Internet nas escolas).

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

Ao longo de 2026, a equipe do projeto aperfeiçoou a metodologia Sinapse, com destaque para o desenvolvimento de novas tipologias: titularidade indevida da conta Salário única e específica, para a área temática Fundeb e duas tipologias de uma nova área temática do projeto, Conectividade: Velocidade de Download Inadequada para Uso Pedagógico nas Escolas Públicas e Ausência de Instalação (ou Instalação Inadequada) do Medidor Educação Conectada. Além disso, foi intensificada a integração Sinapse-MPF, consubstanciada na atuação conjunta na fiscalização do Fundeb.

### **Resultados Alcançados**

Em novembro de 2025, foram realizadas reuniões e tratativas com os Tribunais de Contas do Acre (TCE-AC), Amapá (TCE-AP), Ceará (TCE-CE), Goiás (TCE-GO), Paraíba (TCE-PB), Paraná (TCE-PR), Santa Catarina (TCE-SC), São Paulo (TCE-SP), Tocantins (TCE-TO), do Distrito Federal (TCDF) e do município do RJ (TCM-RJ) com vistas ao ingresso no Sinapse ainda em 2025 e para a continuidade da atuação no projeto em 2026. Assim, estes onze tribunais devem se unir aos nove tribunais que já participam do projeto: Amazonas (TCE-AM), Pará (TCE-PA), Pernambuco (TCE-PE), Piauí (TCE-PI), Mato Grosso (TCE-MT), Mato Grosso do Sul (TCE-MS), Bahia (TCE-BA), Rondônia (TCE-RO) e Minas Gerais (TCE-MG).

Em 2026, será dada continuidade ao aperfeiçoamento da governança do Sinapse, com a formalização da participação de Tribunais na coordenação do projeto em conjunto com o TCU. Até o momento, temos o interesse preliminar de TCE-TO, TCE-RO e TCE-MG para atuarem como coordenadores no projeto.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Parcerias e Apoios

O Sinapse envolve a atuação em rede de diversos parceiros institucionais como o Ministério Público Federal (MPF), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Nic.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR).

## AÇÃO 12 - ENCONTRO PARA COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

**Área Temática:** Educação

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas da União - TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Bertrand de Matos Moura e Marco Aurélio Marques de Queiroz

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

- Tribunal de Contas do Estado do Ceará - Roberta Leite de Aragão e Priscila Lima de Castro;
- Tribunal de Contas do Estado do Ceará - Priscila Lima de Castro e Jocyrrégia Maria Peixoto Alves;
- Tribunal de Contas do Estado da Bahia - Aline Kazuko Sonobe;
- Tribunal de Contas da União - André Geraldo Carneiro de Oliveira e José Galvão Diniz Filho;
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - Maíra Oliveira Noronha e Jumara Novaes Sotto Maior;
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - Everaldo Lino Alves;
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth e Hermano Duarte Ribeiro;
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Nelson Nei Granato Neto;
- Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - Weverton Lisboa de Sena;
- Tribunal de Contas do Estado do Ceará - Priscila Lima de Castro e Roberta Leite de Aragão;
- Tribunal de Contas do Distrito Federal - Marcia Helena da Silva e Wagner Alves da Silva Marcarini;
- Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Felipe Mottin Pereira de Paula e Igor Tadeu Ribeiro de Carvalho;
- Tribunal de Contas da União - Eric Barrozo Ferreira e Núbia Passos Patrocínio.

### **Objetivo da Ação**

Compartilhamento de boas práticas na área de educação básica, por meio de apresentações telepresenciais, pela plataforma Teams, seguidas de debates, perguntas e respostas.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

- **Apresentação: Cidadania e Controle Social das Contas Públicas**  
Tribunal de Contas do Estado do Ceará  
Apresentadoras: Roberta Leite de Aragão e Priscila Lima de Castro  
Informações adicionais: Trata-se de disciplina eletiva de cidadania e controle social sugerida pelo TCE/CE e adotada pelas escolas de ensino fundamental e médio  
Data e horário da apresentação: 06/08/2025, às 10h
- **Apresentação: Implementação local da Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 anos - Atenção Precoce**  
Tribunal de Contas do Estado do Ceará  
Apresentadoras: Priscila Lima de Castro e Jocyrregia Maria Peixoto Alves  
Informações adicionais: Trata da apresentação dos resultados de auditoria operacional realizada no tema indicado  
Data e horário da apresentação: 06/08/2025, às 11h
- **Apresentação: Educação é da Nossa Conta - Na Estrada**  
Tribunal de Contas do Estado da Bahia  
Apresentadora: Aline Kazuko Sonobe  
Informações adicionais: Uma ação pioneira de articulação, promovendo o diálogo com gestores públicos, controle social e comunidade escolar por meio de minicursos e atendimentos técnicos, em diferentes territórios da Bahia, buscando o aperfeiçoamento e a efetivação das políticas públicas educacionais.  
Data e horário da apresentação: 14/08/2025, às 14h
- **Apresentação: Sinapse - Sistema Informatizado de Auditoria em Programas de Educação**  
Tribunal de Contas da União  
Apresentadores: André Geraldo Carneiro de Oliveira e José Galvão Diniz Filho  
Informações adicionais: Metodologia em desenvolvimento, com suporte de aplicação Web, para a realização de auditorias remotas e contínuas em programas de Educação executados por quaisquer dos entes federativos (União, Estados, DF e Municípios), integrando as etapas de execução e monitoramento da fiscalização.  
Data e horário da apresentação: 14/08/2025, às 15h
- **Apresentação: Projeto Áfibra – Fiscalização da Educação para as Relações Étnico- Raciais**  
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia  
Apresentadoras: Maíra Oliveira Noronha e Jumara Novaes Sotto Maior  
Informações adicionais: O Projeto Áfibra é uma iniciativa do Controle Externo em parceria com a

Escola de Contas, que avalia a implementação do Art. 26-A da LDB nos municípios baianos verificando se as redes de ensino promovem o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. O projeto inclui diagnóstico, capacitação e ação de fiscalização, com foco na promoção da equidade racial na educação pública.

Data e horário da apresentação: 19/08/2025, às 14h

- **Apresentação: Fortalecimento da Educação nos Municípios do Arquipélago do Marajó**  
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Apresentador: Everaldo Lino Alves  
Informações adicionais: Experiência do Projeto Fortalecimento da Educação nos Municípios do Pará: Etapa Marajó, tendo por visão consolidar a decisão de ir além do órgão fiscalizador e julgador, exercendo o papel de indutor de bons resultados da política pública.  
Data e horário da apresentação: 19/08/2025, às 15h
- **Apresentação: Conectividade na Educação Básica**  
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro  
Apresentadores: Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth e Hermano Duarte Ribeiro  
Informações adicionais: Apresentação de auditorias realizadas com o objetivo de verificar as condições de acesso de alunas(os) e professoras(es) à rede mundial de computadores, para identificar as principais dificuldades enfrentadas, buscando diagnosticar eventuais ações adotadas, inclusive em regime de colaboração com redes dos demais entes federativos.  
Data e horário da apresentação: 21/08/2025, às 10h
- **Apresentação: Auditoria da Educação: políticas e práticas eficazes para a garantia do aprendizado nos anos iniciais do ensino fundamental**  
Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
Apresentador: Nelson Nei Granato Neto  
Informações adicionais: Auditoria operacional orientada a problemas. Tem por base a NBASP 3000.44. Uma abordagem orientada a problema examina, verifica e analisa as causas de problemas específicos. As conclusões e recomendações baseiam-se principalmente no processo de análise e confirmação das causas.  
Data e horário da apresentação: 21/08/2025, às 11h
- **Apresentação: Auditoria Coordenada na Educação Infantil**  
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba  
Apresentador: Weverton Lisboa de Sena  
Informações adicionais: Ações de controle relativas ao programa Paraíba Primeira Infância, que tem por objetivo apoiar os municípios paraibanos com recursos orçamentários para construção

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

de unidades de creches/pré-escolas, compostas por monitoramento dos recursos, inspeção de obras em andamento, abertura de procedimentos especiais, retorno às obras inspecionadas, atualização da situação nos processos em andamento e novo levantamento com base nos dados do GeoPB.

Data e horário da apresentação: 28/08/2025, às 14h

- **Apresentação: Controle em ação**

Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Apresentadoras: Priscila Lima de Castro e Roberta Leite de Aragão

Informações adicionais: Exposição de uma ação que apresenta à sociedade os resultados das fiscalizações feitas pelo TCE-CE em linguagem simples e acessível.

Data e horário da apresentação: 03/09/2025, às 15h

- **Apresentação: Auditoria integrada com o objetivo de avaliar o gerenciamento do acesso à educação infantil (creches)**

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Apresentadores: Marcia Helena da Silva e Wagner Alves da Silva Marcarini

Informações adicionais: Auditoria que tem por objetivo avaliar a gestão do acesso às creches públicas e os controles empreendidos pela SEE/DF sobre os serviços prestados pelas Instituições Educacionais Parceiras.

Data e horário da apresentação: 09/09/2025, às 15h

- **Apresentação: Central de vagas e expansão da creche**

Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

Apresentadores: Felipe Mottin Pereira de Paula e Igor Tadeu Ribeiro de Carvalho

Informações adicionais: Apresentação de projetos desenvolvidos com a participação do TCE-RO, envolvendo: central de vagas e creches, mapeamento territorial da demanda manifesta e apoio aos municípios para a expansão de vagas.

Data e horário da apresentação: 09/09/2025, às 16h

- **Apresentação: Auditoria operacional sobre disponibilização de vagas em creche**

Tribunal de Contas da União

Apresentadores: Eric Barrozo Ferreira e Núbia Passos Patrocínio

Informações adicionais: O objetivo da auditoria foi avaliar a efetividade das obras do Programa Proinfância, verificar como tem sido feita a gestão de acesso às creches pelos municípios e a atuação intersetorial no planejamento e gestão da oferta de vagas e na realização da busca ativa de crianças em situação de maior vulnerabilidade

Data e horário da apresentação: 11/09/2025, às 14h

## Resultados Alcançados

- Divulgação de boas práticas e de práticas inovadoras em educação básica e controle nessa área entre o público que assistiu aos eventos (servidores e estagiários dos Tribunais de Contas participantes), seguida de perguntas, respostas e debates;
- Possibilidade de *benchmark* das boas práticas e práticas inovadoras em educação básica;
- Criação de repositório da página do Instituto Rui Barbosa/Rede Integrar com o conteúdo das apresentações.

## Parcerias e Apoios

- Tribunal de Contas da União;
- Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- Tribunal de Contas do Estado da Bahia;
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;
- Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

The image shows a Zoom meeting interface. The main window displays a presentation slide from the Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), specifically the Diretoria de Auditoria e Fiscalização (DIAFI). The slide is titled "Seleção dos municípios para inspeção das obras" and features a map of the state of Paraíba with its municipalities highlighted in various colors and numbered. The slide number "6" is visible in the bottom right corner. On the right side of the Zoom window, there is a vertical gallery of participants, including Bertrand de Matos Moura, Diego Padilha de Siqueira, Weverton Sena (TCE-PB), Maria G. Alves de Albuquerque, Renata Carrilho, and Marco Aurélio Marques de... At the bottom of the Zoom window, there is a chat icon with "JB" and a participant count of "+14".

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 13 - CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACOMPANHAMENTO DO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CONJUNTO COM OS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS

**Área Temática:** Educação

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Alípio Dias dos Santos Neto

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

Tribunal	Nome do servidor	Tribunal	Nome do servidor
TCE-MS	Marcos Camillo Soares	TCE-MT	Mônica Garcia Nardoni
TCE-PE	Nazli Leça	TCE-PA	Larissa Fagundes da Rosa e Silvar
TCE-AM	France Clayre Moutinho da Silva Melo	TCM-SP	Suelem Benicio
TCE-RR	Antonio de Oliveira Marques Maria do Perpétuo Socorro Moura Pinho	TCE-MA	Helvilane Maria Abreu Araujo Matilene Rodrigues Lima Sônia Regina Machado Tobias
TCE-RN	Aleson Amaral de Araújo Silva	TCE-BA	Mariana Faria Matos Aline KasuKo Sonobe
TCE-AP	Carina Baia Rodrigues Regiane Guedes Rodrigues	TCE-CE	Priscila Lima de Castro Jocyrrégia Maria Peixoto Alves
TCE-AC	Maria Laélia Lima da Silva Gerson da Silva Januário	TCE-PR	Nelson Nei Granato
TCM-GO	Fernanda de Moura Ribeiro Naves Marcus Machado de Lima Maria do Carmo de Jesus Gontijo Roberto de Carvalho Coutinho Thatiane Grasielle Carneiro	TCE-MG	Simone Pereira de Araújo
TCE-GO	Daniela Silveira de Azevedo	TCDF	Wagner Alves Da Silva Marcarini Matheus Carvalho Andrade
TCE-ES	Julia Sasso Alighieri Willian Fernandes Marcelo Cassunde de Carvalho Luiz Gustavo Braga Freire	TCE-PI	Carolline Leite Lima Nascimento
TCE-SP	Vanderlei Marçola Alexandre Dutra Roberta Veras	TCE-RO	Maria Gleidivana Alves de Albuquerque José Carlos Colares
TCM-BA	Maíra Oliveira Noronha Helder Sena de Souza Alciene Almeida da Silva Julita Ribeiro Ferreira	TCU	Alípio Dias dos Santos Neto Marco Aurélio Marques Queiroz Bertrand de Matos Moura
TCM-PA	Ana Cristina Santos Sodré Everaldo Lino Alves Naiara Videira dos Santos		

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Objetivo da Ação

Descrever de forma clara e sucinta o objetivo geral da ação. Apresentação de propostas por meio do compartilhamento de experiências, metodologias e de boas práticas para estabelecer um mecanismo de acompanhamento e fiscalização do PNE.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

Data	Atividades e produtos desenvolvidos <sup>1</sup>
28/04/2025	Primeira reunião com os participantes da Ação 13. Definição das ações a serem realizadas. Primeira parte compartilhamento de experiências. Segunda parte elaboração de documento sobre os aspectos relevantes na estratégia de acompanhamento do PNE.
05/06/2025	Análise do conjunto de trabalhos inscritos para serem apresentados e definição da organização das apresentações.
17/06/2025	Segunda reunião com os participantes da Ação 13. Discussão do cronograma de apresentações e ajustes, caso necessário. Apresentações da ação 13 definidas para 01/07/2025 e 04/07/2025.
01/07/2025	Apresentação do TCM-BA (Estratégias do TCM-BA para Fiscalização do PNE nos municípios baianos) Apresentação do TCE-ES (Análise do aspecto operacional na execução do plano de educação).
04/07/2025	Apresentação do TCM-GO (1) Programa PME AQUÍ; 2) Relatório de Avaliação da Transparência dos Portais dos municípios goianos e 3) Painel de Monitoramento das metas dos Planos Municipais de Educação.) Apresentação do TCU (Metodologia de acompanhamento do PNE pelo TCU)
29/10/2025	Reunião com o Ministério da Educação sobre as orientações dadas às redes estaduais para construção dos novos planos de educação

<sup>1</sup> A tabela contempla apenas as atividades relativas à fase 1 do trabalho. A fase 2, que é a elaboração de documento sobre os aspectos relevantes dos planos de educação, não foi concluída até 14/11/2025.

Como produto dessa primeira fase do trabalho foram produzidos os vídeos relativos aos compartilhamentos de experiências, boas práticas e discussões relacionadas às apresentações.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Resultados Alcançados

Até o momento foram coletados elementos relevantes para se pensar em estratégias para o acompanhamento dos planos de educação. A partir das experiências compartilhadas e da reunião com o Ministério da Educação foram encontrados pontos fundamentais que devem ser trabalhados no caminho, para se construir estratégia de acompanhamento como a disponibilização e organização de dados, obtenção de visão local para construção dos planos e acompanhamento da construção dos planos estaduais e municipais.

## Parcerias e Apoios

Ministério da Educação

**INTEGRAR**  
**Apresentações da Ação 13 do Plano Anual de Trabalho**  
Construção da estratégia de acompanhamento do Novo Plano Nacional de Educação em conjunto com os tribunais de contas estaduais.

<b>01 JUL</b>	<b>Título:</b> Análise de Aspecto operacional na execução do plano de educação. <b>Apresentadores:</b> Hudson dos Santos & Jane Belfort (TCE - ES)	14h - 15h30
<b>01 JUL</b>	<b>Título:</b> Estratégias do TCM/BA para Fiscalização do PNE nos municípios balneios. <b>Apresentador:</b> Máira Oliveira Noronha (TCM - BA)	14h - 15h30
<b>04 JUL</b>	<b>Título:</b> Metodologia de Acompanhamento do PNE no TCU - Avanços e Possibilidades de Melhorias. <b>Apresentador:</b> Alípio Dias dos Santos Neto (TCU)	14h - 15h30
<b>04 JUL</b>	<b>Título:</b> Programa PME AQUÍ; Relatório de Avaliação da Transparência dos Portais dos municípios goianos; Painel de Monitoramento das metas dos Planos Municipais de Educação <b>Apresentadores:</b> Roberto de Carvalho Coutinho & Fernanda de Moura Ribeiro Neves (TCM - GO)	14h - 15h30

**TCM** Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Bahia

**Rede Integrar – ação 13: Construção da estratégia de acompanhamento do Novo PNE**

**Estratégia de Fiscalização do PNE no TCM/BA**  
Máira Noronha – Núcleo de Educação/3º DCE

**TCM-BA**  
educação

MS  
Máira N.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 14 - ACOMPANHAMENTO DO PACTO NACIONAL PELA RETOMADA DE OBRAS E DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONALIZANTE

**Área Temática:** Infraestrutura (obras)

**Forma de Cooperação:** Intercâmbio de informações em casos de sobreposição de competências

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Luciano Pereira Coelho

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

Tribunal	Nomes dos participantes	Tribunal	Nomes dos participantes
TCDF	Adriana Cuoco Portugal Juarez Felix Medeiros	TCE-MG	Douglas Emanuel Nascimento de Oliveira
TCE-AM	Rebson Bernardo de Souza Ronaldo Almeida de Lima	TCE-MS	Fernando Daniel Insaurralde
TCE-CE	Antônio Alves Ferreira Júnior Gustavo Pinheiro Moreira	TCE-PA	Bryner Barbosa de Brito Felipe Freire Monteiro
TCE-GO	Bruno Luis Malaquias e Silva Ricardo Souza Lobo	TCE-PB	Alcimar Fraga Júlio Uchoa Cavalcanti Neto
TCE-MA	Antônio Carlos Silva Júnior Divaci Couto Júnior Flaviana Pinheiro Silva Jorge Henrique Silva Matos Keila Heluy Gomes Kels-Cilene Pereira Carvalho Sérgio Murilo F. Maia Valeska Cavalcante Martins de Albuquerque	TCE-PR	Carlos José Pacheco Caron Felipe Castro Garcia José Alcides Pasquali Junior Marcelo Marçal Belich Marco Antonio Araujo de Paula Pessoa Maria Jose Herkenhoff Carvalho Paulo Augusto Daschevi
TCE-PE	Alfredo Montezuma Pedro Coelho Teixeira Cavalcanti	TCE-RN	José Monteiro Coelho Filho José Rosenilton de Araújo Maracajá Lucas Praciano de Oliveira Mayara Costa Duarte de Oliveira
TCE-PI	Lucas Eulálio Carvalho	TCE-RS	Clauber Bridi Omar da Silveira Neto
TCE-RO	Douglas Angelo Razabone Fernando Junqueira Bordignon Leonardo Costa	TCE-SC	Danilo Oliani Matheus Lapolli Brighenti
TCE-SP	Ernesto Hermida Homero	TCE-SE	Mary Karla Maia dos Santos
TCM-BA	Bartolomeu Barros Lordelo Junior Danilo Márcio da Cruz Santos Pereira	TCM-GO	Hermes Fradique Marcal
TCM-PA	Andreza Pereira Santa Brigida Pampolha Antonio Wenderson dos Santos Moura Nayara Guimarães de Figueiredo Paulo Sérgio Lopes Pinto	TCM-Rio	Márcio Antônio Braga de Sousa Maurício Ferreira da Costa

Tribunal	Nomes dos participantes	Tribunal	Nomes dos participantes
	Rafael Leão Wanzeler Raimundo Jeferson Pereira da Silva		

## Objetivo da Ação

Promover a articulação entre o TCU, os Tribunais de Contas e demais órgãos de controle para evitar duplicidade de esforços para o acompanhamento das obras do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante, geridas pelo FNDE e executadas pelos entes federados, assegurando maior eficiência, padronização e transparência nas ações de fiscalização.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

Em 2025, a Ação 14 concentrou esforços na consolidação das ferramentas criadas no ciclo anterior e na ampliação da adesão dos Tribunais de Contas locais. O ano foi marcado por avanços na integração tecnológica, na articulação institucional e na disseminação de boas práticas.

As principais atividades e entregas podem ser agrupadas em quatro eixos:

### a) Cooperação Institucional e Articulação Federativa

Durante o ano de 2025, o TCU promoveu reuniões técnicas coletivas com os Tribunais de Contas dos estados e municípios, com o objetivo de alinhar procedimentos e incentivar o compartilhamento de dados sobre as obras repactuadas. Esses encontros reuniram representantes de mais de 20 Tribunais de Contas e possibilitaram:

- a apresentação do Painel de Acompanhamento da Retomada de Obras da Educação e do aplicativo da Rede Integrar;
- o debate sobre estratégias conjuntas de fiscalização;
- a identificação de dificuldades operacionais e de acesso a sistemas (como o Simec/FNDE);
- e o levantamento de boas práticas locais e soluções colaborativas.

Além dessas reuniões coletivas, entre junho e julho de 2025, foram realizadas reuniões bilaterais do TCU com cada Tribunal, permitindo mapear realidades específicas e promover acompanhamento individualizado da adesão à Rede Integrar.

### b) Desenvolvimento e Consolidação de Ferramentas Tecnológicas

Uma das principais entregas da Ação 14 foi a consolidação do aplicativo da Rede Integrar (Figura 1), disponível para os auditores dos Tribunais de Contas designados na ação, em

<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=710446>.

O sistema permite:

- o cadastro de processos e ações de controle,
- a associação das obras fiscalizadas,
- o registro de fiscalizações planejadas ou concluídas, e
- a inclusão de documentos públicos, como relatórios e termos deliberativos.

A ferramenta foi desenvolvida para padronizar e dar transparência aos dados, evitando duplicidade de esforços e facilitando a atualização contínua das informações.

A partir das informações inseridas no aplicativo, foi criado o Painel de Acompanhamento da Retomada das Obras da Educação, lançado em 30 de junho de 2025, com acesso público em <https://paineis.tcu.gov.br/obraseducacao> (Figuras 2 a 4).

O painel consolida dados das ações de controle em todo o país, permitindo visualizar:

- o número de obras paralisadas, repactuadas, aprovadas e concluídas;
- os valores envolvidos e a fase das obras;
- e a cobertura das fiscalizações, com filtros por estado, município e órgão de controle.

Essa estrutura tecnológica representa um salto de integração e transparência, alinhando as ações dos diferentes entes de controle e possibilitando à sociedade acompanhar o andamento das fiscalizações em tempo real.

#### c) Fortalecimento da Integração entre Órgãos de Controle

Durante o ano de 2025, a CGU e o Ministério Público consolidaram sua participação ativa na Rede Integrar.

A CGU compartilhou dados de sua fiscalização e colaborou diretamente no compartilhamento dos dados para o Painel de Acompanhamento, enquanto o MPF passou a utilizar as informações produzidas pela Rede como insumo para recomendações e medidas preventivas, sobretudo no acompanhamento das obras repactuadas. Além desses parceiros, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) comprometeu-se a compartilhar os dados do [painel](#) criado por eles sobre a retomada de obras de creche.

Essa atuação integrada gerou efeitos sistêmicos, ampliando a base de apoio ao controle e promovendo ações mais coordenadas e preventivas.

## d) Disseminação de Boas Práticas e Aprendizados

As reuniões e trocas institucionais permitiram mapear boas práticas de fiscalização e iniciativas locais de cooperação.

Destacam-se, entre outras:

- O TCE-MA, que promove reuniões on-line com gestores municipais para resolver preventivamente pendências técnicas das obras;
- O TCE-RO e o TCM-GO, que adotaram a prática de registrar qualquer ação de controle, mesmo simples, garantindo rastreabilidade;
- O TCE-PB e o TCE/SC, que demonstraram abertura à participação cidadã e ao voluntariado nas ações de controle.

Essas experiências reforçam a importância de uma atuação colaborativa, preventiva e transparente, pilares da Rede Integrar.

## Resultados Alcançados

Os resultados da Ação 14 em 2025 confirmam a efetividade e a maturidade crescente da Rede Integrar como instrumento de cooperação e inovação no controle público.

Entre os principais resultados alcançados:

- Painel de Acompanhamento da Retomada das Obras da Educação da Rede Integrar lançado e em funcionamento desde junho de 2025, consolidando informações sobre mais de 2.558 obras aprovadas, sendo 2.157 repactuadas, conforme dados do [Painel Pacto de Retomada de Obras do FNDE](#).
- 771 obras fiscalizadas, representando 36% do valor total dos contratos (R\$ 2 bilhões fiscalizados em um universo de R\$ 6,17 bilhões).
- Índice de Cobertura de Fiscalização (ICF) nacional de 36%, com destaque para os estados da Bahia, Minas Gerais e Sergipe, que atingiram 100% de cobertura com alguma ação de controle realizada e cadastrada.
- 38% dos órgãos de controle já utilizando o aplicativo da Rede Integrar para registrar e integrar suas fiscalizações.
- Participação ampliada da CGU, do MPF e do CNMP, que passaram a empregar as bases de dados do painel em suas próprias ações de controle e de recomendação.
- Engajamento crescente dos Tribunais de Contas locais, que demonstraram comprometimento com o compartilhamento de informações e com o fortalecimento do controle cooperativo.

Em paralelo aos resultados quantitativos, a ação gerou impactos qualitativos relevantes, como:

- o fortalecimento da governança interinstitucional,
- a padronização de informações de controle,
- o aumento da transparência e da *accountability*, e
- a formação de uma rede colaborativa de auditores e técnicos voltada à melhoria da gestão pública educacional.

O conjunto dessas iniciativas contribui para elevar a efetividade do controle externo e reforçar o papel da Rede Integrar como referência nacional em integração de dados e ações de fiscalização.

## Parcerias e Apoios

A execução da Ação 14 contou com coordenação do Tribunal de Contas da União (TCU) e foi desenvolvida no âmbito da Rede Integrar, contando com cooperação ativa de importantes parceiros institucionais:

- Rede Integrar, que atuou como estrutura de articulação e difusão das iniciativas de cooperação e transparência entre os órgãos de controle;
- Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, que participaram das reuniões técnicas, registraram ações no aplicativo da Rede Integrar e compartilharam boas práticas locais;
- Controladoria-Geral da União (CGU) – responsável pelo compartilhamento de dados e pela colaboração no desenvolvimento do Painel de Acompanhamento;
- Ministério Público Federal (MPF) – que passou a utilizar os produtos da Rede Integrar como base para recomendações e medidas preventivas;
- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – comprometeu-se a compartilhar os dados do [painel](#) criado por eles sobre a retomada de obras de creche.

Essas parcerias reforçam o caráter federativo e colaborativo da ação, que depende da adesão contínua e do compromisso conjunto dos entes de controle para manter o fluxo de informações e aprimorar o acompanhamento das obras públicas de educação.



# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 15 - ACOMPANHAMENTO DO PACTO NACIONAL PELA RETOMADA DE OBRAS E DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À SAÚDE.

**Área Temática:** Infraestrutura (obras)

**Forma de Cooperação:** Intercâmbio de informações em casos de sobreposição de competências

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Paula Vellasco Vassallo Garofalo

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

Tribunal	Nome dos participantes	Tribunal	Nome dos participantes
TCE-AM	Rebson Bernado de Souza	TCE-RN	José Rosenilton de Araújo Maracajá
	Ronaldo Almeida de Lima		Lucas Praciano de Oliveira
TCE-CE	Gustavo Pinheiro Moreira		Mayara Costa Duarte de Oliveira
	Antônio Alves Ferreira Júnior	TCE-RO	Fernando Junqueira Bordignon
TCE-MA	Divaci Couto Júnior		Leonardo Gonçalves da Costa
TCE-MS	Ricardo Alves	TCE-RS	Omar da Silveira Neto
TCE-PA	Isabella Pinto Figueiredo	TCE-SP	Ernesto Hermida Homero
	Brynnner Barbosa de Brito	TCM-BA	Bartolomeu Barros Lordelo Junior
	Felipe Freire Monteiro		Danilo Márcio da Cruz Santos Pereira
TCE-PE	Alfredo Montezuma	TCM-GO	Helen Regina de Oliveira e Ribeiro Capucho
TCE-PI	Lucas Eulálio Carvalho	TCM-RJ	Márcio Antônio Braga de Souza
TCE-PR	Luiz Cesar Linhares Masetti		TCM-SP
	Marcelo Cesar Piovesana Junior		Rafael Peçanha
	Felipe Castro Garcia		
	Marco Antonio Araujo de Paula Pessoa		
	Maria Jose Herkenhoff Carvalho		
	Paulo Augusto Dasvechi		

### Objetivo da Ação

Promover a articulação entre o TCU, os Tribunais de Contas e demais órgãos de controle para evitar duplicidade de esforços e integrar o acompanhamento das obras da saúde vinculadas ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras, executado pelo Ministério da Saúde e os entes federados, assegurando maior eficiência, padronização e transparência nas ações de fiscalização.

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

No segundo semestre de 2025, foram realizadas duas reuniões da Ação 15 da Rede Integrar, em 16 de outubro e 3 de novembro, com o objetivo de coordenar esforços entre os Tribunais de Contas para impulsionar a retomada de obras paralisadas na área da saúde.

Observou-se que o Pacto da Saúde, coordenado pelo Ministério da Saúde, avança em ritmo mais lento

e com menor engajamento dos municípios quando comparado ao Pacto da Educação. Apesar de existirem cerca de 5.000 obras elegíveis, poucas foram efetivamente repactuadas. A instabilidade da base de dados do Ministério da Saúde tem dificultado a definição do universo exato de obras a serem fiscalizadas, representando um desafio central para o avanço da ação.

A reunião de outubro marcou o início formal da Ação 15. O encontro estabeleceu o panorama atual das obras paralisadas, destacando que os setores de saúde e educação concentram aproximadamente 70% das intervenções inacabadas no país.

Entre os temas debatidos, destacou-se a conveniência de unificar as Ações 14 (Educação) e 15 (Saúde). Parte dos participantes defendeu a unificação, argumentando que isso poderia otimizar recursos e simplificar a comunicação com os órgãos jurisdicionados. No entanto, prevaleceu o entendimento de que as ações deveriam permanecer distintas, dadas as especificidades normativas, os diferentes sistemas de informação (Sismob e Simec) e os estágios de maturidade de cada pacto.

Como encaminhamentos, foram definidos:

1. A promoção de um mini workshop em novembro para compartilhamento de experiências e estágio de execução das fiscalizações pelos tribunais;
2. O envio de um questionário preparatório para levantamento de informações sobre as atividades e planos de cada Tribunal de Contas;
3. Ficou ainda estabelecido o desenvolvimento de um painel de informações e de um aplicativo próprio para a Ação 15, nos moldes das ferramentas já implementadas na Ação 14, condicionados à estabilização da base de dados ministerial.

O workshop realizado em novembro consolidou a articulação entre os Tribunais de Contas e permitiu o compartilhamento de experiências e desafios enfrentados na execução da Ação 15. As discussões abordaram a dificuldade de fiscalização de obras de baixo valor, a necessidade de reabrir prazos de adesão ao pacto e a relevância das vistorias presenciais como meio de impulsionar a retomada de obras, especialmente de Unidades Básicas de Saúde.

Constatou-se que a maioria dos tribunais ainda se encontra em fase inicial de planejamento ou levantamento de informações, aproveitando a experiência adquirida com o pacto da educação. Tribunais como o TCE-AM, TCE-PE e TCM-BA manifestaram a intenção de replicar metodologias bem-sucedidas da Ação 14, adaptando-as às particularidades do setor da saúde.

Entre as principais recomendações extraídas das discussões destacam-se:

- Replicação de modelos de sucesso: estimular a adoção de metodologias eficazes, como o acompanhamento preventivo do TCM-GO e a abordagem de campo intensiva do TCE-AM, ajustando-as às realidades locais;
- Fomento à colaboração interinstitucional: reforçar a importância de fóruns e workshops presenciais para troca de experiências e fortalecimento da articulação com o Ministério da Saúde;
- Reabertura de prazos de adesão: pleitear junto ao Ministério a reabertura de prazo para adesão de novos municípios, ampliando o alcance do pacto e promovendo maior engajamento.

O TCU comprometeu-se a dar continuidade ao desenvolvimento das ferramentas digitais (painel e aplicativo da Ação 15), com o desafio de consolidar uma base de dados confiável do Ministério da Saúde.

Entre as próximas etapas, estão:

- Organização de uma apresentação do Ministério da Saúde;
- Planejamento de um workshop presencial em Brasília, previsto para março de 2026;
- Criação de um grupo de comunicação específico para a área da saúde;
- Atuação conjunta com o Ministério para pleitear a reabertura do prazo de adesão ao pacto.

A união de esforços entre os Tribunais de Contas, articulada pela Rede Integrar, consolida-se como um vetor de transformação social. Ao combinar rigor técnico, colaboração institucional e sensibilidade social, a rede fortalece a capacidade do Controle Externo de assegurar que cada obra retomada se traduza em mais acesso, dignidade e bem-estar para os cidadãos.

Por fim, vale registrar que foi realizada uma auditoria pelo TCU, no período de 1º de setembro a 31 de outubro de 2025, junto ao Ministério da Saúde. O trabalho teve como objetivo verificar os principais fatores de risco que poderiam comprometer o início da operação das UBSs reativadas no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia da Saúde.

A fiscalização contemplou 23 UBSs, localizadas em nove estados da federação, com um volume fiscalizado de R\$ 12,9 milhões, correspondentes ao valor total aprovado nas propostas cadastradas no Sismob. As unidades avaliadas são originárias do programa Requalifica UBS, instituído em 2011, que visa a estruturar a atenção básica por meio de investimentos federais para construção, reforma e ampliação de unidades, totalizando R\$ 9,6 bilhões já pagos até outubro de 2025.

A fiscalização verificou se as UBSs da amostra foram concluídas e colocadas em funcionamento de

forma tempestiva, com atendimento aos requisitos legais, infraestrutura adequada, planejamento de manutenção, recursos de custeio e pessoal suficientes para a prestação dos serviços à população. Os trabalhos identificaram que todas as UBSs inspecionadas estavam em operação e prestando atendimento à população, embora tenham sido constatadas deficiências de infraestrutura e acessibilidade em diversas edificações. Também foram detectadas inconsistências significativas no Sismob, como divergências em endereços, datas de conclusão e início de funcionamento, e valores financeiros, o que fragiliza o controle e o monitoramento do Ministério da Saúde sobre a execução das obras e compromete a transparência das informações.

A motivação da auditoria decorreu de consulta pública promovida pelo TCU por meio do Portal de Participação Cidadã, na qual o tema “obras de saúde paralisadas” foi o mais votado pela sociedade, reunindo 256 votos e 23 relatos sobre hospitais e postos inacabados. Essa escolha reforçou a relevância social da fiscalização e seu alinhamento ao Plano Estratégico do TCU 2023–2028, especialmente ao objetivo de contribuir para a efetividade das políticas públicas.

## Resultados Alcançados

A Ação 15 encerrou 2025 em fase de estruturação e mobilização, com resultados na criação de rede colaborativa, definição de diretrizes e planejamento técnico, mas com impacto operacional ainda incipiente nas obras de saúde.

O avanço mais relevante foi o fortalecimento do trabalho em rede e o alinhamento metodológico entre tribunais, o que cria as bases para uma atuação mais efetiva em 2026.

## Parcerias e Apoios

A execução da Ação 15 contou com coordenação do Tribunal de Contas da União (TCU) e foi desenvolvida no âmbito da Rede Integrar, contando com cooperação ativa de importantes parceiros institucionais:

- Rede Integrar, que atuou como estrutura de articulação e difusão das iniciativas de cooperação e transparência entre os órgãos de controle;
- Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, que participaram das reuniões técnicas e compartilharam boas práticas.

## AÇÃO 16 - PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE PÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (PNPC)

**Área Temática:** Integridade Pública e Prevenção à Corrupção

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Jackson Luiz Araujo Souza

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

Tribunais participantes: **TCE-CE** (Bruno de Oliveira Carneiro e Rafael Menezes Albuquerque); **TCE-ES** (Marcelo Nogueira Dias); **TCE-GO** (Cristiano Reis Araújo); **TCE-MG** (Tayana Tomazin De Paiva); **TCE-MS** (José Ricardo Paniagua Justino); **TCE-PA** (); **TCE-RJ** (Daniel do Nascimento Rodrigues); **TCE-RR** (Roosevelt Gonçalves Oliveira); **TCE-SE** (Ismar dos Santos Viana); **TCM-GO** (Rubens Custódio Pereira Neto); **TCU** (Jackson Luiz Araujo Souza).

Tribunais participantes convidados no âmbito do ACT Atricon-TCU: **TCE-AL** (Denys Dias Barreto); **TCE-SC** (Celso Guerini); **TCE-PR** (Luciane Ferraz Bortolini e Robson Fernandes Soares); **TCE-RO** (Hermes Murilo Câmara Azzi Melo); **TCE-PE** (Araken Ypiranga de Souza Dantas Júnior); **TCE-RN** (José Luiz Moreira Rebouças); **TCM-BA** (Lis Pitanga Ribas De Castro); **TCM-RJ** (Patrícia Fernandes Marques); **TCDF** (Rogério Ribeiro e Janaína Teixeira Camapum de Carvalho);

### **Objetivo da Ação**

Incentivar as organizações públicas brasileiras a adotarem as boas práticas de prevenção à fraude e corrupção previstas no PNPC

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

Reuniões por videochamadas (9 reuniões realizadas) nos meses de maio (2), julho (2), agosto (2), setembro, outubro e novembro.

Apresentação para os participantes das plataformas do PNPC, o e-Prevenção Operacional e e-Prevenção Gerencial, introduzindo os conceitos e ferramentas das plataformas, preparando os representantes para o treinamento presencial ocorrido no ISC, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Atricon-TCU 12/2024.

### **Resultados Alcançados**

Capacitação inicial por videochamada de 16 representantes de Tribunais de Contas nas plataformas do PNPC

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Incentivo à participação na capacitação presencial em setembro 2025, no ISC, para o uso das plataformas do PNPC, que contou com a presença de 26 Tribunais de Contas;

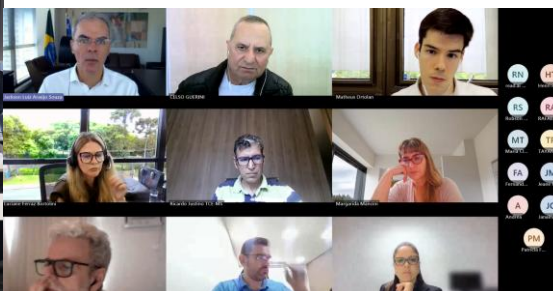
Incremento e interlocução para a adesão dos Tribunais de Contas participantes do ACT Atricon-TCU 12/2024, que, atualmente, conta com 25 Cortes

## Parcerias e Apoios

### Atricon



Capacitação ACT Atricon. ISC em setembro de 2025



Reunião Ação 16 videochamada

## AÇÃO 17 - CLIMATESCANNER

**Área Temática:** Meio Ambiente e Mudança do Clima

**Forma de Cooperação:** Fiscalização conjunta

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Carlos Eduardo Lustosa da Costa

**Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:** Todos os 32 Tribunais de Contas participaram da ação

### Objetivo da Ação

O objetivo da ação foi utilizar a metodologia do Painel ClimaBrasil, ferramenta que foi adaptada do ClimateScanner e aplicada à perspectiva estadual e municipal para obter um panorama nacional das ações dos governos em relação à mudança do clima. Buscou-se, também, induzir a criação de capacidades institucionais para o enfrentamento da crise climática pelos governos e oferecer informações relevantes, confiáveis e de fácil compreensão, colocando o cidadão no centro das ações governamentais e políticas públicas.

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

Descreva as principais atividades e produtos desenvolvidos ao longo do ano de 2025, indicando os períodos aproximados de execução, se a ação foi iniciada nesse ano ou se representa a continuidade de ações de anos anteriores.

Inclua etapas já concluídas, com foco nas entregas. Também podem ser descritas experiências positivas, soluções criativas ou metodologias aplicadas.

#### Atividades em 2025

- Janeiro a março: reuniões remotas semanais da equipe coordenadora do TCU com um especialista contratado para elaboração de uma proposta de adaptação da metodologia
- Fevereiro: lançamento da iniciativa Painel ClimaBrasil com Presidente do TCU, Ministra do Meio Ambiente, Presidente da Atricon e do IRB e outras autoridades dos Tribunais de Contas do Brasil
- Março: entrega da primeira versão da metodologia adaptada ao contexto brasileiro, batizada de “**Painel ClimaBrasil**”
- Abril, validação da versão final da metodologia do **Painel ClimaBrasil** em reunião remota com representantes dos Tribunais de Contas do Brasil e outros especialistas convidados, após recebimento de contribuições e ajustes no texto.

- Maio: finalização do Manual de Aplicação do **Painel ClimaBrasil** e disseminação da metodologia aos auditores dos Tribunais de Contas do Brasil em workshop presencial de uma semana realizado em Brasília. O workshop contou com a presença de 32 TCs e diversos especialistas de instituições como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Centro Brasil do Clima.
- Maio a outubro: realização das avaliações pelos Tribunais de Contas.
- Outubro a novembro: consolidação das avaliações e elaboração de grandes conclusões.
- Julho a novembro: desenvolvimento do site para apresentação dos resultados pela equipe coordenadora e empresa contratada.

## Ferramentas desenvolvidas

- Ferramenta de avaliação e Manual de aplicação: as metodologias foram desenhadas sob um tripé:
  - Ferramenta de avaliação: define o que deve ser avaliado
  - Manual de aplicação: estabelece os limites das avaliações
  - Aplicativo web: recebe o conteúdo das avaliações de cada instituição de controle e gera gráficos e relatórios
- Materiais de treinamento: muitos materiais educativos foram desenvolvidos para apoiar a disseminação das metodologias:
  - Apresentações em PowerPoint: contendo o conteúdo das sessões planejadas
  - Documentos fictícios de Países e Estados Subnacionais criados para facilitar exercícios práticos durante os workshops
- Comunidades Moodle Painel ClimaBrasil: para centralizar materiais e oferecer um espaço de aprendizado coletivo. Entre outras funcionalidades, elas incluem:
  - Fóruns temáticos de discussão
  - Sugestões de cursos sobre mudança do clima
  - Biblioteca: materiais das oficinas e conteúdos complementares
- Análise de Aderência: para apoiar o trabalho das instituições de controle e reduzir o risco de avaliações desequilibradas ou desalinhadas com as metodologias, a equipe coordenadora desenvolveu a Análise de Aderência, uma ferramenta:
  - Criada utilizando Inteligência Artificial (IA)
  - Baseada nos três pilares da metodologia: ferramenta de avaliação, manual de aplicação e aplicativo web
  - Disponibiliza relatórios para revisão e consideração das instituições de controle participantes

## Resultados Alcançados

O principal resultado foi a realização, até o final de outubro, de 51 avaliações, incluindo os 26 estados, o Distrito Federal e 24 capitais.

Além disso, em pesquisa realizada em outubro/2025 vemos alguns impactos da iniciativa:

- 9 de 30 TCs nunca realizaram auditoria em tema relacionado com a mudança do clima e estão avaliando incluir um trabalho no próximo plano de auditoria;
- 21 de 30 TCs pretendem fazer reavaliações para acompanhar a evolução do governo avaliado;
- 11 de 30 TCs pretendem avaliar outro(s) ente(s) de nossa jurisdição.
- TCE-PR adaptou a metodologia, em parte, para o processo de avaliação das contas de governo municipais (Progov)
- A metodologia desenvolvida impactou positivamente os Tribunais de Contas do Brasil, na medida em que serviu como referência metodológica (27 de 30) e foi um insumo importante para a definição de tema de auditoria (23 de 30).
- A avaliação executada pelos TCs impactou positivamente os Tribunais de Contas do Brasil, na medida em que contribuiu para a identificação de riscos, setores ou políticas relevantes no contexto local (27 de 30 TCs)
- 29 de 30 TCs acharam útil a análise de aderência

## Parcerias e Apoios

Especificamente para a iniciativa do Painel ClimaBrasil tivemos como parcerias o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). Mas a iniciativa também contou com suporte dos apoiadores oficiais da iniciativa ClimateScanner: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA, da sigla em inglês) e Banco Mundial.

## AÇÃO 18 - AUDITORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE RECURSOS HÍDRICOS

**Área Temática:** Meio Ambiente

**Forma de Cooperação:** Fiscalização Conjunta

**TC responsável pela coordenação:** TCE/BA

**Coordenador(a) da Ação:** Marcelo Suzart de Oliveira

### **Tribunais de Contas que participaram da ação:**

Além do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), Coordenador do trabalho, aderiram à Ação 18 os Tribunais estaduais do Acre (TCE-AC), Amapá (TCE-AP), Amazonas (TCE-AM), Alagoas (TCE-AL), Ceará (TCE-CE), Espírito Santo (TCE-ES), Mato Grosso do Sul (TCE-MS), Maranhão (TCE-MA), Pará (TCE-PA), Pernambuco (TCE-PE), Rio Grande do Norte (TCE-RN), Roraima (TCE-RR), Rio Grande do Sul (TCE-RS), além do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP).

Todos os Tribunais de Contas integrantes da Ação 18 foram consultados quanto à sua participação, mas apenas o Tribunal de Contas de Roraima, por razões de ordem interna e limitações de pessoal, sinalizou, formalmente, a desistência. Ressalta-se que há Tribunais, a exemplo do Tribunal de Contas do Maranhão e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que não estão participando dos encontros promovidos, mas não sinalizaram desistência. Ainda, houve manifestação de interesse em aderir à Ação 18 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

### **Objetivo da Ação**

Gerar uma visão consolidada em relação às Políticas Estaduais de Recursos Hídricos quanto à sua formulação, implementação e avaliação, de forma a verificar se os Estados participantes da Ação 18 estão se estruturando para implementar a gestão dos recursos hídricos sob sua competência.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

O início das atividades ocorreu em **04/06/2025**, com apresentação da proposta de atuação, cronograma inicial, bem como da matriz de planejamento, que foram encaminhados para apreciação e posterior validação pelos Tribunais integrantes. Os encontros aconteceram por meio da plataforma Teams.

Em **17/06/2025** ocorreu a segunda reunião da Ação 18, onde foram pontuadas sugestões de melhoria na matriz de planejamento, bem como foi validado, para o mês de agosto, o início das atividades de levantamento das informações, por Tribunal.

Em **06/08/2025**, aconteceu a terceira reunião da Ação 18, com a participação, como palestrante, do professor, (os nomes do professor e do membro do comitê estão faltando) de membro do Comitê das

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Bacias dos Rios Buranhém, Frades e Santo Antônio, cuja temática apresentada foi o papel dos Comitês de Bacias na execução da Política Pública de Recursos Hídricos. Na oportunidade, também foi apresentado o roteiro de procedimentos para validação dos integrantes relativo às questões de auditoria.

Em **20/08/2025**, seguindo o cronograma proposto, houve mais um encontro dos integrantes da Ação 18, tendo como convidada a representante da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA), que fez exposição sobre o tema: o Panorama da Política de Recursos Hídricos no país.

Em **03/09/2025** houve mais uma reunião de alinhamento, visando ao acompanhamento da execução das atividades pelos Tribunais, quando foi sugerida a apresentação do MapBiomias Água.

A reunião de **24/09/2025** contou com a participação de representantes do MapBiomias Água e da Transparência Internacional Brasil. A equipe apresentou o sistema de monitoramento, que inclui dados de outorgas, hidrelétricas e níveis de reservatórios, irrigação e desmatamento, entre outros.

Em **07/10/2025**, a representante do TCE/RS, integrante da Ação 18, compartilhou sua experiência com os demais membros sobre a utilização do MapBiomias Bacias.

Em **29/10/2025** ocorreu a reunião da Ação 18, e foi comunicada a atualização do cronograma previsto, bem como do indicativo dos procedimentos obrigatórios e opcionais presentes na lista de procedimentos; com previsão da entrega dos relatórios de cada Tribunal para final de janeiro de 2026 e do produto, relatório consolidado, para março de 2026.

Considerando as etapas já concluídas, segue, abaixo, relação das entregas referentes às atividades da Ação 18:

- Matriz de planejamento relativa à fiscalização conjunta das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, Ação 18/2025 da Rede Integrar;
- Relação dos Procedimentos a serem aplicados, por questão de auditoria;
- Modelo de Relatório de Execução.

Ademais, ficou definido que os Tribunais participantes teriam prazo até o final de janeiro de 2026 para apresentar as informações relativas a cada estado, com o resultado do levantamento realizado, para posterior consolidação por parte do TCE/BA e envio à Coordenação da Rede Integrar (previsão até março de 2026).

## Resultados Alcançados

Considerando a proposta da Ação 18, uma fiscalização conjunta das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos envolvendo vários Tribunais do Brasil, foi reconhecida a relevância da temática, bem como a inovação da metodologia proposta, quanto à análise de aspectos referentes à formulação, implementação e avaliação dessas políticas.

Para muitos Tribunais integrantes, a Ação representa a primeira atuação junto à Política Estadual de Recursos Hídricos. A participação de atores importantes, como membro de Comitê de Bacia, representante da ANA, bem como de equipe do MapBiomias, fortaleceu o entendimento dos princípios, objetivos e diretrizes da Política de Recursos Hídricos, identificando as lacunas que enfraquecem o alcance dos objetivos pautados para solução do problema público.

Somado a isso, a troca de experiências entre os Tribunais participantes impactou positivamente a proposição e validação de instrumentos importantes para fiscalização, a exemplo da matriz de planejamento e relação de procedimentos.

## Parcerias e Apoios

- Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA);
- MapBiomias, rede global e multi-institucional, formada por universidades, ONGs e empresas de tecnologia, que monitora as transformações na cobertura e no uso da terra nos territórios e seus impactos.

## AÇÃO 19 - AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA DO CENTRO DE GOVERNO LOCAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

**Área Temática:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

**Forma de Cooperação:** Fiscalização conjunta (Levantamento)

**TC responsável pela coordenação:** TCE-PR

**Coordenadoras da Ação:** Adriana Lima Domingos; Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli

**Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:** Além das coordenadoras, outros 14 servidores de cinco TCs participaram de reuniões do GT:

TC	Nome	TC	Nome
TCE-AC	Izabelle Calderaro da Silva	TCE-PA	Jackeline Luiz de F. Araújo
TCE-AC	Jânio Cândido Português	TCE-PA	Jandira Farias Teles
TCE-AC	Juliana da Silva de Abreu Moreira	TCE-PA	Juliana da Costa Nascimento
TCE-ES	Claudia Cristina Mattiello	TCE-PA	Larissa Maia Pinheiro Eluan
TCE-ES	Felipe Fonseca Salerno	TCE-PA	Vera Maria de Guapindaia Braga
TCE-MS	Itamar Kiyoshi da Silva Kubo	TCE-PB	Adriana Falcão do Rêgo
TCE-MS	Ricardo Ferreira Arruda	TCE-PB	George Lucas Lisboa da Silva

### Objetivo da Ação

A proposta original do GT previu uma fiscalização de tipo Levantamento, simultâneo, visando à “Avaliação da governança do centro de governo local para a implementação dos ODS”, a partir da aplicação de formulário elaborado no âmbito da Ação 14 do PAT 2024, que consiste em adaptação, para governos locais, de metodologia elaborada pelo TCU para a avaliação da preparação do Governo Federal para a implementação dos ODS (“Escala de avaliação do grau de maturidade do centro de governo para a implementação dos ODS” e “Radar ODS”, 2017).

No entanto, dois fatores importantes interferiram na execução do planejado: em primeiro lugar, por razões exclusivamente internas, houve alteração no cronograma da fiscalização no TCE-PR, tendo sido adiada para fevereiro de 2026; a despeito disso, a coordenação da Ação se manteve disposta a orientar os TCs participantes que desejassem realizar o Levantamento em 2025. Em segundo lugar, em reunião inicial do grupo realizada em 13/08/25, constatou-se que nem todos os TCs participantes haviam previsto a fiscalização em seus planejamentos institucionais e que havia, em alguns casos, indefinição quanto ao escopo do Levantamento. O nivelamento de conhecimento sobre a metodologia e discussões sobre o formulário também exigiram redimensionamento da Ação, o que foi formalizado por e-mail em 01/10/2025.

Assim, o objetivo da ação em 2025 consistiu na criação de grupo de discussão e planejamento das ações individuais de fiscalização, com reuniões regulares de acompanhamento das etapas e eventuais

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

aplicações, em sede de teste-piloto ou de fiscalização.

Foi proposta continuidade da ação por um trimestre em 2026 para sua conclusão.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

Entre agosto e novembro de 2025 foi constituída base de documentos de referência e foram realizadas cinco reuniões on-line, tendo-se definido as etapas de planejamento em um modelo híbrido de tarefas individuais e acompanhamento coletivo, assim:

R	dia	mês	temas de reunião/atividades	quem
1	13	agosto	apresentações, contextualização do tema, expectativas e previsões dos TCs participantes	todos
2	24	setembro	nivelamento de conhecimentos e apresentação da metodologia e dos papéis de trabalho, compartilhamento de material no Google drive	todos
3	8	outubro	saneamento de dúvidas sobre a metodologia, discussão rápida sobre a previsão dos trabalhos	todos
4	15	outubro	definição dos jurisdicionados e de realização de piloto/fiscalização em 2025 e 2026	todos
		outubro	revisão e eventual adequação do formulário / especificação de evidências / revisão de texto de apresentação / definição de prazos para respostas (*registrar histórico de alterações para discussão no GT)	cada TC internamente
5	29	outubro	reunião de acompanhamento e registro de sugestões / adaptações	todos
		novembro	cadastramento de interlocutores	cada TC internamente
		novembro	inserção das questões em ferramenta de pesquisa	cada TC internamente
6	18	novembro	reunião de acompanhamento e registro de sugestões / adaptações	todos
7	tbc	dezembro	reunião de discussão de resultados - ES	todos
		até final de janeiro	definição sobre a forma de apresentação dos resultados (radar ODS) / teste da ferramenta	cada TC internamente
		até final de janeiro	definição sobre a forma de divulgação do trabalho aos jurisdicionados (mobilização)	cada TC internamente
8	28	janeiro	reunião de acompanhamento e registro de sugestões / adaptações + planejamento da divulgação da ação	todos
		janeiro	divulgação da ação	cada TC ou todos juntos?
		fevereiro	envio de formulário e atendimento de dúvidas dos jurisdicionados	cada TC internamente
		fevereiro	recebimento das informações e análise dos resultados / elaboração de relatórios	cada TC internamente
		fevereiro?	verificar adesão ao PAT 2026 da Rede Integrar	coordenação
9	4	março	reunião de discussão de resultados	todos
		março	publicação de relatórios	cada TC internamente

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

março			consolidação dos resultados e elaboração de ficha de divulgação	coordenação
1 0	18	março	reunião de compartilhamento de resultados e fechamento da ação	todos

## Resultados Alcançados

Após o estudo da metodologia e as definições internas de cada TC participante, a definição dos trabalhos individuais ficou assim:

TC	Tipo de Fiscalização	Período de realização	Jurisdicionado(s) a ser(em) avaliado(s)
TCE-PR	Levantamento (Progov)	Fevereiro de 2026	399 municípios
TCE-ES	Levantamento	Outubro e novembro 2025	78 municípios
TCE-AC	Levantamento	Fevereiro de 2026	Estado
TCE-MS	Levantamento	Fevereiro de 2026	5 municípios (regionais e maior população) e Estado
TCE-PA	Monitoramento	2025	Estado - Contas de Governo (até março de 2026)
TCE-PB	Levantamento	Fevereiro de 2026	Estado e 3 municípios (maior e macrorregião)

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

AÇÃO 20 - CAPACITAÇÃO EM AUDITORIA (ODS) E PLANEJAMENTO DE AUDITORIA EM ÁREA MULTINÍVEL A SER DEFINIDA, BASEADA NO EMPREGO DO MODELO DE AUDITORIAS (ODS) DO IDI (ISAM, 2024)

**Área Temática:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

**Forma de Cooperação:** Capacitação

**TC responsável pela coordenação:** TCE-PR

**Coordenador(a) da Ação:** Adriana Lima Domingos; Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli

**Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:** Considerando a coordenação, participaram da ação 38 servidores de 12 TCs.

TC	NOME	TC	NOME
TCDF	Gesnner Araujo Damascena	TCE-MS	Larissa Azambuja Ferreira Bueno
TCE-AC	Izabelle Calderaro da Silva	TCE-MS	Leonardo Mira Marques
TCE-AC	Janio Candido Portugues	TCE-MS	Ricardo Ferreira Arruda
TCE-AC	Juliana da Silva de Abreu Moreira	TCE-MS	Ricardo Rivelino Alves
TCE-AC	Renata Almeida Tessaro	TCE-PB	Adriana Falcão do Rêgo
TCE-AM	Edirley Rodrigues de Oliveira	TCE-PB	George Lucas Lisboa da Silva
TCE-AM	Vanessa de Queiroz Rocha	TCE-RR	Antonio de Oliveira Marques
TCE-AM	Vlais Monteiro Pereira	TCE-RR	Maria do Perpétuo Socorro Moura Pinho
TCE-CE	Eveline Vale de Andrade Lima	TCE-RR	Valdélia Vieira dos Santos Lena
TCE-CE	Samuel Leite Castelo	TCM-PA	Luiz Fernando Gonçalves
TCE-GO	Gustavo Henrique de Faria	TCM-RJ	Ana Paula Fisch de Brito
TCE-GO	Isadora Ayres Arantes de Paiva	TCM-RJ	Clara Fonseca Coutinho
TCE-GO	Michely Bonsólio Barbosa	TCM-RJ	Gabriela Magnani Peixoto
TCE-GO	Pedro Ivo Elias Vianna	TCM-RJ	Joelma Oliveira dos Santos
TCE-MA	Helvilane Maria Abreu Araujo	TCM-RJ	Lívia Valladares de A. Silva
TCE-MS	Itamar Kiyoshi da Silva Kubo	TCM-RJ	Marcelo Marini Pimentel
TCE-MS	Janice Rodrigues dos Santos	TCM-RJ	Marcus Magno Mamona Guimarães
TCE-MS	João Carlos de Assumpção Filho	TCM-RJ	Pedro Silva de Araújo Faria

## Objetivo da Ação

O objetivo da ação consistiu em formar grupo de estudos do Modelo de Auditoria dos ODS - ISAM/2024, guia inovador da Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI (IDI), revisado em conjunto com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UNDESA), que orienta as entidades de fiscalização superiores na realização de trabalhos com ênfase nos ODS - para a discussão e adequação a contextos subnacionais, capacitando auditores para a incorporação dos princípios da Agenda 2030 em auditorias operacionais.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

A ação teve início em abril de 2025, com a realização de reuniões de apresentação da equipe, do plano de trabalho, organização e dinâmica do GT. Entre maio e setembro foram realizadas reuniões on-line quinzenais para a apresentação e discussão dos sucessivos capítulos do ISAM, conforme quadro abaixo.

R	mês	dia	temas da reunião
2	MAIO	14	CAP 1 ODS + LOCALIZAÇÃO
3		29	IDI, APRESENTAÇÃO GERAL ISAM
4	JUNHO	11	CAP 2 CONCEITOS, AUDITORIA DE IMPLEMENTAÇÃO
5		25	IDI, REUNIÃO ESPECIAL COM SECRETÁRIOS DE CONTROLE EXTERNO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE AUDITORIAS DE IMPACTO (CAP 3)
6	JULHO	9	CAP 4 Planejando uma auditoria de implementação dos ODS
7		23	CAP 5 Executando uma auditoria de implementação dos ODS
8	AGOSTO	6	CAP 6 Relatório de uma auditoria de implementação dos ODS
9	SETEMBRO	3	CAP 7 Monitoramento de uma auditoria de implementação dos ODS
10	OUTUBRO	1	Discussão sobre os produtos do GT e distribuição de tarefas ref. produto 1 – Referencial
11		29	Apresentação de versão do produto "Diretrizes para auditorias de implementação Local dos ODS"; definição de prazo para revisão e ajustes; encaminhamentos finais do GT.
12	NOVEMBRO	tbc	Validação do produto.

Observa-se que as reuniões de 29/05 e 25/06 contaram com apresentação de representantes da IDI responsáveis pela elaboração e revisão do ISAM, sendo que, para essa reunião de junho, cujo objeto foi capítulo do ISAM que trata do planejamento estratégico de auditorias de impacto, foram convidados Secretários de Controle Externo de todos os TCs brasileiros, com apoio da Atricon e da Coordenação Geral da Rede Integrar.

Nas reuniões do período 09/07 a 03/09 os membros do GT se revezaram em apresentações sobre os capítulos 4 a 7 ("como fazer") do ISAM.

Importante observar que, por decisão dos membros do GT, a proposta original de planejamento de auditoria em área multinível, baseada no emprego do Modelo de Auditorias ODS do IDI (ISAM, 2024) foi abandonada, tendo havido concentração de esforços na elaboração do documento "**Diretrizes para Auditorias de Implementação Local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**", sendo esse o produto da Ação.

## Resultados Alcançados

O ISAM/2024 não tem tradução para o português e não foi concebido sob a ótica da localização da Agenda 2030, ou seja, voltado ao controle externo de estados e municípios. A coordenação da Ação disponibilizou uma tradução livre do documento, que serviu de base para as discussões, ao longo do que foi possível não apenas aprimorar a tradução de termos específicos, mas também adequar elementos do documento, de modo a construir um referencial inédito. O trabalho promoveu, complementarmente, debates sobre características próprias e distintivas de auditorias de desempenho.

O debate sobre o planejamento estratégico de fiscalizações de impacto, conduzido a partir de apresentação da IDI na reunião de 25/06, contou com mais de 60 participantes e foi valiosa oportunidade de integração e demonstração de boas práticas de planejamento.

Todas as reuniões e apresentações, bem como documentos de apoio e o produto do GT, foram documentados e compartilhados via Google drive.

A publicação **“Diretrizes para Auditorias de Implementação Local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”**, produto da Ação, que consolida as lições aprendidas pelo GT, será publicada no site do TCE-PR e da Rede Integrar, além de apresentado na Oficina “Cidades e comunidades inteligentes, sustentáveis e resilientes”, durante o IV CITC em dezembro de 2025, em Florianópolis (SC).

## Parcerias e Apoios

A Ação recebeu apoio importante de representantes da Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI (IDI), com a participação da Senior Manager Maria Lucia Lima, e do Manager Adriano Martins Juras em duas reuniões do GT, respectivamente para apresentarem uma visão geral do ISAM e o capítulo específico do documento que trata do planejamento de auditorias de impacto.

Além disso, a Atricon e o IRB, por meio de seus Presidentes, e a Coordenação Geral da Rede Integrar, por meio do Secretário de Relações Institucionais (SRI) do TCU, apoiaram a realização da reunião especial sobre o tema “Planejamento estratégico de auditorias de impacto na implementação dos ODS”, que corresponde a capítulo específico do objeto de estudo do GT (ISAM), tendo convidado todos os Secretários de Controle Externo, com a emissão do Ofício Conjunto nº 001/2025/Atricon-IRB-Rede Integrar e outras listas de comunicação dessas entidades. Participaram mais de 60 servidores de TCs de todo o Brasil.

A ação também foi apoiada pelo Projeto "Desenvolvimento e Sustentabilidade de Jurisdicionados", da Atricon.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Drive interface showing a shared folder named "GT\_20: Auditoria ODS". The folder contains several files:

- ISAM 2024
- materiais de apoio
- Reuniões
- Capa\_Relatório ODS Azul.png
- Cronograma\_GT\_20.xlsx
- Diretrizes para Auditorias de Implementação Local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).docx
- Rede Integrar - produtos\_GT\_20.pptx

A collage of presentation slides and a video conference interface. The slides include:

- AUDITS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS**: A slide with a globe icon and the text "AUDITS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS".
- Apresentação sobre o ISAM para GT Rede Integrar**: A slide with the text "Apresentação sobre o ISAM para GT Rede Integrar" and the names "Adriano Juras" and "Maria Lucia Lima" dated "29 Maio 2025".
- Histórico do ISAM**: A timeline slide showing the history of ISAM from 2015 to 2018, including key events like "Agência 2015", "Reunião de planejamento ODS", "Conceito do desenvolvimento da guia para auditar e preparação para a implementação dos ODS", "Desenvolvimento do material para a INICIATIVA", "Publicação do ISAM", and "Reuniões em NY".

The video conference interface shows a grid of participants and a chat window.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 21 - ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO | META 5.5 - MULHERES EM CARGOS DE LIDERANÇA

**Área Temática:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - (ODS)

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCE-GO

**Coordenador(a) da Ação:** André de Oliveira Navarro

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

Tribunal de Contas	Participantes
Distrito Federal	Larissa Vieira Silva Janaina Teixeira Camapum de Carvalho
Acre	Maria Laélia Lima da Silva Gerson da Silva Januário
Amazonas	Ana Cláudia Horta Cirino da Silva Rosenilda de Freitas da Silva Vanessa de Queiroz Rocha Vlais Monteiro Pereira Yara Maués Batista
Ceará	Thaísse Craveiro de Souza Oliveira
Espírito Santo	Simone Reinholz Velten
Goiás	André de Oliveira Navarro Natália Mendes Valadares Soares
Minas Gerais	Jaqueline Lara Somavila
Mato Grosso do Sul	Ana Carla Lemes Brum de Oliveira
Pará	Jackeline Luiz de F. Araújo Many Rabel Brandão de Lima Madalena Rosa da Costa Valente Áurea Maura A.B. da Costa Jessika Caroline Souza Costa
Paraná	Cintia Aparecida Guizelini Dantas
Roraima	Valdélia Vieira dos Santos Lena Thomé Bayma Oestheicher
TCE - São Paulo	Leandro Dal Olio
TCM - São Paulo	Maria Angélica Fernandes

### Objetivo da Ação

Promover o compartilhamento de informações, metodologias e experiências entre os Tribunais de Contas a respeito da igualdade de gênero na ocupação de cargos de liderança, em consonância com a Meta 5.5 do ODS 5. A ação tem caráter de grupo de estudo colaborativo, voltado à troca de conhecimentos sobre abordagens de auditoria, indicadores e práticas de controle aplicáveis ao tema, de modo a subsidiar futuras iniciativas de fiscalização e contribuir para o desenvolvimento de uma

agenda comum de Controle Externo com enfoque em equidade de gênero.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

A ação teve início no primeiro semestre de 2025, como continuidade dos debates e estudos iniciados no âmbito da Ação 13 do PAT 2024, voltados à análise da participação feminina em cargos de liderança na Administração Pública e à construção de metodologias para auditoria da Meta 5.5 do ODS 5.

Durante o período, o grupo manteve sua atuação em formato de rede colaborativa de estudo e compartilhamento de experiências, priorizando a troca de informações sobre abordagens metodológicas, fontes de dados e desafios enfrentados pelos Tribunais de Contas na mensuração da ocupação de cargos por mulheres. Essa dinâmica favoreceu a consolidação de um espaço técnico de diálogo e aprendizagem mútua, alinhado à proposta de fortalecimento institucional da Rede Integrar.

Como principal entrega, foi promovido um Webinário para apresentação do levantamento e do painel construído pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, realizado no terceiro trimestre de 2025, sob a coordenação do TCE-GO. O evento contou com a apresentação do painel interativo de ocupação de cargos femininos e dos resultados do levantamento conduzido pelo TCE-GO, permitindo ampla divulgação das experiências desenvolvidas e estimulando o engajamento de outros Tribunais de Contas na temática.

O webinário foi considerado uma experiência positiva de disseminação de conhecimento, tanto pela boa repercussão entre os participantes quanto pela contribuição para a formação de uma base comum de entendimento sobre o tema. A utilização de recursos tecnológicos e painéis interativos foi destacada como um importante passo na construção de referenciais metodológicos para futuras fiscalizações.

Ainda que a ação tenha se concentrado em atividades de natureza mais conceitual e exploratória, o trabalho desenvolvido em 2025 reforçou o papel do grupo como instância articuladora de conhecimento e cooperação técnica, estabelecendo bases sólidas para a continuidade das discussões e o amadurecimento de novas iniciativas conjuntas nos próximos ciclos.

## Resultados Alcançados

A ação consolidou-se, ao longo de 2025, como um espaço técnico de diálogo e aprendizado coletivo entre os Tribunais de Contas participantes, resultando em maior sensibilização institucional sobre a importância da temática de igualdade de gênero no âmbito do Controle Externo.

Embora não tenham sido definidos indicadores quantitativos formais, observou-se um impacto qualitativo relevante na difusão de conhecimento e fortalecimento da capacidade técnica dos

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Tribunais para abordar a Meta 5.5 do ODS 5 sob a ótica da auditoria e da produção de informação pública.

O webinar promovido pelo TCE-GO representou o principal marco de entrega da ação, alcançando expressiva participação de representantes de diferentes Tribunais de Contas e gerando ampla disseminação do painel de ocupação de cargos femininos. O evento contribuiu para a valorização de boas práticas, estimulou o interesse de outras instituições em adotar metodologias semelhantes e reforçou o compromisso dos Tribunais com a inclusão da perspectiva de gênero nas suas agendas de controle.

Entre os resultados intangíveis, destacam-se:

- a formação de uma rede de referência sobre o tema no âmbito da Rede Integrar;
- e a identificação de oportunidades futuras de cooperação técnica, voltadas à construção de indicadores e metodologias auditáveis sobre liderança feminina no serviço público.

De forma geral, os resultados obtidos refletem um avanço institucional no debate e na sensibilização sobre a equidade de gênero, criando um ambiente favorável à continuidade dos trabalhos e à futura transformação das discussões conceituais em práticas de auditoria concretas.

## AÇÃO 22 - O IMPACTO DO CONTROLE ATIVO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

**Área Temática:** Orçamento

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCE-RJ

**Coordenador(a) da Ação:** Eduardo Vieira da Costa

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

TCE-TO	João Carlos Ribeiro	TCE-PA	Minoru Sasaki
TCE-MS	Cristiani Rigoni	TCE-SC	Alana Alice da Cruz Silva
TCE-RJ	Eduardo Vieira da Costa	TCE-CE	Samuel Leite Castelo
TCE-RJ	Thelmo Cardoso Rimis da Silva	TCE-PR	Roberto Alves Ribeiro
TCE-RJ	Leonardo Cesar Gomes	TCE-PR	Leandro Sudré
TCE-RJ	Inge Pessoa Borher	TCE-MG	Dyego Terceiro Sá
TCE-AM	Udison de Jesus Pinto dos Santos	TCDF	Reinaldo Alencar Domingues
TCE-AP	Paulo Rodrigues dos Santos	TCDF	Tarcisio Dos Anjos Neves
TCE-ES	Felipe dos Anjos Vieira Ferreira	TCDF	Cibele De Oliveira Lemos
TCM-PA	Luiz Fernando Gonçalves	TCDF	Janaina Teixeira Camapum De Carvalho
TCE-PA	Rodrigo Almeida Soares	TCE-PI	Tatiana Maria Almeida Saiki
TCE-PA	Vera Maria de Guapindaia Braga	TCE-PI	Liana de Castro Melo Campelo
TCE-PA	Ruth Helena Delgado Bastos	TCU	Carlos Bosak

### Objetivo da Ação

Demonstrar, por meio de metodologia específica, a inadequação orçamentária presente em licitações e contratações públicas realizadas em desacordo com o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quando os jurisdicionados assumem compromissos superiores à sua capacidade orçamentária. Essa falta de controle efetivo e integrado compromete a execução das políticas públicas, ocasionando paralisações e atrasos por insuficiência de recursos financeiros.

O TCE-RJ atuou de forma concomitante à execução orçamentária, alertando gestores sobre irregularidades, obtendo êxito em casos de suspensão de novas licitações e promovendo representações contra ilegalidades orçamentárias.

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

A Ação 22 foi uma proposta iniciada neste ano, e consistiu na realização de dois encontros (ago/2025 e set/2025) entre os técnicos dos Tribunais de Contas, nos quais foram realizadas apresentações sobre a metodologia aplicada, com exemplo prático. No terceiro encontro foi ministrada uma palestra pelo Professor Paulo Henrique Feijó com o tema: A Importância das metas fiscais.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Resultados Alcançados

Entre os resultados alcançados, o debate técnico entre os servidores gerando conhecimento, compartilhamento da situação-problema para verificação futura para fiscalização pelos demais Tribunais; novos pontos de controle na implementação da política pública e sua respectiva dotação orçamentária.

## AÇÃO 23 - FISCALIZAÇÃO CONTÍNUA DE FOLHAS DE PAGAMENTO - 11º CICLO

**Área Temática:** Pessoal

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de banco de dados

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas da União

**Coordenador(a) da Ação:** Diego Hulse

### **Tribunais de Contas que participaram da ação:**

TCDF; TCE-AC; TCE-AL; TCE-AP; TCE-BA; TCE-CE; TCE-ES; TCE-GO; TCE-MG; TCE-MS; TCE-PA; TCE-PB; TCE-PE; TCE-PR; TCE-RJ; TCE-RN; TCE-RO; TCE-RR; TCE-RS; TCE-SP; TCE-TO; TCM-BA; TCM-GO; TCM-SP; TCU

### **Objetivo da Ação**

Suprir lacunas de informações a fim de permitir a identificação tempestiva de indícios de irregularidades nas folhas de pagamento das organizações públicas, por meio de cruzamento de dados, especialmente em situações que envolvem vínculos em mais de um ente federativo, e induzir as organizações responsáveis em cada esfera de governo a apurarem as situações encontradas.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

**Produto Previsto:** integração dos dados das folhas de pagamento das organizações públicas não pertencentes à União às bases de dados custodiadas pelo TCU para identificação de indícios de irregularidades, a partir de tipologias desenvolvidas pelo TCU, com a disponibilização dos resultados como subsídio às ações desenvolvidas pelos demais órgãos de controle participantes.

A Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento (FCP) é executada em periodicidade anual no âmbito do TCU, e conta com a participação de órgãos de controle dos demais entes federativos. O 11º Ciclo da FCP iniciou, no âmbito do TCU, em março de 2025, com o objetivo de acompanhar as transações relacionadas a folhas de pagamento do período de janeiro a dezembro de 2025 (RACOM 00.442/2025-4, Relator Ministro Augusto Nardes).

Os Tribunais participantes do Grupo de Trabalho foram comunicados do início dos trabalhos por meio de mensagem eletrônica enviada aos parceiros da Rede Integrar no início de abril de 2025. Na oportunidade foi disponibilizado plano de trabalho contendo os procedimentos necessários à participação dos interessados, em especial o envio dos arquivos de folhas de pagamento e a obtenção dos indícios gerados pelos cruzamentos de dados.

Cabe salientar que a participação dos Tribunais interessados dispensa formalidades e se dá por meio do envio mensal de cinco diferentes tipos de arquivos (Ativos, Inativos, Pensionistas, Dependentes e

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Rubricas) de forma independente, a critério de cada Tribunal.

## Resultados Alcançados

Considerando o período de janeiro a outubro de 2025 (dez folhas de pagamentos), 16 Tribunais enviaram arquivos de dados em maior quantidade, com, pelo menos, quatro arquivos de competências diferentes:

Quantidade de arquivos mensais enviados					
Partícipe	Ativos	Inativos	Depend	Pens	Rubricas
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	8	8	8	8	8
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	9	9	0	9	9
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	0	9	9	9	9
Tribunal de Contas do Estado do Pará	7	7	7	7	7
Tribunal de Contas do Estado do Acre	7	7	0	7	7
Tribunal de Contas do Estado do Ceará	7	7	0	7	7
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás	9	9	0	0	9
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	8	8	0	0	8
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	8	0	0	8	8
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas	5	0	5	6	5
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	4	4	4	4	4
Tribunal de Contas do Estado do Amapá	4	4	4	4	4
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia	8	8	0	0	0
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte	4	4	0	4	4
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	9	0	0	0	0
Tribunal de Contas do Estado de Roraima	5	0	0	0	0

Por sua vez, outros dois Tribunais enviaram pelo menos um arquivo de dados de uma competência ao longo da fiscalização:

Quantidade de arquivos mensais enviados					
Partícipe	Ativos	Inativos	Depend	Pens	Rubricas
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	1	1	1	1	1
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	1	0	0	0	0

Desta forma, a participação desses 18 Tribunais parceiros permitiu, a partir de suas folhas de pagamento, a integração de vínculos às bases de dados do TCU relativos a 8.447.611 CPFs distintos (7.188.526 ativos, 726.866 inativos, 201.277 pensionistas e 330.942 dependentes).

A quantidade e a qualidade da participação dos Tribunais de Contas demonstram o interesse e a relevância do controle da despesa de pessoal em todos os estados e municípios da Federação, assim como os resultados que podem ser obtidos a partir da ação conjunta dos participantes.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Cabe salientar que o Tribunal de Contas da União, na qualidade de coordenador da ação, apenas encaminha os indícios de irregularidades detectados aos Tribunais participantes, que definem a sua estratégia de atuação sobre as informações disponibilizadas e poderão informar a conclusão sobre os indícios detectados (confirmados/não confirmados, resolvidos/não resolvidos).

## AÇÃO 24 - CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS NACIONAL DE REMUNERAÇÕES, APOSENTADORIAS, PENSÕES E BENEFÍCIOS, NOS MOLDES DO SISTEMA INTEGRADO DE DADOS A QUE SE REFERE O ART. 12 DA EC 103/2019, PARA O CONTROLE EXTERNO

**Área Temática:** Pessoal

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas da União

**Coordenador(a) da Ação:** Diego Hulse

**Tribunais de Contas que participaram da ação:** TC-DF, TCE-AL, TCE-AP, TCE-BA, TCE-CE, TCE-GO, TCE-PB, TCE-PE, TCE-RJ, TCE-RS, TCE-SP, TCM-GO, TCM-PA, TCM-SP, TCE-AP, TCE-AM, TCE-MS, TCE-RN, TCM-BA, TCE-PA, TCE-PR, TCE-MG, TCE-PI, TCU

### Objetivo da Ação

Desenvolver um processo de trabalho que permita aos órgãos de controle compartilharem bases de dados de remunerações, aposentadorias, pensões e benefícios de todas as unidades da Federação e criar uma base de dados integrada disponível para ações de controle no âmbito de cada participante.

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

A ação visava, neste primeiro ciclo, a desenvolver:

- As premissas para o compartilhamento dos dados locais e para o uso da base de dados consolidada por todos os participantes;
- Mecanismos de governança entre os participantes para deliberação sobre os dados;
- Requisitos técnicos e de segurança para o compartilhamento dos dados e uso da base integrada;
- Layout de carga e modelo de dados comuns;
- Modelo de Acordo de Cooperação Técnica;
- Etapas para a implementação do projeto.

Para tanto, foram desenvolvidas atividades com os Tribunais participantes, que consistiram em reuniões técnicas de trabalho, elaboração de questionários e coleta de informações de interesse dos Tribunais com vistas à definição do modelo de compartilhamento de dados para a implementação da base de dados nacional integrada.

Em agosto de 2025 foram realizadas as reuniões iniciais com todos os participantes inscritos na ação. Foi realizado, também, um encontro com representantes da Rede Infocontas (TCE-PB e TCM-SP) para obtenção de explicações sobre as informações de pessoal compartilhadas no âmbito daquela iniciativa.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Em setembro de 2025 foi elaborado um questionário para coleta de informações com vistas à definição do layout comum dos dados de interesse de todos os participantes, assim como dos requisitos técnicos e de segurança para o compartilhamento de dados e das premissas e diretrizes para o uso das informações. A elaboração do questionário contou com a colaboração de integrantes do TC-DF, do TCE-RJ, do TCE-PB e do TCM-PA.

O questionário foi enviado a todos os participantes no final de setembro. Durante o mês de outubro foi realizada uma reunião virtual para esclarecer dúvidas dos participantes quanto às informações solicitadas no questionário. Os questionários respondidos foram enviados à coordenação até o início de novembro.

Tribunais de Contas que haviam enviado respostas ao questionário até o fechamento do relatório: TC-DF, TCE-AL, TCE-AP, TCE-BA, TCE-CE, TCE-GO, TCE-PB, TCE-PE, TCE-RJ, TCE-RS, TCE-SP, TCM-GO, TCM-PA, TCM-SP, TCE-AP, TCE-AM, TCU

Ao longo do mês de novembro de 2025 as respostas ao questionário serão consolidadas e o relatório final com as conclusões da ação serão compartilhadas com os participantes.

## Resultados Alcançados

A ação permitiu que houvesse maior sinergia entre os Tribunais de Contas no que tange ao compartilhamento de dados para fiscalizações na área de pessoal. A contribuição coletiva de todos possibilitou uma visão comum sobre os dados de interesse dos Tribunais para ações de controle nessa área temática, apontando as dificuldades para obtenção dos dados e os requisitos que devem ser observados para ampliar o compartilhamento de dados existente atualmente.

Além disso, a ação apontou para uma convergência de iniciativas paralelas com os mesmos objetivos, como a Fiscalização Contínua de Pagamentos, no âmbito do TCU, e os dados compartilhados na Rede Infocontas, operacionalizados pelo TCE-PB.

Como resultado da ação, encaminhou-se um modelo de compartilhamento de dados que, ao ser futuramente implementado e liderado pelos interessados, poderá unificar e ampliar os dados à disposição dos Tribunais para ações na área de pessoal, reduzindo custos operacionais e aprimorando resultados.

A ação deverá desenvolver-se em ciclos seguintes para a complementação e implementação final do sistema.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Parcerias e Apoios

Destaca-se a participação da Rede Infocontas no apoio e na construção da visão de futuro do compartilhamento de dados na área de pessoal.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 25 - BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO NA ÁREA DE PESSOAL

**Área Temática:** Pessoal

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas do Distrito Federal

**Coordenador(a) da Ação:** José Roberto Alcuri Júnior

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

Participaram do Seminário 28 dos 33 Tribunais de Contas (exceções TCE/AM, TCE/MA, TCE/MT, TCE/PI e TCE/SE) e, do Diagnóstico, 30 dos 33 (exceções TCE/MA, TCE/MT e TCE/SE).

### Lista de Participantes do Seminário

ATRICON	Joao Lopes Conde	TCE/PE	Rafael Ferreira de Lira
ATRICON	Marcos Paulo Oliveira Pontes	TCE/PR	Danielle Urban
TCDF	Gustavo Henrique Takahashi de Aquino	TCE/PR	Débora Miranda Mota
TCDF	José Roberto Alcuri Júnior	TCE/PR	Fabio Junior Damacena
TCDF	Vilcemar Fernandes Maia Filho	TCE/PR	Mauritânia Bogus Pereira
TCE/AC	Erika Albuquerque Abud Fernandes	TCE/RJ	Eduardo Gil da Silva
TCE/AC	Jaime Fontes Vasconcelos	TCE/RJ	Fábio Vasconcelos Fernandes
TCE/AL	Claudia Viana de Oliva Amarante	TCE/RJ	Leonardo Mandarinho Zaroubin
TCE/AL	Rafaela Amazonas Avelar de Freitas Amorim	TCE/RJ	Marcelle Fernandes Machado
TCE/AP	Arnaldo de Almeida Furtado	TCE/RJ	Patrick Ferreira Schwambach
TCE/BA	Raquel Leda Cordeiro Capistrano	TCE/RJ	Thiago Marques Coelho Esposito
TCE/BA	Waldemar de Azevedo Costa Neto	TCE/RN	Allan Ricardo Silva de Souza
TCE/CE	Lucas de Sousa Duarte	TCE/RN	Gabriela Dias de Medeiros Dantas
TCE/CE	Thaïsse Craveiro de Souza Oliveira	TCE/RN	Ianna Moura da Costa Veras
TCE/ES	Alessandra Ramos Pimentel	TCE/RN	Ilueny Constâncio Chaves dos Santos
TCE/ES	Bruna Barbosa Soneghet Silva	TCE/RN	Luiz Henrique da Silva Freitas
TCE/ES	Bruna Maria Ogioni	TCE/RN	Marcel Santos Revoredo
TCE/ES	Ed Wesley Oliveira de Moraes	TCE/RN	Victor Rafael Fernandes Alves
TCE/ES	Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira	TCE/RN	Vinícius José Miranda Toscano de Brito Filho
TCE/ES	Fabio Brambilla Rodrigues	TCE/RO	Jorge Eurico de Aguiar
TCE/ES	Jackson Camatta	TCE/RO	José Márcio Benite Ramos
TCE/ES	José Antônio Vieira de Rezende	TCE/RO	Michel Leite Nunes Ramalho
TCE/ES	José Henrique Garcia da Silva	TCE/RO	Miguel Roumié Júnior
TCE/ES	Lyncoln de Oliveira Reis	TCE/RO	Rafael Gomes Vieira
TCE/ES	Magali Oliveira França	TCE/RR	Jonathas Coutinho da Silva
TCE/ES	Marcondes Pereira de Melo	TCE/RR	Marcos Vitor Carvalho de Souza
TCE/ES	Matheus Moreno de Andrade	TCE/RS	Júlio Cesar Perez
TCE/ES	Paulo Ferreira Lemos	TCE/SC	Alan Scarpari Pereira
TCE/ES	Regina Célia de Araújo Fogos	TCE/SC	Ana Paula Machado da Costa
TCE/ES	Régis Vicentini Silotti	TCE/SC	Fernanda Esmérico Trindade Motta

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

TCE/ES	Renato Ferraz Martins	TCE/SC	Marina Selinke Casagrande
TCE/ES	Ricardo Cassa Monteiro	TCE/SC	Tatiana Kair Medeiros da Silva
TCE/ES	Rodrigo Saade Jaques	TCE/SP	Audria Lucine Martins de Souza
TCE/ES	Rupp Caldas Vieira	TCE/SP	César Schneider
TCE/ES	Soraide Ruy Bragatto	TCE/SP	Paulo Antonio Veronez Junior
TCE/ES	Stephanie Victoria Merschitz	TCE/TO	Arnaldo Coelho Teixeira Junior
TCE/ES	Tarik Segui Moussallem	TCE/TO	Fernanda Almeida Corrêa Antunes
TCE/GO	Daniel Sandes Dias	TCM/BA	Jailson Gomes de Araújo Junior
TCE/GO	Gustavo Felipe Mendes Correa	TCM/GO	Davi de Castro Batista
TCE/GO	Liliane Elisabeth Cordeiro Tenório	TCM/GO	Juliana da Silva Vinhal Andrade
TCE/MG	Isabella da Costa e Souza Pimentel	TCM/PA	Luiza Montenegro Duarte Pereira
TCE/MG	Karen Cristine Nadolny	TCM/PA	Marcia Melo da Silva
TCE/MG	Tais Gomes Louzada	TCM/PA	Thiago Rafael da Cruz Peixoto
TCE/MS	Francisco Cleiton Adriano	TCM/SP	Adriana Regina Takahashi
TCE/MS	Rafael Ferreira Ribeiro Lima	TCM/SP	Fernanda Galvão Bonilha
TCE/PA	Aline Miléo Gomes Sereni	TCMRio	Carlos Mauricio Raposo
TCE/PA	Carlos Patrick Alves da Silva	TCU	Alípio Dias dos Santos Neto
TCE/PA	Carolina Pimenta de Macedo	TCU	Andrea Gonçalves Ribeiro
TCE/PA	Fernando da Silva Albuquerque	TCU	Diego Hulse
TCE/PA	Louise Brandão Durães	TCU	Felipe Paulino Tavares
TCE/PA	Mayara Santos Martins de Mello	TCU	Geovani Ferreira de Oliveira
TCE/PA	Moshe Dayan Sousa Ribeiro	TCU	Helton Onesio de Souza
TCE/PB	Fabiana Luzia Costa Ramalho de Miranda	TCU	Izaías Gomes de Oliveira
TCE/PB	Ivo Cilento	TCU	Nelson Homero Dumas
TCE/PB	Karina de Vasconcelos Carício	TCU	Reginaldo Aparecido Fernandes
TCE/PE	Bruno Eduardo de Castro Carrilho	TCU	Rodrigo Machado Benevides
TCE/PE	Marconi Karley Oliveira Nascimento		

## Objetivo da Ação

Os objetivos foram o compartilhamento de Boas Práticas de Fiscalização na Área de Pessoal, por meio de um Seminário, bem como a realização de um diagnóstico da fiscalização de pessoal no âmbito de todos os Tribunais de Contas, para:

- conhecer as estratégias de fiscalização (como uso de IA) que os Tribunais estão adotando em cada tema, de modo a permitir que os que quiserem avaliar uma solução no mesmo sentido possam entrar em contato para conhecer os projetos e obter subsídios para a tomada de decisão; e
- avaliar a evolução da fiscalização de pessoal ao longo dos anos (espera-se repetir o preenchimento do formulário nos próximos anos), que seria uma possível indicação do impacto do seminário na transformação da realidade dos Tribunais.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

- Planejamento do Seminário: 01/06/2025 a 30/09/2025;
- Recebimento de inscrições para o Seminário, seleção das Apresentações e coleta de dados, por meio de formulário para diagnóstico da fiscalização de pessoal: 25/06/2025 a 30/09/2025;
- Realização do Seminário de Boas Práticas de Fiscalização na Área de Pessoal: 01 e 02/10/2025, em Vitória/ES;
- Divulgação do Diagnóstico da Fiscalização de Pessoal nos Tribunais de Contas: 02/10/2025.

## Resultados Alcançados

Foi possível realizar o Seminário e compartilhar 19 boas práticas entre os participantes em dois dias de evento, com a presença de mais de 100 auditores de 28 Tribunais de Contas (84,8% dos 33 Tribunais), além da participação virtual de mais de 100 pessoas únicas, mantendo em média 40 a 50 participantes simultâneos ao longo das apresentações.

Também foi concluído e disponibilizado o Diagnóstico da Fiscalização de Pessoal nos Tribunais de Contas, que permitirá, ao ser reaplicado nos próximos anos, acompanhar a evolução dessa tarefa ao longo do tempo.

As apresentações e o resultado do Diagnóstico da Fiscalização de Pessoal nos Tribunais de Contas estão no link a seguir:

[https://drive.google.com/drive/folders/1BENSyStNOTLphfxXCtR74XLxXDxAILER?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1BENSyStNOTLphfxXCtR74XLxXDxAILER?usp=drive_link)

## Parcerias e Apoios

TCE/ES, como anfitrião do Seminário, além do apoio do TCU, do IRB e da ATRICON.



Mais fotos: <https://www.flickr.com/photos/203612103@N07/albums>

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 26 - COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE BASE DE DADOS NA ÁREA DE PESSOAL

**A ação foi descontinuada**

## AÇÃO 27 - CAPACITAÇÃO PARA INDUÇÃO À MELHORIA DOS PLANOS PLURIANUAIS (PPA) MUNICIPAIS.

**Área Temática:** Planejamento Governamental; Orçamento Público; Controle Externo

**Forma de Cooperação:** Cooperação Técnica

**TC responsável pela coordenação:** TCE-ES

**Coordenador(a) da Ação:** Alexsander Binda Alves – Auditor de Controle Externo

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

TCE-TO	Ramon Gomes Queiroz	TCE-PI	Luis Batista de Sousa Júnior
TCE-MS	Felipe Cavassan Nogueira	TCE-RO	Gilmar Alves dos Santos
TCE-RR	Adriana Maria do Rêgo Nery Benta Marinho de Sousa Barreto Soraya Fernanda Coelho Mora Matos Valdélia Vieira dos Santos Lena.	TCE-PB	Adjailton Muniz de Sousa Maria Zaira Chagas Guerra Pontes
TCE-AP	Saulo Oliveira Miranda João Augusto Oliveira Ferreira José Lima de Almeida	TCE-SC	Danilo Vasconcelos Santos
TCM-GO	Sergio Thiago Morais de Rezende Dalesco	TCM-RJ	Adriane Emi Shibukawa Danielle Chiaretti dos Santos
TCE-ES	Alexsander Binda Alves Felipe dos Anjos Vieira Ferreira	TCM-SP	Danilo André Fuster
TCE-SP	Adelino Detofol	TCE-MA	Helvilane Maria Abreu Araujo Bernardo Felipe Sousa Pires Leal
TCM-BA	Juliana Ferreira de Carvalho Andrade Mariana Santos Coutinho da Silva Luiza Ferreira	TCE-SC	Danilo Vasconcelos Santos
TCM-PA	Luiz Fernando Gonçalves Erika Suelle Andrade Maestri Gisele Baptista Himercirio Pingarilho Ariella Marangoanha Makarem Ana Claudia Duarte das Neves Rita Helena Liborio	TCE-CE	José Edmar Firmino de Farias Filho Cléa Sabino de Matos Brito Bessa Vanessa Aragão de Goes Salgueiro
TCM-RJ	Adriane Emi Shibukawa Danielle Chiaretti dos Santos	TCE-PR	Camila Ribeiro Félix Caroline Patricia Lago Roberto Alves Ribeiro Paola Carolina Canuto Brandao
TCM-SP	Danilo André Fuster	TCE-MG	Heliane da Costa Ravaiani Brum

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

TCE-MA	Helvilane Maria Abreu Araujo Bernardo Felipe Sousa Pires Leal	TCDF	Rogério Ribeiro Janaina Teixeira Camapum de Carvalho
TCE-SC	Danilo Vasconcelos Santos	TCE-PI	Luis Batista de Sousa Júnior
TCE-CE	José Edmar Firmino de Farias Filho Cléa Sabino de Matos Brito Bessa Vanessa Aragão de Goes Salgueiro	TCE-RO	Gilmar Alves dos Santos
TCE-PR	Camila Ribeiro Félix Caroline Patricia Lago Roberto Alves Ribeiro Paola Carolina Canuto Brandao	TCE-PB	Adjailton Muniz de Sousa Maria Zaira Chagas Guerra Pontes
TCE-MG	Heliane da Costa Ravaiani Brum	TCE-SC	Danilo Vasconcelos Santos
TCDF	Rogério Ribeiro Janaina Teixeira Camapum De Carvalho		

## Objetivo da Ação

Promover a construção e o aperfeiçoamento do Plano Plurianual (PPA) como instrumento central de planejamento governamental, capaz de orientar de forma eficiente a atuação municipal ao longo dos quatro anos de mandato. Busca-se assegurar que o PPA subsidie a elaboração de planos de fiscalização, facilite a análise dos relatórios anuais de contas de governo e fortaleça a transparência e a inteligibilidade das informações públicas. Ademais, objetiva-se harmonizar e padronizar, em âmbito nacional, os elementos mínimos que compõem o PPA, por meio da definição de conceitos, terminologias e critérios estruturantes alinhados às bases jurídico-normativas estabelecidas pela Constituição Federal (arts. 165 e 37), pela Lei nº 4.320/1964, pela Emenda Constitucional nº 109/2021 e pela Lei nº 14.802/2024.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

- Levantamento normativo (janeiro a março de 2025);
- Reuniões técnicas (abril a maio de 2025);
- Aplicação de formulários de resposta para verificar os elementos a serem desenvolvidos e definidos como requisitos mínimos para a estrutura a ser elaborada. (junho a agosto de 2025);
- Reunião Técnica e validação (agosto a setembro de 2025);
- Consolidação técnica da Estrutura Mínima do PPA (setembro a novembro de 2025);
- Documento final de padronização (novembro de 2025);

## Resultados Alcançados

- Padronização do conjunto de elementos mínimos do PPA;
- Definição de nomenclaturas e parâmetros uniformes;
- Fortalecimento da transparência;
- Rastreabilidade e metodologia padronizada de indicadores.

## AÇÃO 28 - GRUPO TEMÁTICO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**Área Temática:** Políticas Públicas

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCE-GO e TCE-RN

**Coordenador(a) da Ação:** Vânia Mara (TCE-GO) e Anne Carvalho (TCE-RN)

**Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

NOME	TC	NOME	TC
Celma Ribeiro De Souza	TCDF	Maria Angélica S. Q. J. Silva	TCE-PA
Cibele De Oliveira Lemos	TCDF	Mirna Maia Abdul Massih	TCE-PA
Diogo Dos Santos Coelho	TCDF	Priscila da Paz Nascimento	TCE-PA
Elivelton Eliel Da Silva Cavalcante	TCDF	Roberta Paes Carvalho Ferreira	TCE-PA
Janaina Teixeira Camapum De Carvalho	TCDF	Rondson Manoel Pinheiro de Sousa	TCE-PA
Jessica Soares Da Rocha	TCDF	Samanta Oliveira Araújo	TCE-PA
Reinaldo Alencar Domingues	TCDF	Walber da Conceição Ferreira	TCE-PA
Rogério Ribeiro	TCDF	Adriana Falcão do Rêgo	TCE-PB
Tarcísio Dos Anjos Neves	TCDF	George Lucas Lisboa da Silva	TCE-PB
Lívia Santiago de Melo Arruda	TCE-AC	Diego Henrique Moraes Maciel	TCE-PE
Maria Laélia Lima da Silva	TCE-AC	Uilca Maria Cardoso Dos Santos	TCE-PE
Suely Cavalcante Lameira Lopes	TCE-AC	Gilson Soares de Araújo	TCE-PI
Valdeci Ricardo Duarte	TCE-AC	Iracema Soares Mineiro	TCE-PI
Alicia Helena Cavalcanti de Moraes	TCE-AL	Crislayne Cavalcante	TCE-PR
Raiane Souza Taveira	TCE-AL	Ely Celia Corbari	TCE-PR
Adriane Regina da Silva Freire	TCE-AM	Luciane Ferraz Bortolini	TCE-PR
Eolando Correa Neto	TCE-AM	Nelson Nei Granato	TCE-PR
France Clayre Moutinho da Silva Melo	TCE-AM	Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli	TCE-PR
Júlio Alan dos Santos Viana	TCE-AM	Frederico Lavourinha Félix	TCE-RJ
Lívia Mascarenhas de Castro Rebouças	TCE-AM	Marcio Eugenio Garcia de Britto Nascimento	TCE-RJ
Paulo Renan Rodrigues de França	TCE-AM	Renata Odete de Azevedo Souza	TCE-RJ
Vanessa de Queiroz Rocha	TCE-AM	Fladjane Raquel Soares de Souza	TCE-RN
Vlais Monteiro Pereira	TCE-AM	Indira Celli Xavier da Silva Gomes	TCE-RN
João Augusto Pinto Vianna	TCE-AP	Valber Dorneles Dos Santos Campelo	TCE-RN
José Lima de Almeida	TCE-AP	Francisco Wagner de Lima Honorato	TCE-RO
Marcos dos Santos Cortes	TCE-AP	Antonio de Oliveira Marques	TCE-RR
Rafaela Fecury	TCE-AP	Carlos Heider da Silva Souza	TCE-RR
Regiane Guedes Rodrigues	TCE-AP	Maria do Perpétuo Socorro Moura Pinho	TCE-RR

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

NOME	TC	NOME	TC
Josimeire Leal de Oliveira	TCE-BA	Thomé Bayma Oestreicher	TCE-RR
Joubert Ferreira da Silva Neto	TCE-BA	Valdélia Vieira dos Santos Lena	TCE-RR
Juliana Alves Prates Caminha de Castro	TCE-BA	Renato Pedroso Lauris	TCE-RS
Pamela Barbosa Engel	TCE-BA	Alexandre Thiesen Becsi	TCE-SC
Francisco Cristiano Maciel de Goes	TCE-CE	Diogo Signor	TCE-SC
Francisco Rafael Peixoto Brandão	TCE-CE	Michelle F. De Conto El Achkar	TCE-SC
Priscila Lima de Castro	TCE-CE	Rafael Scherb	TCE-SC
Ricardo Pessoa de Carvalho	TCE-CE	Rafaela Leão Barreto Viana	TCE-SC
Thaisse Craveiro de Souza Oliveira	TCE-CE	Renato Bossle Miguel	TCE-SC
Claudia Cristina Mattiello	TCE-ES	Sabrina Emmelly Pecini da Silva	TCE-SC
Felipe dos Anjos Vieira Ferreira	TCE-ES	Silvio Bhering Sallum	TCE-SC
Felipe Fonseca Salerno	TCE-ES	Adelino Detofol	TCE-SP
Lucas Matias Caetano	TCE-ES	Hermes Gonçalves de Alcântara Queiroz	TCE-TO
Luis Filipe Vellozo Nogueira de Sá	TCE-ES	Saulo Santos Assis Souza	TCE-TO
Mayte Cardoso Aguiar	TCE-ES	Wilson Crepaldi Sozim	TCE-TO
Rodrigo Reis Lobo de Rezende	TCE-ES	André Luis Queiroz Soares	TCM-BA
Simone Reinholz Velten	TCE-ES	José Aurelino Costa Neto	TCM-BA
Wagner Soares de Oliveira	TCE-ES	Juliana Ferreira de Carvalho Andrade	TCM-BA
João Pedro Morais de Souza	TCE-GO	Luiza Josefina Rego Ferreira	TCM-BA
Luiz Felipe de Souza Elicker	TCE-GO	Maíra Oliveira Noronha	TCM-BA
Valter Mário Canedo Filho	TCE-GO	Daniel Wagner da Silva	TCM-GO
Vânia Mara de Souza e Silva	TCE-GO	Marco Aurélio Batista de Sousa	TCM-GO
Helvilane Maria Abreu Araujo	TCE-MA	Ralf Rodrigues de Araújo	TCM-GO
Ryan Brwnner Lima Pereira	TCE-MG	Fabiane Brito	TCM-PA
Fabiana Felix Ferreira	TCE-MS	Paulo Roberto Sousa	TCM-PA
Renan Godoi Ventura Menegao	TCE-MT	Silvia Miralha de Araújo	TCM-PA
Adriane Cunha Gonçalves	TCE-PA	Danielle Chiaretti	TCM-Rio
Brondisio Evangelista Ferreira	TCE-PA	Jorge Barreiros de Souza	TCM-Rio
Bruna Iris Rodrigues Paula	TCE-PA	Lívia Valladares de Araújo Silva	TCM-Rio
Bruno Lobato Cardoso	TCE-PA	Danilo André Fuster	TCM-SP
Daniel Lopes de Campos Filho	TCE-PA	Fernanda Galvão Bonilha	TCM-SP
Isabela da Rocha Ribeiro	TCE-PA	João Roberto Fernandes de Lima	TCM-SP
Jonas Gomes de Sousa	TCE-PA	Suelem Benicio	TCM-SP
Larissa Cristina Fagundes da Rosa e Silva	TCE-PA	Valdir Godoi Buqui Netto	TCM-SP
Luis Felipe Tavares Costa	TCE-PA	Marcos Mortoni	TCU

## Objetivo da Ação

Construir um diagnóstico acerca da atuação dos Tribunais na área de avaliação de Políticas Públicas, com a identificação de ações de avaliação já realizadas ou em desenvolvimento, mapeamento de capacidades em avaliação, compartilhamento de práticas associadas à operacionalização da NBASP 9020, além de catalogação de bases de dados e sínteses de evidências no âmbito de políticas públicas multinível. A partir desse diagnóstico, também é objetivo do Grupo Temático desenvolver uma proposta de capacitações na área, além da avaliação de viabilidade de atuação conjunta na realização de avaliações, com foco na continuidade do Grupo Temático em Avaliação de Políticas Públicas para 2026.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

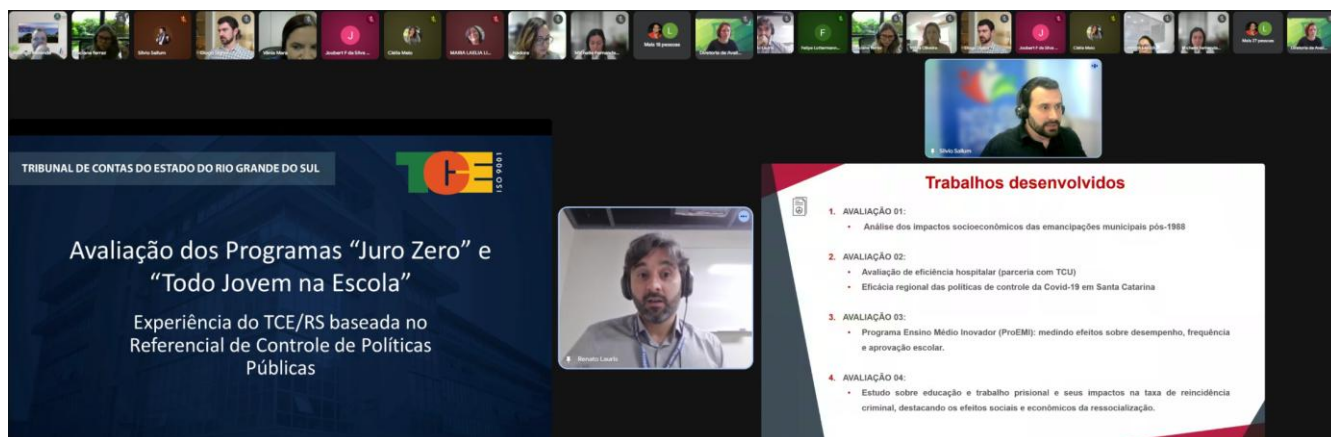
O GT iniciou efetivamente suas atividades em 02 de junho de 2025, com a realização da primeira reunião de alinhamento.

Foram definidos subgrupos de trabalho para atuação paralela em diferentes frentes. Com isso foi possível desenvolver as atividades e os produtos descritos a seguir:

- Alinhamento conceitual e construção de entendimentos comuns acerca da aplicação da NBASP 9020
  - Status: concluído
  - Período: 29/07 a 14/10/2025
  - Descrição: leitura assíncrona da NBASP 9020, com inclusão de comentários pelos participantes do GT, e discussão integral da NBASP 9020, de forma síncrona, a partir de reuniões on-line do GT.
  - Produtos: NBASP 9020 com comentários preliminares; documento de consolidação das discussões; gravação de reuniões com debates e apresentações.
  
- Construção de biblioteca de referenciais para avaliação
  - Status: concluído
  - Período: 30/08 a 17/09/2025
  - Descrição: criação de pasta no Drive compartilhado do GT para inclusão de documentos de produção científica e técnica acerca de avaliação de políticas públicas.
  - Produtos: planilha “Mapa da Base de Conhecimento em Políticas Públicas”, com catalogação de 85 documentos, incluindo links de acesso.
  
- Identificação e compartilhamento de práticas em avaliação de políticas públicas
  - Status: concluído
  - Período: 20/08 a 30/10/2025



# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025



- Práticas em avaliação de políticas públicas apresentadas na reunião do GT em 21 de outubro de 2025.



- Práticas em avaliação de políticas públicas apresentadas na reunião do GT em 30 de outubro de 2025.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 29 - PLANO DE CAPACITAÇÃO EM AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS INFORMADAS POR EVIDÊNCIAS, SOB A ÉGIDE DAS APLICAÇÕES E ORIENTAÇÕES TRAZIDAS PELA NBASP 9020

**A ação foi emergida com a ação 28**

## AÇÃO 30 - AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PARA OS RPPS PARA JURISDICIONADOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

**A ação não foi implementada**

## AÇÃO 31 - WEBINÁRIOS RELATIVOS AO RPPS

**Área Temática:** Previdência Social

**Forma de Cooperação:** Capacitação

**TC responsável pela coordenação:** TCE-RJ

**Coordenador(a) da Ação:** Marcos Ferreira da Silva

**Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

NOME	TC	NOME	TC
Gustavo Adolfo Carrozzino	TCE RS	Andreza Faucon Colombini Faganelli	TCM SP
Marcos Ferreira da Silva	TCE RJ	Victor Masaaki Fujimoto	TCM SP
Sandro Ismael Robinson	TCE PE	Daniel Mello Pinho	TCM SP
Luiz Felipe Salazar Fernandes	TCE PE	Juliano Moreira de Souza	TCE MA
João Afonso da Silva Araújo	TCE AM	Nathiane Oliveira Celedonio Macedo de Andrade	TCE CE
Giuliano Yunes	TCE AM	Francisco Wilson Ferreira da Silva	TCE CE
Márcio Osório Freitas	TCE AM	Marcos Henrique Almeida Cordeiro	TCE CE
Valdnor Mendonça Santarém	TCE AM	Igor Barbosa Queiroz	TCE CE
Evandro Nunes Franco	TCE RN	Erick Braga Valentim	TCE PR
Janaína Danielly Cavalcante Silva Bulhões	TCE RN	André Castanheira Santos	TCE PR
Laura Maria Pessoa Batista Alves	TCE RN	André Luiz Lemos Andrade Gouveia	TCE MG
André de Oliveira Navarro	TCE GO	Maria Júlia Ferreira e Silva	TCE MG
Vandileno dos Santos Conceição	TCE GO	Fábio Porcher Alves	TCE MG
Gustavo Felipe Mendes Corrêa	TCE GO	Nílson Rodrigues de Paula Júnior	TCE MG
Maris Caroline Gosmann	TCE ES	Rafaella Pinto Marques Luz	TCE PI
Diego Henrique Ferreira Torres	TCE ES	Marcelo Valente de Oliveira Figueirêdo	TCE PI
Celso Atilio Frigeri	TCE SP	Emílio Carlos Rosado Vitorino de Assunção	TCE PI
Viviane Cristina Sakamoto de Souza	TCE SP	Gilmar Alves dos Santos	TCE RO
Jaíra Rocha da Silva Viana	TCM BA	Fernando Fagundes	TCE RO

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Erika Suelle Andrade Maestri	TCM PA	Leonice Rosina	TCE MS
Vanessa Fonseca Sodré	TCM PA	Anna Karolina Monteiro dos Reis	TCE MS
Georgina B. Pantoja Quaresma	TCM PA	Everton José da Costa Pereira	TCE AP
Rita Helena Liborio	TCM PA	Tiago Marques	TCE AP
Leonel Chacon	TCE AL	Tainá Vieira Melo	TCE AP
Jadson Rodrigues da Silva	TCE AL	Jonas Gomes De Sousa	TCE PA
Luís Carlos de Oliveira Nunes	TCE AL	Carlos Henrique Teles Gonçalves	TCM RJ
Renata Torres Barros Batinga de Mendonça	TCE AL	Gabriel de Oliveira Reges	TC DF
Caio Henrique Pastick Cavalcanti	TCE AL	Pedro Henrique Rodrigues de Carvalho da Cruz	TC DF
Jon Kevin Pereira De Santana	TCE AL	Jasiel Neri da Mata	TC DF
Karisia Goda Cardoso Pastor Andrade	TCE MT	Pedro Henrique Teodoro Pereira	TC DF
Allan Szenkier Gherman	TCM SP	Hamilton de Jesus Lopes Neto	TC DF
Amanda Freitas Santos	TCM SP	Bruna Bianca Machado Araújo	TC DF

## Objetivo da Ação

Disseminar conhecimentos específicos na temática de RPPS entre os diversos Tribunais de Contas, com vistas ao alinhamento de conhecimento entre os TCs, fundamental para uma futura atuação em conjunto.

## Resultados Alcançados

Ao longo do exercício de 2025 foram realizados cinco webinários, conforme está elencado a seguir:

Data	Título	Palestrante
19/02/2025	Proposta de Normativo para Orientação e Padronização dos Produtos das Avaliações Atuariais dos RPPS	Uriel Inácio Cruz – TCE RJ
25/02/2025	Apresentação do Painel BI do TCE-ES	Igor Rafael de Oliveira – TCE- ES
21/08/2025	Apresentação de Ações no Âmbito do Ministério da Previdência Social - MPS	Allex Albert Rodrigues – MPS Charles Souza de Lima – MPS Claudia Fernanda Iten – MPS Hildiene Castro Silva - MPS
03/10/2025	ALM – Gestão de Ativos e Passivos	Victor Leitão – LEMA Consultoria
17/10/2025	Integração do Fluxo Atuarial à Estratégia de Investimento do RPPS	Erick Braga Valentim – TCE-PR

Os webinários são gravados e postos à disposição dos participantes da Rede Integrar.

## AÇÃO 32 - INTERCÂMBIO DE DADOS ENTRE OS TCS COM VISTAS AO MONITORAMENTO DAS ENTREGAS DOS DEMONSTRATIVOS PREVIDENCIÁRIOS AO MPS VIA CADPREV WEB

**Área Temática:** Previdência Social

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento Técnico e Informacional

**TC responsável pela coordenação:** TCE-RJ

**Coordenador(a) da Ação:** Marcos Ferreira da Silva

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes**

Prejudicado em razão da não execução dessa ação.

### **Objetivo da Ação**

Essa ação tem por objetivo realizar o monitoramento, em nível nacional, sobre o encaminhamento, pelos RPPS brasileiros, dos demonstrativos previdenciários ao MPS, bem como da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) à STN. Isso é importante para que se disponha dos dados necessários ao acompanhamento de certos atos de gestão dos RPPS.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

Essa ação não foi executada no âmbito da Rede Integrar, como inicialmente previsto. Não obstante, está sendo objeto de ajuste junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a possibilidade de que o produto dessa ação seja incorporado ao Painel Radar de Controle Público - Previdência daquele Tribunal (<https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/>), que já disponibiliza dados relativos aos RPPS brasileiros.

### **Resultados Alcançados**

Como mencionado na seção anterior, essa ação está em desenvolvimento e será executada no âmbito do Comitê de Previdência do Servidor Público do IRB/ATRICOM, com o apoio do TCE- MT.

### **Parcerias e Apoios**

TCE-MT / Comitê de Previdência do Servidor Público IRB/ATRICON

## AÇÃO 33 - ESTUDO DE PONTOS ESPECÍFICOS DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS DE FISCALIZAÇÃO

**A ação não foi implementada**

## AÇÃO 34 - AUDITORIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA

**Área Temática:** Primeira Infância

**Forma de Cooperação:** Fiscalização conjunta

**TC responsável pela coordenação:** TCE-TO

**Coordenador(a) da Ação:** Lígia Cássia Rocha Braga

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

TCE-AC, TCE-AL, TCE-AM, TCE-AP, TCE-CE, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MA, TCE-MG, TCE-MS, TCE-MT, TCE-PA, TCE-PB, TCE-PE, TCE-PI, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-RN, TCE-RO, TCE-RR, TCE-RS, TCE-SC, TCE-SP, TCE-SE, TCE-TO, TCM-BA, TCM-GO, TCM-Rio, TCM-PA.

### **Objetivo da Ação**

Avaliar em que medida as gestões municipais e estadual são eficazes em implementar as ações previstas nos programas de visitas domiciliares no âmbito do Estratégia Saúde da Família (ESF) e do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz no âmbito estadual e municipal. Entende-se que esses programas funcionam como uma boa proposta para se trabalhar as políticas de primeira infância, considerando a importância da intersetorialidade inerente a ambos, além de sua interface com as demais políticas públicas.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

Na Fase de planejamento foram realizadas técnicas de diagnóstico Análise SWOT, DVR. Painel de referência com especialistas, validação no Comitê da Primeira Infância – IRB, repositório com material de leitura sobre a temática e material da auditoria.

Capacitação presencial com os auditores dos TCs e apresentação da proposta da auditoria e da Matriz de planejamento.

Foram elaborados todos os Papéis de trabalho, roteiros para a execução da AOP pelo grupo que coordenou a AOP.

Foram elaborados Modelo de Matriz de achado e Relatório da AOP.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Mediante Termo de Cooperação Técnica, o TCE-SP disponibilizou ferramenta de tecnologia de informação para recepcionar os papéis de trabalho, bem como auxiliou a consolidação dos resultados.

## Resultados Alcançados

Descreva os principais resultados alcançados pela ação, como indicadores mensuráveis (se houver), impacto percebido e transformações geradas.

## SUMÁRIO EXECUTIVO DA AOP e RELATORIO CONSOLIDADO



## Parcerias e Apoios

ATRICON - IRB- CNTPC - TCU

## AÇÃO 35 - PLANEJAMENTO DE FISCALIZAÇÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

**Área Temática:** Saneamento Básico

**Forma de Cooperação:** Seleção de Fiscalização

**TC responsável pela coordenação:** TCE-ES

**Coordenador(a) da Ação:** Ana Emília Brasileiro Thomaz

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

Alfredo Montezuma Belo (TCE-PE) | Ana Emilia Brasileiro Thomaz (TCE-ES) – **Coordenação** | André Scandar Prata (TCM-GO) | Arnon Demuner Zache (TCE-ES) – **Coordenação** | Audria Lucine Martins de Souza (TCE-SP) | Ayamy da Costa Migiyama (TCE-PA) | Arielton Fonteles Araújo (TCE-CE) | Bartolomeu Barros Lordelo Junior (TCM-BA) | Bernardo Felipe Sousa Pires Leal (TCE-MA) | Bruno Camargo de Holanda Cavalcanti (TCE-PI) | Bruno Leonardo Pontes Cabral (TCE-AM) | Cláudia Maria Cozzi e Silva (TCE\_MG) | Danilo Marcio da Cruz Santos Pereira (TCM-BA) | Dener Alves de Souza (TCE-TO) | Dayvson Carlos Batista de Almeida (TCE-AM) | Debora da Silva Almeida (TCE-RJ) | Douglas Emanuel Nascimento de Oliveira (TCE-MG) | Fabio Casagrande (TCM-BA) | Fernanda do Socorro Lucas Bandeira ((TCE-PA) | Flavia Burmeister Martins (TCE-RS) | Gisela Coelho Nascimento (TCM-SP) | Helvilane Maria Abreu Araujo (TCE-MA) | Hemerson José Garcia (TCE-SC) | Igor Oliveira Bastos (TCE-AM) | Ivanice Kretzer Santos (TCE-SC) | Jean Everson Coêlho da Silva (TCE-AP) | Jonas Rocha de Almeida (TCE-AM) | Joselito Alves de Macedo (TCE-TO) | Júlio Uchôa Cavalcanti Neto (TCE-PB) | Luiz Carlos da Costa Lino Leite (TCM-BA) | Luizimar Feliciano de Araujo Junior (TCM-Rio) | Namir Antonio Neves (TCE-SP) | Orlando Henrique Hirano Ferreira (TCE-RJ) | Paulo Henrique Pessoa Cavalcanti (TCE-PE) | Rafael Alves de Medeiros (TCE-RN) | Rafael Silva Faria Lamas (TCE-TO) | Ricardo Rivelino Alves (TCE-MS) | Rômulo Ferreira da Silva (TCM-Rio) | Silvia M A Guedes Gallardo (TCE-SP) | Uibirá Sena Silva (TCE-PA) | Veríssimo Tarragó da Silva (TCE-SC) | Verônica Maria Prazeres Lopes De Sousa (TCE-PI) | Victor Pereira (TCE-PE) | Vladimir Sérgio de Aquino Souto (TCE-RN) | Wanda Gomes de Oliveira Murta (TCE-CE)

### **Objetivo da Ação**

Elaborar o planejamento para realização de fiscalização quanto ao acompanhamento do desempenho dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerando as metas de atendimento estabelecidas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

As principais atividades desenvolvidas pelo grupo foram:

1. Discussão e levantamento dos principais aspectos que limitam a universalização do saneamento e construção de visão geral. Essa etapa foi realizada no período de junho e julho/2025;
2. Levantamento por meio de formulário *Google forms* das principais fiscalizações realizadas pelos Tribunais de Contas sobre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Essa etapa foi realizada em julho/2025;
3. Webinar com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) sobre as normas de referência 8 e 9/2024. O produto dessa reunião foi a identificação dos principais objetos de fiscalização pelos Tribunais de Contas para possibilitar a transparência no acompanhamento do avanço das metas de universalização pelos municípios e estados. Essa etapa foi concluída em agosto/2025;
4. Encontro presencial como atividade pré-congresso de saneamento, onde se validou a matriz de risco e se iniciou a matriz de planejamento. Etapa concluída em setembro/2025;
5. Encontra-se em fase de finalização o projeto de fiscalização, com prazo para conclusão em dezembro/2025.

## Resultados Alcançados

Descreva os principais resultados alcançados pela ação, como indicadores mensuráveis (se houver), impacto percebido e transformações geradas.

1. Uniformização de entendimento quanto à importância da implementação das normas de referência 8 e 9/2024 da ANA para se garantir a fiscalização quanto aos avanços na universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
2. Aumento do conhecimento das peculiaridades de cada região brasileira para o alcance da universalização e proposição de trilhas de fiscalização, para que se garanta a implementação das NR 8 e 9/2024/ANA;
3. Entendimento de que é necessário fortalecer, por meio das fiscalizações, as agências reguladoras infranacionais, para que haja transparência no acompanhamento das metas de universalização.

## Parcerias e Apoios

Houve a contribuição da ANA na promoção do webinar para o GT. Para a implementação da fiscalização, prevista para 2026, será utilizado o Acordo de Cooperação Técnica já firmado com o Instituto Rui Barbosa e coordenado pelo Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade, para a obtenção de informações atualizadas sobre a existência e situação de regulação dos serviços nos municípios brasileiros.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025



Encontro Presencial em Porto Alegre – 9/9/2025

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 36 - AVALIAÇÃO DA MATURIDADE DOS ENTES FEDERADOS PARA TRANSFERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PARA ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

**Área Temática:** Saúde

**Forma de Cooperação:** Fiscalização conjunta

**TC responsável pela coordenação:** TCE-GO e TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Gabriela de Souza Figueiredo, Antonio França

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

TCM-PA	Alessandra Aline Gonçalves Albuquerque	TCE-GO	Marcos Thadeu Fonseca Ferreira Azevedo
TCE RJ	André Alexandre Neves Da Silva	TCE-PB	Maria Zaira Chagas Guerra Pontes
TCU	Antônio França da Costa	TCE-GO	Raphael Marcos de Lima Bedran
TCE-GO	Aléxia Grassuri Barreto de Oliveira Demori	TCE-SP	Roberta Azola Gardelli
TCE-GO	Gabriela de Souza Figueiredo	TCE-AC	Roberto Carlos da Rocha
TCE-PR	Geovane Karvat	TCE-PA	Rogério de Assis Teixeira
TCE-MS	Giovanna Araujo Felix Marvieski	TCE-SP	Samuel Simeão Martins Benedito
TCDF	Hedgleine Cleia Vieira Dos Santos	TCE-PE	Valquíria Maria Falcão Benevides de Souza Leão
TCE-SP	Kleber Guerrieri Accoroni	TCE-PR	Vivian Feldens Cetenaeski
TCE-GO	Leonardo Mateus Negreiros Barbosa	TCM-PA	Zaira Castro Lopes Albuquerque Matos
TCE-AM	Luciano Simões de Oliveira		

### Objetivo da Ação

Avaliar a maturidade dos entes federados do Brasil para transferência de equipamentos de saúde para entidades privadas.

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

Esta iniciativa se apresenta como uma continuidade da Ação nº 22 do PAT 2024 da Rede Integrar, a qual buscou a estabelecer uma metodologia de avaliação da maturidade do ente federado em termos de arranjo institucional, para transferência de equipamentos de saúde para entidades privadas sem fins lucrativos.

Conforme consta no PAT 2025, os trabalhos desenvolvidos na presente ação envolvem a proposição de uma fiscalização conjunta a ser executada por diversos Tribunais de Contas, no âmbito de suas jurisdições, com base em metodologia única de avaliação, bem como com fundamento em referencial técnico e em sistema informatizado elaborados como fruto dos esforços empreendidos pelos

integrantes.

Pretendeu-se, como benefício, impulsionar a melhoria da governança e da gestão dos entes federados por meio da presente ação de Controle Externo articuladora e indutora.

Cumprido destacar que não foi possível ainda a realização de uma fiscalização conjunta nesse ano, razão pela qual houve necessidade de propor essa fiscalização conjunta no PAT 2026 da Rede Integrar. Contudo, a seguir, serão indicados os dois produtos decorrentes da ação do ano de 2025.

Considerando que a metodologia proposta para avaliação da maturidade dos entes federados envolve a segregação da análise em “Macroprocessos” considerados essenciais para a transferência dos equipamentos de saúde, o corrente ano foi marcado pela finalização de **matriz** contendo riscos, salvaguardas e critérios que regem a implementação e o nível de maturidade exigido dos entes federativos que tenham transferido ou pretendam efetivar a transferência do gerenciamento em tela.

Em adendo, considerando a necessidade de mensuração do peso e da relevância dos critérios e riscos elencados na referida matriz, o grupo Técnico também produziu a **memória de cálculo** inicial, para fins de sopesamento entre os itens elencados e condução da futura fiscalização a ser implementada.

Ao longo dos trabalhos, os membros da ação identificaram que o material produzido poderia ser consubstanciado em um **Referencial** que, configurando-se como um produto mais imediato da iniciativa, se apresentasse como uma publicação norteadora dos agentes públicos e demais interessados.

Ao documento foi dado o título de **“REFERENCIAL PARA A TRANSFERÊNCIA EFICIENTE DO GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PARA O TERCEIRO SETOR”**.

Frisa-se que a iniciativa se destacou entre os demais órgãos de controle, como o Ministério Público Federal (MPF) e a Controladoria Geral da União (CGU), os quais demonstraram significativo interesse em utilizar o documento produzido como marco técnico e referência para o desempenho de suas atividades que possuam correlação com a temática aqui explorada.

Ademais, a iniciativa envolve o desenvolvimento do “Sistema Maturidade”, correspondente a um sítio eletrônico no qual ficará disponibilizada a ferramenta que permitirá aos gestores dos entes federativos realizarem uma autoavaliação de suas respectivas maturidades para a transferência de seus equipamentos, considerando os critérios elencados na matriz desenvolvida na ação e nos termos do referencial a ser publicado.

No referido sistema também será desenvolvida, em um segundo momento, a ferramenta necessária para que os Tribunais de Contas subsidiem e deem início à fiscalização a ser realizada de forma conjunta.

Dito isso, destaca-se também que os trabalhos da ação ensejaram não apenas o portal onde ficará hospedado o “Sistema Maturidade”, mas também a ferramenta de autoavaliação que será disponibilizada aos gestores, tendo os referidos esforços sido empreendidos pela equipe de desenvolvedores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

Por fim, tendo em vista que todas as iniciativas são voltadas à preparação dos requisitos necessários para devida implementação da fiscalização elencada como resultado esperado, destaca-se que teve início, no mês de novembro, a elaboração da metodologia que subsidiará a avaliação.

## Resultados Alcançados

- 1) Conclusão/revisão da matriz que contém os riscos, salvaguardas e critérios que regem a implementação e o nível de maturidade exigido dos entes federativos que tenham transferido ou pretendam efetivar a transferência do gerenciamento em tela;
- 2) Conclusão da memória de cálculo utilizada para mensurar o peso e a relevância dos critérios e riscos elencados na referida matriz;
- 3) **Elaboração do “REFERENCIAL PARA A TRANSFERÊNCIA EFICIENTE DO GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PARA O TERCEIRO SETOR**, que, configurando-se como um produto mais imediato da iniciativa, se apresenta como uma publicação norteadora dos agentes públicos e demais interessados.
- 4) Avanço no desenvolvimento do site que hospedará o “Sistema Maturidade”;
- 5) Desenvolvimento da ferramenta de autoavaliação (previsão de conclusão para dezembro de 2025), que será disponibilizada aos gestores dos entes federativos para realizarem a análise de suas respectivas maturidades para a transferência de seus equipamentos, considerando os critérios elencados na matriz desenvolvida na ação e nos termos do referencial a ser publicado.
- 6) Início da elaboração da metodologia que orientará fiscalização a ser realizada de forma conjunta pelos Tribunais de Contas, considerando os materiais listados anteriormente (previsão de conclusão: dezembro de 2025).

Como impacto percebido, destaca-se que a iniciativa vem se destacando em eventos referentes à saúde pública, tendo sido apresentado em mesa “**Eficiência na Gestão de Unidades do SUS**” do Seminário SUSTentabilidade, realizado no TCU, em Brasília, em 29 e 30 de setembro. O Referencial será lançado no IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, na Oficina da Saúde, em Florianópolis, em 02 a 05 de dezembro. A relevância da ação também se destacou com a aproximação do Ministério Público Federal (MPF) e da Controladoria Geral da União (CGU), por meio do Tribunal de Contas da União, instituições que demonstraram significativo interesse de utilizar o documento produzido como marco técnico e referência para o desempenho de suas atividades correlatas com a temática mencionada. Por fim, houve destaque da iniciativa na Reunião do Comitê Técnico da Saúde da Atricon, no dia 30 de setembro de 2025.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Parcerias e Apoios

- Ministério Público Federal (MPF);
- Controladoria Geral da União (CGU);
- Tribunais de Contas aderentes à Ação.

## Inscriva-se aqui! Seminário “Sustentabilidade do SUS”

05/09/2025



## AÇÃO 37 - SEGUNDO CICLO DO PROJETO EFICIÊNCIA NA SAÚDE - CURSO DE APRESENTAÇÃO DO REFERENCIAL PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA DE CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES

**Área Temática:** Saúde

**Forma de Cooperação:** compartilhamento

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas da União

**Coordenador(a) da Ação:** Antônio França da Costa

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes

- TCE-RS: Isana Oliveira da Silva, Lucas Lunardi Vieira, Renata Pereira Cardoso, Sabrina Machado Chies, Vanessa Neumann Sulzbach, Diego Gerhardt, Eda Regina Doederlein Schwartz
- TCE-MS: Haroldo Oliveira de Souza
- TCE-PE: Adriana Maria Gomes
- TCE-RR: Aurisfran Feitosa de Oliveira
- TCE-RN: Anne Emília Costa Carvalho, Fladjane Raquel Soares de Souza, Giulliane Rangel da Silva Almeida Assis, Indira Celli Xavier da Silva Gomes
- TCE-AP: Alice Abnader, Marylin Santos
- TCM-GO: Monara Machado Rezende e Silva
- TCE-ES: Mayte Cardoso Aguiar, Ricardo da Silva Pereira, Gustavo Franco Correa Hespanhol, Robson Cordeiro Queiroz e Jasiomar Oliveira de Souza
- TCE-SP: Roberta Azola Gardelli e Gabriel Marchi da Silva
- TCM-BA: Luiz Carlos da Costa Lino Leite, Eric Abreu de Almeida, Andressa Santos Seixas, Adriana de Araujo Carneiro, Victor Mesquita Santiago e Ivo Arouca Santos
- TCE-MT: Denisvaldo Mendes Ramos
- TCE-PA: Tiago Corrêa Carneiro, Rogério de Assis Teixeira, Sidney da Silva Sales
- TCM-RJ: Marcos Thadeu Alvarenga Leite
- TCE-CE: Gilberto Bruno Andrade de Oliveira, Paulo de Araújo Lima Júnior, Francisco Cristiano Maciel de Goes
- TCDF: Victor Lopes Dos Santos
- TCE-PI: Iracema Soares Mineiro
- TCE-RO: Raimundo Paulo Dias Barros Vieira

### Objetivo da Ação

Compartilhar metodologia para planejar e executar auditorias no processo de contratualização de serviços hospitalares no SUS, visando à melhoria dos resultados assistenciais, da experiência do usuário e à otimização dos recursos públicos.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Público-Alvo: Auditores, controladores, gestores de saúde pública, técnicos de controle externo e demais profissionais envolvidos na gestão e fiscalização de serviços hospitalares no SUS.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

Capacitação dos participantes para planejar e executar auditorias no processo de contratualização de serviços hospitalares no SUS, visando à melhoria dos resultados assistenciais, da experiência do usuário e à otimização dos recursos públicos.

**Carga horária:** 12h30 minutos

**Data:** 2 a 6 de junho de 2025.

O curso tomou como base o “Referencial de auditoria em contratualização de hospitais no SUS”, desenvolvido em outra ação na Rede Integrar: <https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/consulta-publica-referencial-de-auditoria-em-contratualizacao-de-hospitais-no-sus-1>

O curso contou com mais de 300 participantes, incluindo, além dos Tribunais de Contas que aderiram na Rede Integrar, órgãos de controle interno e gestores de hospitais.

### Programação:

MÓDULO 1 – Protocolo geral de auditoria no setor público

MÓDULO 2 – Fundamentos da Contratualização Hospitalar no SUS

MÓDULO 3 – Planejamento da Contratualização e Organização da Oferta

MÓDULO 4 – Execução do Instrumento de Contratualização e Regulação

MÓDULO 5 – Monitoramento e Avaliação de requisitos contratuais para entrega de Resultados

As aulas do curso estão disponíveis em: [https://eficiencianasaude.org/biblioteca-digital/?post\\_tag=contratualizacao](https://eficiencianasaude.org/biblioteca-digital/?post_tag=contratualizacao)

O curso também está disponível em PPT, caso alguma equipe queira reproduzi-lo. [curso\\_referencial\\_contratualizacao.pptx](#)

## Resultados Alcançados

A ação reuniu mais de 300 profissionais.

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/capitacao-em-auditoria-hospitalar-fortalece-gestao-e-eficiencia-no-sus>

*“Capacitação em auditoria hospitalar fortalece gestão e eficiência no SUS  
Curso on-line promovido pelo TCU reuniu mais de 300 profissionais para aperfeiçoar práticas  
de controle e contratualização na saúde pública*

## **Resumo**

*Curso on-line promovido pelo TCU reuniu mais de 300 profissionais para aperfeiçoar práticas de controle e contratualização na saúde pública*

*O Tribunal de Contas da União promoveu, entre os dias 2 e 6 de junho, o curso “Referencial de Auditoria em Contratualização de Hospitais no SUS”. A capacitação, realizada na modalidade on-line e simultânea, contou com a participação de mais de 300 profissionais de diversas regiões do Brasil.*

*Voltado a auditores, controladores, gestores públicos e profissionais da área da saúde, o curso teve o objetivo de capacitar os participantes para aplicar, de forma estruturada, o referencial técnico que foi desenvolvido no âmbito das ações da Rede Integrar para orientar auditorias no processo de contratualização hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS).*

*Ao longo de cinco encontros, foram abordados os temas:*

- *Protocolo geral de auditoria conforme as normas ISSAI 100 e NBASP;*
- *Fundamentos legais e operacionais da contratualização hospitalar;*
- *Planejamento e organização da oferta de serviços hospitalares;*
- *Execução contratual, regulação e repasses financeiros;*
- *Monitoramento e avaliação de requisitos contratuais, incluindo estrutura, processos, resultados e transparência.*

*A contratualização de hospitais constitui um dos instrumentos mais relevantes para a indução da qualidade assistencial e da eficiência na aplicação dos recursos públicos no SUS. A formação técnica dos agentes de controle e gestão é, portanto, fundamental para o aprimoramento das práticas públicas na saúde. O curso também faz parte das ações do projeto “Eficiência na Saúde”, que, desde 2019, tem mobilizado esforços para fortalecer o controle orientado para resultados e contribuir para a entrega de valor à população usuária do SUS.”*

A atividade educacional faz parte da estratégia para apresentação do “Referencial de auditoria em contratualização de hospitais no SUS” e convidar parceiros para realização de auditorias coordenadas, que ocorre na ação 38 da rede integrar (vide relatório anual 2025 dessa ação).

Atualmente já estão comprometidos com a realização das auditorias em contratualização de hospitais

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

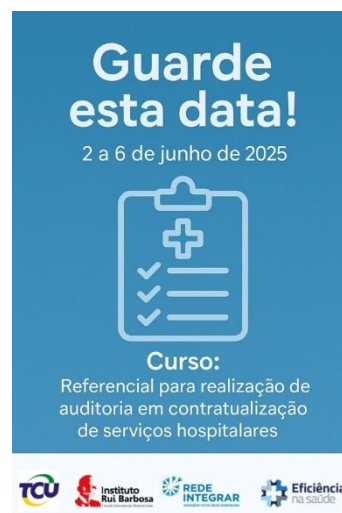
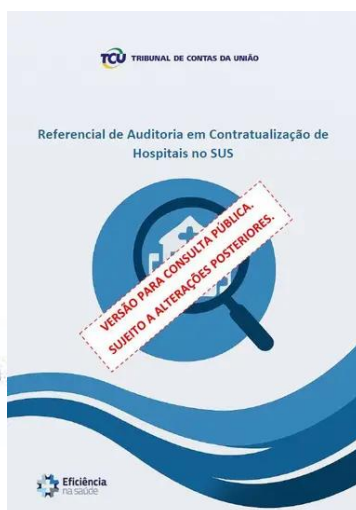
no SUS: **10 Tribunais de Contas, 18 equipes do Denasus e 20 órgãos** de controle interno, incluindo controladorias gerais e componentes estaduais e municipais do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA).

## Parcerias e Apoios

Contribuíram para a elaboração do Referencial de auditoria em contratualização de hospitais no SUS, que foi a base para a realização da capacitação: os Tribunais de Contas dos Estados de Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Tribunal de Contas do Município de São Paulo e o Denasus.



Curso - Referencial de Auditoria em Contratualização de Hospitais no SUS



# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 38 - SEGUNDO CICLO DO PROJETO EFICIÊNCIA NA SAÚDE - AUDITORIA COORDENADA SOBRE CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES

**Área Temática:** Saúde

**Forma de Cooperação:** Fiscalização

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas da União

**Coordenador(a) da Ação:** Antônio França da Costa

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes

TCE-RN	Indira Celli Xavier da Silva Gomes	TCE-RS	Renata Cardoso
	Giulliane Rangel da Silva Almeida Assi		Sabrina Chies
	Fladjane Raquel Soares de Souza		Gilberto Bruno Andrade de Oliveira
TCU	Antonio França da Costa	TCE-CE	Paulo de Araújo Lima Júnior
	Martin Mastelaro Pompeu de Barros		Francisco Cristiano Maciel de Goes
	Alexandre Giroux Cavalcanti		Tiago Corrêa Carneiro
TCE-AP	Alice Abnader Machado Lucas	TCE-PA	Rogério de Assis Teixeira
	Victor Andrade Leite		Sidney da Silva Sales
	Marylin Silva dos Santos		Luiz Carlos da Costa Lino Leite
TCE-PI	Felipe Pandolfi Vieira	TCM-BA	Daniel de Jesus Silva
	William Hugo Bastos Moura		Eric Abreu de Almeida
	Iracema Soares Mineiro		Andressa Santos Seixas
TCE-MS	Haroldo Oliveira de Souza		Adriana de Araujo Carneiro
TCE-ES	Mayte Cardoso Aguiar		Victor Mesquita Santiago
	Gustavo Franco Correa Hespanhol		Ivo Arouca Santos
	Robson Cordeiro Queiroz		
TCE-SP	Roberta Azola Gardelli		
	Gabriel Marchi da Silva		
	Bruno Oliveira Netto		
	Rafael Lima de Moura		

Além das equipes dos Tribunais de Contas, a iniciativa conta com **18 equipes do Denasus e 20 equipes** entre auditorias internas, controladorias gerais e componentes estaduais e municipais do SNA-SUS.

### Objetivo da Ação

Avaliar os mecanismos de contratualização de serviços hospitalares, para garantir aderência às normas, aumento na segurança do paciente, no volume de pacientes atendidos, em melhores desfechos clínicos e em uma experiência aprimorada para o paciente e sua família, com um custo

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

adequado para o contribuinte.

O que se procura com essas primeiras auditorias é inaugurar uma linha nacional de atuação para aprimoramento dos diversos instrumentos que formalizam a relação entre o gestor de saúde e o hospital.

Espera-se que tenhamos ciclos anuais de auditorias nessa temática.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

1. Realização de auditoria-piloto pela equipe do TCU em contratualização de serviços hospitalares (relatório finalizado e enviado para apreciação. Processo 019.807/2024-4)
2. Lançamento da versão para consulta pública do Referencial para auditoria em contratualização de hospitais no SUS: <https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/consulta-publica-referencial-de-auditoria-em-contratualizacao-de-hospitais-no-sus-1>
3. Realização do curso de alinhamento (ocorreu na ação 37)
4. Recrutamento de equipes do Denasus (18 equipes) e auditorias internas (20 equipes)
5. Construção de um passo a passo em WEB, com templates e exemplos, para orientação das equipes: <https://sites.google.com/view/onde-estou-na-auditoria/in%C3%ADcio>
6. Reuniões de alinhamento

## Próximos passos para 2026:

7. Conclusão do desenvolvimento do sistema de coleta de achado, que possibilitará a consolidação das auditorias e a geração automática de painéis de achados (situações encontradas, causas, efeitos, impactos etc.).
8. Realização das auditorias pelas equipes – até setembro/2026
9. Consolidação dos trabalhos – até outubro/2026
10. Realização do Seminário sobre Contratualização de Hospital no SUS – até novembro/2026

## Resultados Alcançados

Os trabalhos estão programados para serem concluídos em 2026, mas já podemos destacar os seguintes produtos:

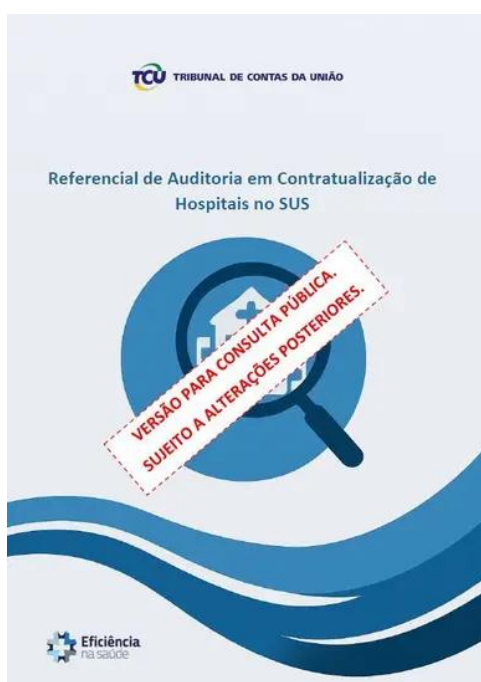
- Relatório de Auditoria TCU (relatório finalizado e enviado para apreciação. Processo 019.807/2024-4)
- Passo a passo em WEB, com templates e exemplos, para orientação das equipes: <https://sites.google.com/view/onde-estou-na-auditoria/in%C3%ADcio>

## Parcerias e Apoios

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Contribuíram para a elaboração do Referencial de auditoria em contratualização de hospitais no SUS, que foi a base para a realização da capacitação: os Tribunais de Contas dos Estados de Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Tribunal de Contas do Município de São Paulo e o Denasus.

Além das equipes dos Tribunais de Contas que aderiram a esta ação, o projeto de auditorias em contratualização de hospitais no SUS ainda conta com a parceria do Denasus e mais 20 órgãos, entre auditorias internas, controladorias gerais e componentes estaduais e municipais do SNA-SUS.



## AÇÃO 39 - PROJETO EFICIÊNCIA NA SAÚDE - AUDITORIA-PILOTO SOBRE AS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE NO ESTADO DO RJ

### Ação Postergada

## AÇÃO 40 - PROJETO EFICIÊNCIA NA SAÚDE - CURSO INTRODUTÓRIO SOBRE VALUE-BASED HEALTH CARE (ATENÇÃO À SAÚDE BASEADA EM VALOR)

**Área Temática:** Saúde

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas da União

**Coordenador(a) da Ação:** Dagomar Henriques Lima

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

Participante	Organização	Participante	Organização
Alexandre Giroux Cavalcanti	TCU	Glauce Tadaiesky Marques	TCU
Alexia Grassuri Barreto de Oliveira Demori	TCE-GO	Harrison Floriano do Nascimento	Ministério da Saúde
Ana Luisa de Gusmão Furtado	TCE-PE	Isana Oliveira da Silva	TCE-RS
Andressa Messias da Silva	TCDF	Josyane da Rocha Ferreira	TCE-RJ
Anne Emilia Costa Carvalho	TCE-RN	Luciana Toledo Lopes	CONASS
Antônio França da Costa	TCU	Luciana Vieira Tavernard de Oliveira	CONASS
Bruna Mara Couto	TCU	Madaí Souza de Carvalho	TCU
Bruno Lima Caldeira de Andrada	TCU	Marcela Alvarenga de Moraes	CONASEMS
Cristiane Borges Alves da Silva	Ministério da Saúde	Marcos Thadeu Alvarenga Leite	TCMRio
Cristiane Maria Costa Pereira Coutinho	TCU	Marília Galvão Piola de Souza	TCU
Dagomar Henriques Lima	TCU	Odelicia Silva Silveira	Ministério da Saúde
Daniel Gontijo Motta	CGU	Raiane Rocha Fialho	TCDF
Debora Melquiades de Castro	TCE-RJ	Samir Freitas Maia Porto	TCU
Diana Monroe	TCE-SP	Simone Servato Ferreira	TCU
Diego Freire de Andrade	TCU	Tereza Cristina Lins Amaral	CONASS
Edgard Dias Magalhaes	Ministério da Saúde	Vanessa Neumann Sulzbach	TCE-RS
Eduardo Hauschild	CGU	Vinícius Augusto Guimarães	TCU
Felipe Ferre	CONASS	Vinícius Martins Trugilho Dos Santos	TCU
Fernanda Salvador de Melo	TCE-RJ		

### Objetivo da Ação

Promover um alinhamento conceitual entre os participantes, para que possam aplicar os conhecimentos adquiridos ações de controle, visando a aprimorar a análise e o acompanhamento das políticas públicas de saúde, identificar oportunidades de melhorar a alocação de recursos e a avaliação

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

dos resultados.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

1. Curso de Imersão em Value-Based Care (VBHC), com 44 horas/aula – (31/3 a 26/5/2025). O curso abrangeu os seguintes temas: Sessão 1 - Alinhando os conceitos fundamentais de Valor em Saúde. Sessão 2 - Modelos de cuidado de alto valor. Sessão 3 – Dashboard de valor - Dimensão 1: Desfechos e Experiência no cuidado. Dimensões 2 e 3: Custos, Drivers de Custo & Processo. Sessão 4 - Modelos de pagamento baseados em valor – Conceitos gerais e Pagamento por Bundles. Sessão 5 - Modelos de pagamento baseados em valor – Pagamentos globais (Capitation e Orçamento global). Aquisição de serviços de saúde baseada em valor (Value-Based Procurement – VBP). Sessão 6 – O olhar de Valor em Saúde sobre a variação e o desperdício na saúde: Conceitos gerais & Atlas do Desperdício: Explorando os conceitos frente ao Data Analytics da organização. Sessão 7 – Valor em saúde na atenção primária - condições crônicas. Sessão 8 - Valor em saúde no contexto hospitalar - condições agudas.
2. Eventos de sensibilização on-line sobre Atenção à saúde baseada em valor (24/2 e 11/8/2025)

## Resultados Alcançados

Trinta e nove pessoas capacitadas em conceitos de atenção à saúde baseada em valor.

## Parcerias e Apoios

Participaram a AudSaúde, a Secretaria de Comunicação Social do TCU, o Instituto Serzedello Correa, Mak Valor Educação e Consultoria LTDA, Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde.

**TCU** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO **ISC** Instituto Serzedello Corrêa

### CUIDADO DE SAÚDE BASEADO EM VALOR E A SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS UNIVERSAIS DE SAÚDE

**Palestrante: Sir John Armstrong Muir Gray**  
Renomado médico britânico com uma carreira distinta na saúde pública, triagem e gestão de informações em saúde. Ele foi Chief Knowledge Officer da EXI e Chief Wellbeing Officer da Learning with Experts, além de ter ocupado cargos importantes no NHS e na Anglia e Oxford Regional Health Authority. Sir Muir Gray foi pioneiro em programas de triagem de câncer de mama e cervical no Reino Unido e fundou a Biblioteca Nacional da Saúde. Foi condecorado em 2005 por suas contribuições à saúde pública. Em 2006, criou a estrutura de valor do NHS e fundou a Better Value Healthcare e o Oxford Centre for Triple Value Healthcare. Ele também co-criou a estrutura IDEAL para inovação cirúrgica.

**Moderadora: Dra. Marcia Makdisse, MD, MSc, PhD, MBA**  
Educadora, Mentora, Consultora e Pesquisadora em VBHC. Sócia-fundadora da Mak Valor Mentoring e da Academia VBHC Brasil. Médica com Mestrado e Doutorado em Cardiologia, Unifesp, Brasil. Mestrado em Health Care Transformation, Value Institute for Health and Care, University of Texas at Austin, USA. MBA em Gestão da Saúde, Insper-SP, Brasil. Entusiasta para o Brasil e Professora das Certificações Yellow, Green e Black Belt em VBHC do VBHC Center Europe, Holanda. Pesquisa Científica, Oxford Value and Stewardship Programme, Reino Unido. Membro da Wensberg International Collaborative, Dartmouth, USA Co-Editora e Co-Autora do Atlas de Variação em Saúde do Brasil. Ex-Presidente, Iniciativa de VBHC, American College of Cardiology, USA.

Data: 24/02/2025  
Horário: das 14h30 às 17h00  
Local: ambiente virtual - Youtube

Inscrições pelo QR Code:

**TCU** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO **ISC** Instituto Serzedello Corrêa

## Financiamento dos Serviços de Atenção Especializada no SUS

Palestrante: Prof<sup>o</sup> Nilton Pereira Junior Moderadora: Dr<sup>a</sup> Marcia Makdisse

Dia: 11 de agosto de 2025 • Horário: das 14h30 às 17h00

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 41 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA COORDENADA NO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES

**Área Temática:** Saúde

**Forma de Cooperação:** Auditoria Coordenada

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas da União

**Coordenador(a) da Ação:** Dagomar Henriques Lima

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

TC	Nome	TC	Nome
TCDF	Erick Gob de Sousa	TCE-SE	Fernando Monteiro Marcelino
TCDF	Adriana Magalhaes Ribeiro Salles	TCE-SE	Cledina Gois Teixeira
TCDF	Carlos Henrique Jardim Figueredo	TCE-SE	Aline dos Santos Lima
TCE-AC	Arão de Andrade Cavalcante	TCE-SE	Vanessa Reis Seixas Resende
TCE-AC	Suely Cavalcante Lameira Lopes	TCE-SE	Marcos Sousa Ferreira
TCE-AC	Livia Santiago de Melo Arruda	TCE-SP	Abilio Licinio dos Santos Silva
TCE-ES	Mayte Cardoso Aguiar	TCE-SP	André Bortolo da Cruz
TCE-ES	Lucas Matias Caetano	TCE-SP	Guilherme de Almeida Vergani
TCE-ES	Jasiomar Oliveira	TCE-SP	Leonardo de Souza Teixeira
TCE-GO	Alexandra Rocha de Queiros	TCE-SP	Juliana Vicente Armelin
TCE-GO	Aline Jaime Carneiro	TCE-SP	Murilo José Penteado Roberto
TCE-GO	Raphael Marcos de Lima Bedran	TCE-SP	Paulo Robert Viscovini
TCE-GO	Flávia Cristina Santos de Melo	TCM-BA	Luiz Carlos da Costa Lino Leite
TCE-GO	Valdeci José Caetano	TCM-BA	Ivo Arouca Santos
TCE-GO	Igor Malick	TCM-GO	Rubens Custódio Pereira Neto
TCE-MT	Denivaldo Mendes Ramos	TCM-GO	Éricka da Silva Cândido
TCE-MT	Rosiane Gomes Soto	TCM-GO	Matheus Frota França
TCE-PE	Adriana Maria Gomes Nascimento Leite	TCM-GO	Walquiria Rodrigues de Oliveira Castro
TCE-PE	João Rildo De Araújo E Silva Filho	TCM-GO	Carolina Moura Domingos
TCE-PE	Rodrigo de Muta Pinto	TCM-GO	Andreia Ribeiro da Silva Protasio
TCE-PE	Eliana Maria de Paula	TCM-PA	ELISA RESQUE
TCE-PE	David Viana de Oliveira	TCM-PA	Marcia De Oliveira Barleta
TCE-PE	Mateus Mota Gentilini	TCM-PA	Silvia Miralha De Araujo Ribeiro
TCE-PE	Jilca Maria Cardoso dos Santos	TCM-PA	JANINA MAINARDI NUNES
TCE-PE	Mariana Dantas Cassimiro da Silva	TCM-PA	Fábio Augusto Nazaré Rodrigues
TCE-PE	Eleonora de Freitas Baracho	TCM-PA	Jessica Correa Rodrigues Gonçalves
TCE-PI	Geysa Elane Rodrigues de Carvalho Sá	TCM-PA	Ronaldo Moraes
TCE-PI	Antônio Fábio da Silva Oliveira	TCMRio	Felipe Queiroz Silva
TCE-PI	Felipe Pandolfi Vieira	TCMRio	Carla de Sá Resende

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

TCE-PR	Agnaldo Gomes dos Santos	TCMRio	Marcos Thadeu Alvarenga Leite
TCE-PR	José Mário Nowak	TCMRio	Carlos Alberto Mello Junior
TCE-PR	Edelvan Ricardo Buchta	TCMRio	Paulo Fernando Mendes dos Santos Gonçalves
TCE-PR	Edson Delavia de Araújo	TCM-SP	Rafael Valverde Arantes
TCE-PR	José Cláudio Gomes Bastos	TCM-SP	Ana Mariko Hara
TCE-RJ	Andrea Maria Lucas Ferreira	TCM-SP	Bruno Wallace Soares da Silva
TCE-RJ	Débora Melquiades de Castro	TCU	Alexandre Giroux Cavalcanti
TCE-RJ	Josyanne da Rocha Ferreira	TCU	Dagomar Henriques Lima
TCE-RJ	Viviane Marinho Alvarenga	TCU	Marília Galvão Piola de Souza
TCE-RO	Breno Rothman Fernandes	TCU	Flávia Madeira Monteiro de Castro Menezes
TCE-RO	Francisco Vagner de Lima Honorato	TCE-SC	Marcos Vinícius de Carvalho
TCE-RO	Jane Rosiclei Pinheiro	TCE-SC	Michelle Fernanda De Conto El Achkar
TCE-RO	Christopher Dyann Correa Ferreira	TCE-SC	Rosemari Machado
TCE-RO	Raimundo Paulo Dias Barros Vieira	TCE-SC	Cleiton Wessler
TCE-RO	Robnei Roni Stefanec	TCE-SC	Ricardo Cardoso da Silva
TCE-RO	Carla Caroline Pires Chagas	TCE-RR	Antonio de Oliveira Marques
TCE-RR	Valdélia Vieira dos Santos Lena	TCE-RR	Maria do Perpetuo Socorro Moura Pinho
TCE-RS	Vanessa Neumann Sulzbach	TCE-RR	Thome Bayma Oestreicher
TCE-RS	Renato Pedroso Lauris		
TCE-RS	Isana Oliveira da Silva		
TCE-RS	Lucas dos Santos Giacomel		
TCE-RS	Sabrina Machado Chies		
TCE-RS	Brunno Henrique Sibin		

## Objetivo da Ação

Divulgar resultados da auditoria coordenada que teve por objetivo avaliar, no Programa Nacional de Imunizações (PNI), a adesão dos estados e municípios aos sistemas de informações relacionados ao referido programa, os controles de estoques e de perdas de vacinas, bem como monitorar as deliberações do Acórdão nº 2.622/2022 – TCU – Plenário.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

1. Relatórios de auditoria autônomos dos Tribunais participantes com os resultados dos exames realizados em sua região - Os relatórios estão sendo publicados na página da auditoria no Portal do TCU à medida que são encaminhados pelos Tribunais de Contas participantes: <https://portal.tcu.gov.br/saude-e-bem-estar/auditoria-coordenada-no-programa-nacional-de-imunizacoes-pni>

2. Relatório do TCU, com os resultados dos exames realizados no Ministério da Saúde, do monitoramento das deliberações do Acórdão originário e com consolidação dos achados dos Tribunais

participantes em nível estadual - O relatório do TCU foi apreciado pelo Acórdão 622/2025 - Plenário, de 26/3/2025 (Relator Ministro Bruno Dantas) e está publicado em <https://portal.tcu.gov.br/saude-e-bem-estar/auditoria-coordenada-no-programa-nacional-de-imunizacoes-pni#deliberacoes>.

3. Sumário executivo com a consolidação dos achados da auditoria coordenada, abrangendo os níveis nacional, estadual e municipal - O Sumário Executivo foi lançado em webinar em 29/4/2025 e está publicado em: [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portal.tcu.gov.br/uploads/Sumario\\_Executivo\\_o\\_Auditoria\\_Coordenada\\_no\\_PNI\\_compressed\\_1\\_dfcf709eda.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portal.tcu.gov.br/uploads/Sumario_Executivo_o_Auditoria_Coordenada_no_PNI_compressed_1_dfcf709eda.pdf).

## Resultados Alcançados

As recomendações do TCU em decorrência da auditoria visam à redução de perdas e de episódios de desabastecimento de vacinas, com efeitos positivos sobre a recuperação da cobertura vacinal pela população. Estima-se que a melhoria de apenas 10% na eficiência da gestão de perdas por vencimento de validade pode representar economia anual de mais de R\$ 40 milhões para o programa.

Apesar das limitações dos dados disponíveis, foi possível estimar que as perdas de doses de vacinas do CNV para crianças até dois anos de idade, por vencimento do prazo de validade, em 2023, foram de, pelo menos, 30 milhões de doses, equivalentes a mais de R\$ 413 milhões, nos níveis federal, estadual e municipal. Esse montante corresponde a 14,1% do valor gasto em 2023 pelo MS para a aquisição de vacinas.

Ficou comprovada a indisponibilidade das vacinas varicela, tetraviral, meningocócica C e DTP para a população, entre maio e julho de 2024, em percentual de salas de vacinação inspecionadas, que variava de 11,6% a 60%, de acordo com a vacina. Tal situação, aliada a casos de restrição ou indisponibilidade de estoque e atendimento parcial da demanda dos estados, relatados em boletins de distribuição de vacinas de MS, entre julho de 2022 e maio de 2024, podem afetar negativamente a CV no Brasil. As causas principais de desabastecimento são problemas nos processos de aquisição pelo MS, enquanto parte das perdas por vencimento estão relacionadas ao recebimento de vacinas com prazos de validade próximos à expiração.

Entre os problemas identificados em equipamentos e nos processos de monitoramento de temperatura de armazenamento de vacinas na rede de frio destacaram-se a necessidade de substituição de geladeiras domésticas por câmaras frias em mais de 30% dos estabelecimentos visitados e a garantia de serviço de manutenção preventiva dos equipamentos, ausente em cerca de 65% dos estabelecimentos municipais visitados. Esses problemas aumentam o risco de o produto ser armazenado ou transportado em condições de temperatura diferentes das recomendadas, consequentemente, de a qualidade e a eficácia serem reduzidas e de haver a perda de doses.

Constatou-se que apenas 37,1% das salas de vacinação usavam o Sistema de Informações do Programa

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

Nacional de Imunizações (SIPNI) para realização do controle de movimentação de estoques de vacinas, enquanto 17,9% delas usavam o Sistema de Insumos Estratégicos em Saúde (SIES). Os dois sistemas são disponibilizados pelo MS, mas o SIES é o mais apropriado para a realização da gestão de estoques. Nas centrais municipais de armazenamento, o uso do SIES alcança 76,1%. Parte das salas insere dados de movimentação em sistemas próprios, mas, como não há arranjos disponíveis para transferência desses dados aos sistemas do MS, eles permanecem desconhecidos pela direção do PNI. Por sua vez, existe alto nível de inconsistências e lacunas de preenchimento de dados de movimentação de vacinas no SIES e no SIPNI, o que torna ineficiente a gestão de perdas e de estoques.

## Parcerias e Apoios

Especificamente para a ação de divulgação participaram a AudSaúde, a Secretaria de Comunicação Social do TCU, o Instituto Serzedello Correa, o Instituto Rui Barbosa, o Departamento de Imunização e Doenças Imunopreveníveis do Ministério da Saúde, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 42 - AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE OS MECANISMOS DE CONTROLE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL NO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

**Área Temática:** Segurança Pública

**Forma de Cooperação:** Fiscalização conjunta

**TC responsável pela coordenação:** Tribunal de Contas da União

**Coordenador(a) da Ação:** Fellipe Calvet Silva

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

	Órgão / entidade	Servidores inicialmente indicados	Cargo/Função
1	Tribunal de Contas do Estado do Ceará	Leonardo Carvalho de Vasconcelos	Analista de Controle Externo
		Ricardo Pessoa de Carvalho	Analista de Controle Externo
2	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Bruno Mota Torres	Auditor de Controle Externo
		José Divino Lopes Franco	Técnico de Controle Externo
3	Tribunal de Contas do Estado do Paraná	Everton Paulo Folletto	Auditor de Controle Externo
		Márcio José Assumpção	Auditor de Controle Externo
4	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	Henrique Friedrich Boiko	Auditor de Controle Externo
		Cristiano Levi Arnold	Auditor de Controle Externo
5	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	Almir Figueiredo Andrade Filho	Auditor de Controle Externo
		Leonardo Pazolini Rodrigues	Auditor de Controle Externo
6	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte	Aleson Amaral de Araújo Silva	Auditor de Controle Externo (Coordenador)
		Valber Dorneles dos Santos Campêlo	Auditor de Controle Externo
7	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba	George Lucas Lisboa da Silva	Auditor de Controle Externo
		Adriana Falcão do Rêgo	Auditor de Controle Externo
8	Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul	Itamar Kiyoshi da Silva Kubo	Auditor de Controle Externo
		Márcia Dolores de Oliveira Amorim	Técnica de Controle Externo
9	Tribunal de Contas do Estado da Bahia	Bruno Miranda Novaes Barbosa	Auditor de Controle Externo
10	Tribunal de Contas do Estado do Amapá	Addison Correa de Jesus	Auditor de Controle Externo
		Marylin Silva dos Santos	Auditora de Controle Externo
11	Tribunal de Contas do Distrito Federal	Jefferson Marcelo Canteiro	Auditor de Controle Externo
		Carlos Alexandre Alves da Cunha	Auditor de Controle Externo
12	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Carla Caroline Pires Chagas	Auditora de Controle Externo (Coordenadora)
		Breno Rothman Fernandes	Auditor de Controle Externo

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Objetivo da Ação

A auditoria tem como objetivo avaliar a eficiência, a efetividade e a governança dos processos de recepção, tratamento, integração e compartilhamento de dados no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), com a finalidade de identificar possíveis fragilidades e propor melhorias que assegurem a confiabilidade, a tempestividade e a utilidade das informações para o planejamento, a execução e a avaliação das políticas de Segurança Pública.

## Atividades e Produtos Desenvolvidos

	<b>Atividade</b>	<b>Data de realização</b>	<b>Situação</b>
1	1ª Reunião da Ação 42 da Rede Integrar – Alinhamentos iniciais sobre o trabalho, sua condução e prazos – via Teams	11/6	Concluída
2	Capacitação prévia no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília, para que os membros dos TCEs e TCDF participantes que aderiram à ação conhecessem um pouco melhor as diversas soluções e plataformas que compõem o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP).  Discussão prévia e encaminhamento dos riscos mapeados em relação ao Sistema objeto da fiscalização, bem como acerca dos riscos específicos a serem apurados pelos Tribunais de Contas.	25, 26 e 27/6	Concluída
3	2ª Reunião da Ação 42 da Rede Integrar – escuta e discussão sobre sugestões relativas ao seguimento do trabalho, bem como reflexões relativas aos riscos preliminares mapeados, escuta de expectativas dos TCEs e TCDF, e delineamento dos próximos passos – via Teams	20/8	Concluída
4	Painel de Referência, para validação da Matriz de Planejamento da Auditoria do TCU	29/8	Concluída
5	3ª Reunião da Ação 42 da Rede Integrar – escuta e discussão sobre sugestões relativas à Matriz dos TCEs e TCDF, escuta das expectativas dos TCEs e TCDF, sobre próximos passos – via Teams	17/9	Concluída
6	4ª Reunião da Ação 42 da Rede Integrar – Escuta e discussão sobre sugestões relativas à Matriz dos	10/10	Concluída

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

	TCEs e TCDF, e procedimentos, Escuta das expectativas TCEs e TCDF, sobre próximos passos, Alinhamento Painel de Referência - Achados e Propostas de Encaminhamento - via Teams		
7	5ª Reunião da Ação 42 da Rede Integrar - Discutir o andamento da Ação, visando alinhar as próximas etapas, identificar eventuais desafios e definir responsabilidades para o progresso da iniciativa.	31/10	Concluída
8	Envio Resumo Achados e Propostas de Encaminhamento Preliminares, por todos os Tribunais, para consolidação prévia ao Painel de Referência final	7/11	Em andamento
9	Painel de Referência para validação dos Achados e Propostas de Encaminhamento Preliminares	13 e 14/11	Em andamento
10	Envio da consolidação aos Tribunais de Contas, do resultado do Painel de Referência, para subsídio aos Relatórios individuais de cada Tribunal.	21/11	Em andamento

## Resultados Alcançados

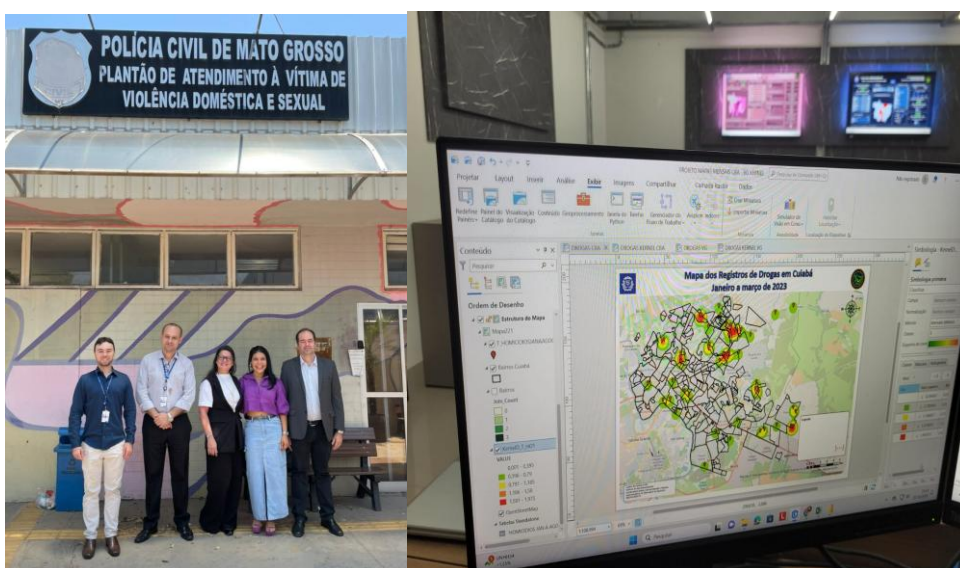
- Treinamento prévio ministrado pela Unidade Jurisdicionada ao TCU responsável pelo sistema objeto da auditoria, realizado junto aos Tribunais de Contas.
- Discussão prévia e encaminhamento dos riscos mapeados em relação ao sistema objeto da fiscalização, bem como acerca dos riscos específicos a serem apurados pelos Tribunais de Contas.
- Matriz de planejamento (sugestiva) concluída e encaminhada aos Tribunais de Contas, para subsídio a seus trabalhos.
- Compartilhamento de metodologias, técnicas, papéis de trabalho, códigos de programação para extração de dados e prompts de inteligência artificial, que favoreceram a reflexão sobre os riscos a priorizar e tratar, bem como a construção dos procedimentos a serem realizados pelos Tribunais de Contas.

## Parcerias e Apoios

1. Polícia Federal;
2. Polícia Rodoviária Federal;
3. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJSP);
4. Conselho Gestor do Sinesp;
5. Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica;
6. Instituto Igarapé;
7. Pesquisadores da Academia, em relação ao tema objeto da fiscalização;

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

8. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro;
9. Serviço Federal de Processamento de Dados;
10. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
11. Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;
12. Centro Integrado de Estatística, da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas;
13. Secretarias de Segurança Pública e Polícias Cíveis do Ceará, Mato Grosso e Bahia;
14. 11(onze) Tribunais de Contas Estaduais e o Tribunal de Contas do Distrito Federal.



# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## AÇÃO 43 - AUDITORIAS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICA EXPERIÊNCIAS DO PROTEGE-TI

**Área Temática:** Tecnologia da informação

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Carlos Renato Araujo Braga

### Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:

TC-DF	Cleyton Wanderley Batista	TCE-RN	Alexandre Luiz Galvão Damasceno
TC-DF	Felipe da Costa Malaquias	TCE-RO	Demétrius Chaves Levino de Oliveira
TCE-AM	Marcelo Monteiro Custódio	TCE-RO	Dyego Machado
TCE-AM	Stanley Scherrer de Castro Leite	TCE-RS	Frederico Henrique Goldschmidt Neto
TCE-CE	Erika Cavalcante Campos	TCE-SP	Fábio Correa Xavier
TCE-CE	Reuben Bezerra Barbosa	TCE-SP	Victor Je Yong Lee
TCE-GO	Pedro César da S Álvares	TCM-GO	Aislan Santos Manzi
TCE-GO	Vitor Gobato	TCM-GO	Antônio de Carvalho Torres
TCE-PB	George Lucas Lisboa da Silva	TCM-GO	Henrique Alberto Morato
TCE-PE	Adriano Lorena Inácio de Oliveira	TCM-GO	Marcelo de Oliveira
TCE-PE	Gabriel da Luz Fraga Barbosa Gonçalves de Azevedo	TCM-GO	Paulo Henrique Carneiro Alves
TCE-PE	Halmos Fernando do Nascimento	TCM-GO	Rodrigo Ribeiro Rezende
TCE-PI	Zilma Felix Gomes Araújo	TCM-GO	Wenderson Guimarães da Silva
TCE-RJ	Alberto de Fontes Tavares Neto	TCM-SP	Helio Ricardo Guimarães Murci de Azevedo
TCE-RJ	Augusto Cesar Benvenuto de Almeida	TCM-SP	Luis Guilherme Ribeiro do Valle Damiani
TCE-RJ	Joao Paulo de Freitas Ramires		

### Objetivo da Ação

Disseminar para os Tribunais de Contas o modelo PROTEGE-TI e as abordagens de auditoria em Segurança da Informação e Cibernética do TCU

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

- 7 Workshops virtuais apresentados pelos auditores do TCU/AudTI/Dasi
- 1º Fórum Nacional dos Auditores De Tecnologia da Informação dos Tribunais de Contas do Brasil (1º Fonatic), evento presencial realizado nos dias 18 e 19/11/2025 na sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, com a participação de auditores das ações 43 e 46 do Integrar.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

## Resultados Alcançados

O principal resultado foi a inauguração de um fórum de discussão para auditores de TI dos TCs. Há perspectiva de o fórum transformar-se em permanente, uma vez que integrantes de dois TCs já sondaram suas chefias sobre receber a edição de 2026, com sinalização positiva.

*Não houve mensuração de indicadores.*

O evento presencial realizado em 2025 gerou como impacto um senso de urgência nos auditores participantes da criação de unidades especializadas em seus Tribunais, ou o fortalecimento das existentes, ante a extrema carência de recursos humanos na maioria das unidades existentes (algumas com um único auditor de TI, ou com servidores da área de TI compondo provisoriamente algumas equipes (fonte: relatos informais dos participantes)

## Parcerias e Apoios

*- Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ambos na organização do 1ºFonatic*



## AÇÃO 44 - PLANO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO EM IA GENERATIVA APLICADO AO CONTROLE EXTERNO

**Área Temática:** Tecnologia da Informação

**Forma de Cooperação:** Capacitação

**TC responsável pela coordenação:** TCE-RR

**Coordenador(a) da Ação:** Bruno César Barreto de Figueirêdo

### **Tribunais de Contas que participaram da ação:**

TCDF; TCE-AC; TCE-AL; TCE-AP; TCE-BA; TCE-CE; TCE-ES; TCE-MG; TCE-MS; TCE-MT; TCE-PA; TCE-PB; TCE-PE; TCE-PR; TCE-RJ; TCE-RN; TCE-RO; TCE-RR; TCE-RS; TCE-SC; TCE-SE; TCE-SP; TCE-TO; TCM-BA; TCM-GO; TCM-PA; TCM-Rio

### **Objetivo da Ação**

Capacitar os servidores dos Tribunais de Contas em todo o Brasil, fornecendo o conhecimento e as habilidades necessárias para implementar e utilizar ferramentas de IA Generativa nas atividades de auditoria, análise de dados, produção de relatórios, e demais funções pertinentes ao Controle Externo. A capacitação busca assegurar que todos os profissionais do controle externo estejam preparados para enfrentar os desafios contemporâneos com maior eficiência e inovação, contribuindo para a modernização do sistema de controle e a melhoria da governança pública.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

A capacitação foi organizada em **dois encontros on-line**, com duração de 90 a 120 minutos cada, conforme o seguinte cronograma e conteúdo:

#### **Primeiro Encontro (15/07/2025):**

- Focado nos **fundamentos da IA Generativa** e suas aplicações no controle externo.
- Abordou **casos de uso em Tribunais de Contas** (auxílio em auditorias, resumo e análise de documentos).
- Ensinou **estratégias para a criação de prompts eficazes**.
- Incluiu **exercícios práticos** de construção de prompts e a **criação de GPTs personalizados**.

#### **Segundo Encontro (17/07/2025):**

- Promoveu o **aprofundamento no uso de IA Generativa** e a exploração de **funcionalidades avançadas**.
- Detalhou a **automação de processos** no Controle Externo (análise de jurisprudência, legislação e relatórios financeiros).

- Focou a IA como **auxiliar de redação** de documentos oficiais (ofícios, despachos, memorandos) e a **automação na análise de processos** (resumos e geração de partes de relatórios).
- Realizou **casos práticos, simulações** e discussões sobre desafios e oportunidades da IA no setor.

Os **pré-requisitos** para os participantes incluíam inscrição prévia nos aplicativos **Chat GPT, Gemini e Copilot**, além da recomendação do uso de um computador para melhor acompanhamento. A metodologia priorizou exposições teóricas e **treinamentos práticos** para promover interação e troca de conhecimento.

## Resultados Alcançados

A realização do Plano Nacional de Capacitação em IA Generativa foi marcada por uma **excelente aceitação e recepção** por parte dos servidores dos Tribunais de Contas (TCs).

A iniciativa demonstrou ser **extremamente oportuna**, pois foi diretamente ao encontro de uma **necessidade urgente e crescente de treinamento** por parte dos TCs em todo o país: a incorporação estratégica da Inteligência Artificial Generativa nas atividades de controle externo.

O sucesso da ação é corroborado pelo **elevado número de participantes**, com cerca de **140 servidores acompanhando os treinamentos online**.

Os principais aspectos observados foram:

- **Elevado Engajamento:** O formato dos encontros (teoria e prática intensiva, focada em *prompting* e casos de uso reais), garantindo um **alto nível de participação e interesse** dos servidores. A presença de atividades práticas, como a criação de GPTs personalizados, foi um ponto de grande motivação.
- **Reconhecimento da Relevância:** Houve um reconhecimento generalizado de que o conteúdo abordado (fundamentos, automação, auxílio à redação) é **crucial para modernizar** o Controle Externo e aumentar a eficiência das auditorias. O treinamento foi percebido como um divisor de águas na atualização profissional.
- **Confirmação da Demanda:** A iniciativa **validou a necessidade de capacitação especializada** em IA para o setor. Percebe-se que os TCs buscam ativamente ferramentas e metodologias que permitam lidar com o volume e a complexidade crescentes de dados e processos de forma mais inteligente e ágil.

Em suma, a capacitação não apenas forneceu o conhecimento técnico necessário, mas também confirmou o **compromisso dos Tribunais de Contas com a inovação** e a busca por excelência operacional, sendo muito bem-sucedida em atender a essa demanda crucial.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025



## AÇÃO 45 - PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROMPTS PARA USO EM IA GENERATIVA

**Área Temática:** Tecnologia da Informação

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCE-RR

**Coordenador(a) da Ação:** Bruno César Barreto de Figueirêdo

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

TCDF; TCE-AC; TCE-AP; TCE-CE; TCE-ES; TCE-GO; TCE-MG; TCE-MS; TCE-PA; TCE-PE; TCE-PR; TCE-RJ; TCE-RN; TCE-RO; TCE-RR; TCE-RS; TCE-SC; TCE-SE; TCE-SP; TCE-TO; TCM-BA; TCM-GO; TCM-PA; TCM-Rio; TCM-SP.

### **Objetivo da Ação**

Possibilitar aos servidores dos Tribunais de Contas em todo o Brasil a criação e utilização eficaz de prompts, otimizando o uso de ferramentas de IA Generativa nas atividades de controle externo. A implementação dos prompts visa a melhorar a qualidade dos outputs gerados por IA, para que os servidores possam extrair o máximo potencial dessas tecnologias e aprimorar a fiscalização, análise de dados, produção de relatórios e outras funções críticas do controle externo.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

A capacitação foi estruturada em **três encontros on-line**, com duração de 90 a 120 minutos cada, conforme detalhado abaixo:

#### **Primeiro Encontro (20/08/2025): Introdução e Estratégias de Prompts**

- Focou os **fundamentos da Engenharia de Prompts**.
- Detalhou **Seis Estratégias** essenciais para prompts eficientes, incluindo: escrever instruções claras, fornecer textos de referência, dividir tarefas complexas, dar tempo para o modelo "pensar", utilizar ferramentas externas e testar alterações sistematicamente.

#### **Segundo Encontro (21/08/2025): Experiências dos TCs e Plataforma Nacional**

- Apresentou a **Plataforma Colaborativa para o Repositório Nacional de Prompts**, demonstrando sua operacionalização para armazenagem e compartilhamento.
- Incluiu a **Apresentação da Experiência** e estudos de caso de implementação de IA Generativa nos Tribunais de Contas (TCERR, TCMBA e TCEPB).
- Ensinou a **Elaboração de GPTs Personalizados** para necessidades específicas do controle externo.

## Terceiro Encontro (22/08/2025): Oficina Prática – ‘Mão na Massa’

- Consistiu em uma **Oficina Prática** com foco no **Desenvolvimento e Aplicação de prompts personalizados**.
- Houve **Compartilhamento de Experiências** e a **Proposição Colaborativa de Novos Prompts** para solucionar demandas reais do controle externo.

A iniciativa também previu **Encontros Periódicos Pós-Treinamento** para dar continuidade às discussões sobre usos e avanços.

## Resultados Alcançados

O Plano Nacional de Implementação de Prompts para Uso em IA Generativa alcançou resultados notáveis, caracterizados por uma **extraordinária adesão** e um **impacto institucional significativo** no aprimoramento do Controle Externo.

### Resultados Alcançados

- **Alta Adesão e Engajamento:** A iniciativa registrou uma **alta adesão de servidores**, demonstrando o reconhecimento da importância da Engenharia de Prompts para o trabalho contemporâneo nos TCs. O interesse foi evidenciado pela participação ativa e pelo engajamento dos cursistas nas oficinas práticas.
- **Implementação e Divulgação do Repositório Nacional de Prompts:** Um dos resultados mais estratégicos foi o lançamento e a operacionalização da **Plataforma Colaborativa para Repositório Nacional de Prompts**, acessível em <https://cines.tcerr.tc.br/appiagen/>. Esta plataforma não apenas armazena prompts otimizados para o Controle Externo, mas também promove a **democratização e a difusão** do conhecimento em IA entre os TCs, servindo como um hub de soluções práticas e compartilhamento de experiências.
- **Aumento da Capacidade Técnica:** Os servidores capacitados desenvolveram a habilidade de aplicar as **seis estratégias de prompts eficientes** (instruções claras, textos de referência, divisão de tarefas, entre outras) e de **elaborar GPTs personalizados**, elevando a precisão e a utilidade dos modelos de IA em suas atividades diárias.

### Reconhecimento como Boa Prática

O sucesso e a relevância da iniciativa foram amplamente reconhecidos, sendo citados como **boa prática de gestão e inovação** em importantes fóruns e eventos do Controle Externo.

# RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES | 2025

A iniciativa foi destacada e apresentada em eventos de relevância nacional, incluindo:

- **CONACON (Congresso Nacional de Controle Externo).**
- Sessões de **Tardes de Conhecimento no TCM-SP.**
- **Seminários de Inovação no TCM-BA.**

Este reconhecimento por parte de outras instituições de controle atesta a eficácia do programa e a sua capacidade de responder à demanda de modernização tecnológica, consolidando a Engenharia de Prompts como uma competência fundamental para o futuro da fiscalização pública.



## AÇÃO 46 - BOAS PRÁTICAS NA FISCALIZAÇÃO EM OBJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**Área Temática:** Tecnologia da Informação

**Forma de Cooperação:** Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias

**TC responsável pela coordenação:** TCE-PR

**Coordenador(a) da Ação:** Marcelo Rasera

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

Os Tribunais que participaram das reuniões virtuais foram estes: TCDF; TCE-CE; TCE-PE; TCE-PR; TCE-RJ; TCE-RN; TCE-RS; TCE-SP; TCM-GO; TCE-ES; TCE-GO; TCE-MA e TCE-AM.

### **Objetivo da Ação**

Contribuir para a troca de experiências entre equipes de fiscalização da área de Tecnologia da Informação, fornecendo exemplos de papéis de trabalho (checklists, relatórios, análise de dados etc.) para serem aplicados por outros Tribunais.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

Descreva as principais atividades e produtos desenvolvidos ao longo do ano de 2025, indicando os períodos aproximados de execução, se a ação foi iniciada neste ano ou se representa a continuidade de ações de anos anteriores.

Inclua etapas já concluídas, com foco nas entregas. Também podem ser descritas experiências positivas, soluções criativas ou metodologias aplicadas.

### **Pesquisas por meio do Microsoft Forms aos participantes:**

- Abril – Pesquisa de temas de interesse para a ação
- Setembro – Pesquisa sobre possível participação em encontro presencial

### **Reuniões virtuais:**

- Abril (29/04/2025) - Encontro Inicial
- Maio (29/05/2025) - Estruturação de fisc. de TI nos TCs: TCE-RJ, TCE-PE e TC-DF
- Julho (31/07/2025) - Compartilhamento de documentos sobre fiscalizações de TI
- Agosto (28/08/2025) - Segurança da Informação (TCE-RJ)
- Setembro (25/09/2025) - Governo Digital (TCE-RJ)
- Outubro (23/10/2025) - Diagnóstico da Estrutura de TI dos jurisdicionados (RS)
- Novembro (17 e 18/11/2025) - Encontro Presencial - 1 o Fórum de Auditoria de TI dos Tribunais de Contas do Brasil (FATIT)

## Resultados Alcançados

Descreva os principais resultados alcançados pela ação, como indicadores mensuráveis (se houver), impacto percebido e transformações geradas.

As reuniões virtuais contaram com exposição de experiências dos Tribunais em auditorias na área de TI, e na forma de apresentações com exposição dos resultados por meio de relatórios e acórdãos. Essas auditorias podem ser replicadas por outros Tribunais e alguns já demonstraram interesse em realizá-las em 2026, como é o caso do TCE-PR, que coordenou a ação em 2025.

Durante a ação foram disponibilizadas as apresentações dos temas desenvolvidos ao longo do ano:

- Auditoria em Segurança da Informação (TCE-RJ)
- Auditoria em Governo Digital (TCE-RJ)
- Diagnóstico da Estrutura de TI dos jurisdicionados (TCE-RS)

Além disso, durante o desenvolvimento da ação 46, construiu-se sinergia com a ação 43 - Auditorias em Segurança da Informação e Cibernética - Experiências do PROTEGE-TI - coordenada pelo TCU, com o objetivo de realizar um encontro presencial sobre os temas das duas ações, que resultou na concretização do 1ª FONATIC - Fórum Nacional de Auditoria de TIC dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado nos dias 17 e 18 de novembro, sediado pelo TCM-SP, com a participação ativa do TCE-RJ e TCE-RS em palestras e fóruns que terão como base as apresentações realizadas durante os encontros virtuais da presente ação.

O TCE-RJ dará continuidade a esta ação, assumindo sua coordenação para o ano de 2026. Deste modo, será possível que os resultados obtidos em 2025 não se percam e possam ser expandidos com a manutenção da ação.



## AÇÃO 47 - AÇÃO COLABORATIVA ENTRE TRIBUNAIS DE CONTAS PARA A PADRONIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E ORÇAMENTÁRIAS

**Área Temática:** Governança e Transparência das Contas Públicas

**Forma de Cooperação:** Colaboração técnica e intercâmbio de informações entre Tribunais de Contas

**TC responsável pela coordenação:** TCU

**Coordenador(a) da Ação:** Glauco Castro Machado (TCU/AudGestãoInovação), Roberto Sérgio do Nascimento (TCU/SRI) e Guilherme Yadoya de Souza (TCU/SecexEstado)

### **Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

TCDF, TCE-AC, TCE-AP, TCE-CE, TCE-GO, TCE-MG, TCE-MS, TCE-PA, TCE-PB, TCE-PE, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-RN, TCE-RO, TCE-RR, TCE-SP, TCM-BA, TCM-GO, TCM-PA, TCM-SP e TCU (AudGestãoInovação, AudFiscal, AudFinanceira e SRI).

### **Objetivo da Ação**

A ação buscou promover a cooperação entre Tribunais de Contas para identificar os principais desafios, iniciativas em curso e oportunidades de atuação relacionados à padronização contábil e à implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) pelos entes federados.

A ação teve como propósito contribuir para o aprimoramento da qualidade, da rastreabilidade e da comparabilidade das informações públicas, em conformidade com o art. 163-A da Constituição Federal e com o Decreto nº 10.540/2020.

O objetivo central consistiu em consolidar informações provenientes dos Tribunais, alinhar entendimentos sobre o estágio atual de implantação do SIAFIC e estabelecer bases para o planejamento de uma possível fiscalização coordenada no ciclo seguinte.

Ao reunir diagnósticos e percepções institucionais, a ação buscou apoiar a transparência, a rastreabilidade e a uniformidade dos dados contábeis públicos, contribuindo para um tratamento mais integrado do tema na Rede Integrar.

### **Atividades e Produtos Desenvolvidos**

A ação foi estruturada em três reuniões técnicas e em um levantamento colaborativo de informações junto aos Tribunais de Contas participantes.

A primeira reunião estabeleceu o propósito do grupo e confirmou a participação de 21 tribunais. Nela, foram debatidas expectativas, desafios iniciais e a necessidade de reunir informações sobre a atuação anterior dos TCs no tema da padronização contábil e da implantação do SIAFIC. Também foi proposta

a elaboração de um formulário de diagnóstico simplificado, que serviria como base para o produto principal da ação.

A segunda reunião contou com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ao apresentar o papel normativo da União na contabilidade aplicada ao setor público, destacando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), bem como o reforço constitucional trazido pelo art. 163-A. Foram discutidos ainda os desafios federativos para implementação do SIAFIC e o papel dos Tribunais na verificação do cumprimento das normas.

Após essa reunião, o formulário colaborativo foi enviado aos participantes, coletando informações sobre trabalhos anteriores, bases de dados existentes, dificuldades enfrentadas, nível de implantação do SIAFIC e sugestões de cooperação no âmbito da Rede Integrar. Na terceira reunião foram apresentados e debatidos os resultados do diagnóstico produzido pelos Tribunais participantes.

## **Resumo das principais constatações do levantamento**

O levantamento realizado possibilitou reunir um panorama sobre a atuação dos Tribunais de Contas em temas de padronização contábil e implantação do SIAFIC. As respostas indicam que alguns tribunais já desenvolveram iniciativas anteriores relacionadas à padronização, principalmente por meio de grupos técnicos, notas orientativas e levantamentos específicos. No que se refere ao SIAFIC, a maior parte dos Tribunais já realizou algum tipo de acompanhamento, geralmente por meio de questionários e diagnósticos voltados ao mapeamento da situação dos jurisdicionados.

Todos os tribunais participantes informaram possuir bases de dados contábeis e orçamentárias, ainda que com graus distintos de estruturação. Em alguns casos, há ferramentas consolidadas de extração e análise; em outros, o acesso ainda ocorre por meio de documentação encaminhada diretamente pelos entes.

Os desafios relatados apresentam forte convergência entre os tribunais. No campo da padronização contábil, destacam-se limitações de pessoal especializado, diversidade de sistemas e planos de contas adotados, variações entre normativos, além de dificuldades associadas à interoperabilidade e à consistência dos dados enviados. Quanto à implantação do SIAFIC, foram mencionados entraves técnicos e financeiros, dependência de fornecedores, dificuldades de integração entre sistemas e níveis variados de engajamento dos jurisdicionados.

As respostas também apontam interesse em ampliar iniciativas de cooperação entre os Tribunais, incluindo ações como grupos técnicos permanentes, auditorias coordenadas, capacitações compartilhadas e elaboração de indicadores e painéis comparativos. A Rede Integrar foi mencionada como ambiente favorável à articulação dessas iniciativas.

Por fim, foi registrada a importância de uma coordenação mais integrada entre os diferentes atores envolvidos na implantação do SIAFIC, bem como da continuidade de ações de acompanhamento pelos tribunais. As constatações reunidas sugerem a oportunidade de avançar, no ciclo seguinte, para uma fiscalização coordenada que permita aprofundar o diagnóstico e favorecer maior padronização e qualidade das informações contábeis no país.

## Resultados Alcançados

A ação cumpriu sua função como etapa preparatória, ao ampliar a compreensão sobre o cenário atual da padronização contábil e das iniciativas relacionadas à implantação do SIAFIC no país. As discussões evidenciaram a relevância da atuação articulada entre os tribunais de contas, especialmente diante de desafios que envolvem não apenas aspectos técnicos, mas também elementos institucionais e federativos.

O principal resultado foi a elaboração de um diagnóstico nacional sobre a padronização contábil e a implementação do SIAFIC, construído a partir das informações encaminhadas pelos tribunais e das contribuições técnicas apresentadas pela STN. Esse diagnóstico permitiu identificar iniciativas em curso, dificuldades recorrentes e oportunidades de atuação conjunta.

A ação também favoreceu o alinhamento de entendimentos entre os tribunais, estabelecendo fundamentos para uma possível atuação coordenada no ciclo seguinte. Com base no diagnóstico consolidado, o grupo identificou condições favoráveis para o planejamento de uma fiscalização coordenada sobre padronização contábil e SIAFIC em 2026, com metodologia comum e adaptável às realidades locais.

A consolidação das informações, o nivelamento técnico e o diálogo com a STN criaram um conjunto de referências úteis para orientar a continuidade dos trabalhos. A expectativa é que uma eventual fiscalização coordenada contribua para aprimorar a transparência, a comparabilidade e a rastreabilidade das informações contábeis dos entes federados.

## Parcerias e Apoios

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio de sua Subsecretaria de Contabilidade Pública, desempenhou papel fundamental ao oferecer orientação técnica e compartilhar informações sobre o modelo federal de contabilidade e os instrumentos de padronização vigentes.

## AÇÃO 48 - AÇÃO INTEGRADA PARA FISCALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS

**Área Temática:** Transferências da União

**Formas de Cooperação:** fiscalização nacional coordenada, compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologia.

**TCs responsáveis pela coordenação:** TCU, TCE-SP, TCE-PB, TCE-RS.

**Coordenadores da Ação:** Michel Bandeira de Oliveira, Glauco Castro Machado, Guilherme Yadoya de Souza (TCU); Denis Cassio Gabriel (TCE-SP); Glauco Barreto Xavier (TCE-PB); Guilherme Genro Sampedro (TCE-RS).

**Tribunais de Contas que participaram da ação e nomes dos participantes:**

TCDF, TCE-AC, TCE-AL, TCE-AM, TCE-AP, TCE-BA, TCE-CE, TCE-ES\*, TCE-GO, TCE-MA, TCE-MG, TCE-MS, TCE-MT, TCE-PA, TCE-PB, TCE-PE, TCE-PI, TCE-PR, TCE-RJ\*, TCE-RN, TCE-RO, TCE-RR, TCE-RS, TCE-SC, TCE-SE, TCE-SP, TCE-TO\*, TCM-BA, TCM-GO, TCM-PA, TCM-RJ, TCM-SP\*, TCU.

(\*) Participaram das etapas de discussão e alinhamento.

### Objetivo da Ação

A ação teve como objetivo promover uma fiscalização nacional coordenada, estruturada como uma auditoria de conformidade integrada com aspectos operacionais, sobre um conjunto de transferências especiais destinadas a estados, municípios e ao Distrito Federal.

A iniciativa conjunta buscou fortalecer a governança, a transparência e a rastreabilidade desses repasses, além de promover maior alinhamento e convergência entre os Tribunais de Contas no monitoramento e no controle dessas operações.

A ação também objetivou consolidar entendimentos e práticas de fiscalização, alinhadas a padrões de planejamento, execução e prestação de contas, contribuindo para a qualificação da atuação dos órgãos de controle e para uma interlocução integrada com o órgão gestor dessas transferências.

### Atividades e Produtos Desenvolvidos

Ao longo de 2025, o grupo de trabalho da Ação 48 desenvolveu um conjunto de atividades técnicas e de coordenação que asseguraram o desenvolvimento da fiscalização de âmbito nacional. A iniciativa deu continuidade a esforços iniciados no ano anterior, quando o tema fez parte do Plano Anual de Trabalho da Rede Integrar de 2024, permitindo o aproveitamento de aprendizados, de metodologias e de arranjos colaborativos previamente estabelecidos.

No período de março a novembro de 2025, foram realizados 13 encontros virtuais com auditores dos Tribunais participantes, que serviram para alinhamentos metodológicos, troca de informações e discussão conjunta sobre os procedimentos a serem adotados. A ampla participação em todas as fases

contribuiu para consolidar um ambiente cooperativo, favorecendo a execução simultânea e coordenada das etapas previstas na fiscalização.

O planejamento do trabalho foi estruturado em três eixos principais: a) planejamento, governança e controles prévios, b) transparência e rastreabilidade, e c) regularidade da execução das transferências especiais. Foram também elaborados, de forma colaborativa, papéis de trabalho padronizados para orientar a aplicação dos procedimentos de auditoria, fortalecendo a coerência entre as equipes. A metodologia para seleção dos objetos de auditoria foi disponibilizada em documento próprio, com diretrizes voltadas a assegurar coordenação e consistência na definição das transferências a serem examinadas.

A articulação institucional incluiu a participação da Diretoria de Transferências e Parcerias da União (DTPAR), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em reuniões técnicas, fortalecendo o alinhamento com o órgão responsável pelo transfere.gov e permitindo a incorporação de subsídios relevantes para os objetivos do trabalho.

A fase de execução seguiu o cronograma pactuado, com a atuação conjunta de 161 auditores designados pelos Tribunais de Contas participantes. Os trabalhos foram conduzidos com base em orientações e instrumentos padronizados, garantindo coerência e consistência na aplicação dos procedimentos de auditoria.

Encerrada essa etapa, as equipes de auditoria dos Tribunais de Contas participantes elaboraram relatórios próprios de fiscalização, que foram submetidos para apreciação e julgamento pelos respectivos Tribunais, em conformidade com seus ritos processuais e normas internas. O TCU, por sua vez, consolidará os resultados obtidos no âmbito da fiscalização coordenada nacional, apresentando uma visão panorâmica sobre a execução das transferências especiais. O relatório consolidado buscará endereçar medidas estruturantes voltadas à mitigação de problemas recorrentes e sistêmicos identificados nas diversas fiscalizações realizadas pelos Tribunais locais, reforçando a cooperação entre os órgãos e contribuindo para o aprimoramento da política pública e para o fortalecimento dos mecanismos de controle institucional e social.

## Resultados Alcançados

A Ação 48 produziu resultados relevantes sob as perspectivas institucional e metodológica. A participação de praticamente todos os Tribunais de Contas do país nas atividades de fiscalização reforçou o engajamento nacional e evidenciou a capacidade conjunta de atuação coordenada em temas de grande impacto federativo.

A uniformização metodológica obtida a partir dos papéis de trabalho compartilhados, dos critérios de seleção e das orientações técnicas contribuiu diretamente para a comparabilidade das análises

realizadas e fortaleceu a consistência das conclusões obtidas. Da mesma forma, a aproximação com o ente federal gestor das transferências ampliou a compreensão dos fluxos administrativos e favoreceu a harmonização de entendimentos, aprimorando a interlocução entre o Controle e a Administração Pública.

Outro resultado relevante foi a construção compartilhada de instrumentos e materiais de apoio, que permanecem como legado para fiscalizações coordenadas futuras e fortalecem a capacidade institucional dos Tribunais. A experiência acumulada ao longo do ano consolidou práticas cooperativas e ampliou o repertório técnico disponível para ações similares, contribuindo para que os aprendizados da Ação 48 possam ser integrados em iniciativas subsequentes de âmbito nacional.

## Parcerias e Apoios

A realização da Ação 48 contou com o apoio institucional da Atricon, que desempenhou papel fundamental na articulação interinstitucional e na mobilização dos tribunais.

A Rede Integrar, por sua coordenação e comitê técnico, ofereceu suporte metodológico e operacional, garantindo alinhamento com as diretrizes nacionais e com o cronograma global do PAT 2025.

Registra-se, também, a participação da Secretaria de Relações Institucionais do TCU, apoiando a interlocução e o alinhamento institucional entre os tribunais participantes.

A Diretoria de Transferências e Parcerias da União (DTPAR/MGI) manteve interações com os Tribunais participantes, participando de reunião técnica e compartilhando informações relevantes sobre o tema, contribuindo para os resultados alcançados.

A Controladoria-Geral da União (CGU) contribuiu mediante o intercâmbio de boas práticas, dados e informações, favorecendo o alinhamento das ações de fiscalização e evitando sobreposições de esforços entre os órgãos de controle.

Por fim, além das equipes de auditoria diretamente envolvidas no trabalho, outras equipes dos Tribunais participantes ofereceram contribuições técnicas especializadas e suporte operacional, essenciais para os resultados da fiscalização coordenada.



**Missão**

Controlar a Administração Pública para promover seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.

**Visão**

Ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.

[tcu.gov.br](http://tcu.gov.br)